

ÍNDICE

II.5.3.4 -	Comunidades Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais	1/101
II.5.3.4.1 -	Comunidades Indígenas.....	1/101
II.5.3.4.2 -	Comunidades de Remanescentes de Quilombo	20/101
II.5.3.4.3 -	Populações Tradicionais.....	32/101

ANEXOS DO ITEM II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

Anexo II.5.3-1 - Ofício TGP 02/2008

Anexo II.5.3-2 - Descrição do Traçado AID

Anexo II.5.3-3 - Sítios pesquisados por Meggers & Evans (na década de 1950) e por Mário Simões (na década de 1960) na Ilha de Marajó, que foram cadastrados no CNSA/IPHAN, como pesquisados no Município de Abaetetuba-PA.

Anexo II.5.3-4 - Ficha de sítios cadastrados por Daivisson Santos durante a etapa de campo para confecção do Diagnóstico Arqueológico do Gasoduto do Pará.

Legendas

Quadro II.5.3.4-1 - Terras Indígenas até 100 km do traçado do duto	2/101
Quadro II.5.3.4-2 - Terras indígenas e grupos na área de influência do Gasoduto do Pará	3/101
Quadro II.5.3.4-3 - Mapa Sistemático das autodenominações	4/101
Quadro II.5.3.4-4 - Quantidade de moradores por aldeia	19/101
Quadro II.5.3.4-5 - Quantidade de moradores por aldeia	19/101
Figura II.5.3.4-1 - Mapa do Território Quilombola de Jambuaçu	23/101
Figura II.5.3.4-2 - Comunidades do Jambuaçu, segundo informações do ITERPA	24/101
Quadro II.5.3.4-6 - Comunidades Descendentes de Quilombo Certificadas na AII do Gasoduto.....	25/101
Quadro II.5.3.4-7 - Comunidades em processo de certificação na AII.....	26/101
Quadro II.5.3.4-8 - Escolas por Nível de Ensino Oferecido nas Áreas Remanescentes de Quilombo	29/101
Quadro II.5.3.4-9 - Comunidades Extrativistas (Coco de Babaçu) na AII	37/101
Figura II.5.3.4-3 - Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais	38/101
Figura II.5.3.4-4 - Quebra do coco do babaçu	45/101
Figura -II.5.3.4-5 - Amêndoas expostas	45/101
Figura II.5.3.4-6 - Mesocarpo do babaçu	45/101
Figura II.5.3.4-7 - Utilização da farinha.....	45/101
Figura II.5.3.4-8 - Quebradeira e produtos obtidos a partir do babaçu	46/101
Figura II.5.3.4-9 - Sabão e sabonete de babaçu	46/101
Figura II.5.3.4-10 - Sabonete de babaçu	46/101
Figura II.5.3.4-11 - Artesanato de Babaçu	46/101
Figura II.5.3.4-12 - Cobertura de residência com palha da Palmeira de Babaçu	46/101

Quadro II.5.3.4-10 - Colônias de Pescadores em Municípios da All	53/101
Figura II.5.3.4-13 - Colônia de pescadores Z11 - São Sebastião do Tocantins - TO.....	53/101
Figura II.5.3.4-14 - Colônia de pescadores Z45 - Distrito de Apinagés - São João do Araguaia - PA.....	53/101
Figura II.5.3.4-15 - Colônia de Pescadores Z-81 - Moju - PA.....	53/101
Figura II.5.3.4-16 - Câmara fria para armazenamento do pescado. Colônia de pescadores Z11 - São Sebastião do Tocantins - TO	57/101
Quadro II.5.3.4-11 - Espécies da Ictiofauna mais pescadas na Região Estudada.....	59/101
Figura II.5.3.4-17 - Pedral de onde se garimpava diamante nas proximidades do povoado Pedra Grande - Esperantina - TO	61/101
Figura II.5.3.4-18 - Cascalho proveniente da atividade de extração de areia. Povoado Pedra Grande	61/101
Figura II.5.3.4-19 - Pescador embarcado em rabeteira - povoado Pedra Grande	61/101
Figura II.5.3.4-20 - Malheira utilizada para pesca - povoado Pedra Grande	61/101
Quadro II.5.3.4-12 - Comunidades Ribeirinhas na All	64/101
Figura II.5.3.4-21 - Centro Educacional construído pela prefeitura de Tomé-Açu na comunidade de Marupaúba para atender todos os alunos das comunidades ribeirinhas do rio Acará-Mirim	64/101
Figura II.5.3.4-22 - Barracão comunitário na comunidade de Nazaré de Cima - Acará - PA	64/101
Figura II.5.3.4-23 - Cemitério Santa Leonor - Comunidade de Nazaré de Cima - Acará - PA	65/101
Figura II.5.3.4-24 - Visão Parcial da Comunidade de Nazaré de Cima, com igreja e escola de nível fundamental ao fundo	65/101
Figura II.5.3.4-25 - Transporte de madeira em tora no Rio Acará-Mirim - Tomé-Açu- PA.....	70/101
Figura II.5.3.4-26 - Pequena Madeireira na comunidade de Marupaúba - Tomé-Açu - PA	70/101
Figura II.5.3.4-27 - Madeiras extraídas em tora - Igarapé Ipitinga - Acará - PA	70/101

Figura II.5.3.4-28 - Material utilizado para extração do vinho de açaí - Comunidade da Graça -
Acará - PA 71/101

Figura II.5.3.4-29 - Processo de esmagamento para extração do vinho de açaí - Comunidade da
Graça - PA 71/101

Figura II.5.3.4-30 - Vinho de açaí extraído - Comunidade da Graça - PA 71/101

Figura II.5.3.4-31 - Coletores de açaí nas margens do rio Acará 72/101

Figura II.5.3.4-32 - Açaí coletado 72/101

Quadro II.5.3.4-13 - Assentamentos na All 76/101

II.5.3.4 - Comunidades Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais

II.5.3.4.1 - Comunidades Indígenas

II.5.3.4.1.1 - Introdução

Para elaboração desta seção foram seguidas as recomendações contidas no Termo de Referência - TR emitido pelo órgão ambiental, em seu item concernente às "Comunidades indígenas, Quilombola e Populações tradicionais". No item em questão o TR solicita a consulta a FUNAI, como instituição competente para o estabelecimento dos procedimentos em relação aos povos indígenas dentro do processo de licenciamento ambiental. Seguindo as determinações do Termo de Referência, a FUNAI foi consultada e se manifestou emitindo a complementação do Termo de Referência do IBAMA para o Componente indígena do Gasoduto do Pará - Gasoduto do Pará. Nessa complementação foi solicitado o estudo de seis Terras Indígenas - Nova Jacundá, Mãe Maria, Sarauá, Tembê, Turé-Mariquita e Turé-Mariquita II. Entretanto, após a emissão da complementação, o traçado do duto sofreu alterações significativas decorrentes dos estudos ambientais que, visaram à minimização das interferências e impactos socioambientais tanto com os grupos indígenas, como com as comunidades remanescentes de quilombo, as comunidades camponesas e os assentamentos rurais. Nesse sentido, foi comunicado a FUNAI a alteração do traçado por meio do Ofício TGP 02/2008 - (Anexo II.5.3-5), e solicitado nova manifestação da instituição para a elaboração do Componente Indígena do Gasoduto do Pará.

II.5.3.4.1.2 - Aspectos Metodológicos

Para efeitos deste diagnóstico, foram consideradas apenas as Terras Indígenas localizadas na área de influência Indireta - AII do traçado do duto. Sendo que a AII, neste item, corresponde à mesma considerada para o diagnóstico socioeconômico, que prevê que os municípios que tiverem trechos do seu território atravessados pelo traçado ou, áreas afetadas pelas estruturas necessárias a implantação do empreendimento compõem a Área de Influência Indireta.

Ressalta-se que no traçado previsto para a construção do duto, não existe impacto direto sobre as Terras Indígenas e que todas elas se encontram fora da Área de Influência Direta - AID. Entende-se aqui, impacto direto como aquele que ocorre dentro dos limites jurídicos da Terra Indígena e área de influência Direta como a faixa de 400 metros descrita no diagnóstico do meio

socioeconômico. De fato, as Terras Indígenas, em questão, se encontram há pelo menos 10 quilômetros de distância do traçado do duto (Quadro II.5.3.4-1).

Quadro II.5.3.4-1 - Terras Indígenas até 100 km do traçado do duto

Terra indígena	Distância (Km)	Município/Estado
Alto Rio Guamá	88,00	Santa Luzia do Pará/PA Nova Esperança do Piriá/PA Parogominas/PA
Alto Turiaçu	90,20	Centro do Guilherme/MA Araguanã/MA Zé Doca/MA Centro Novo do Maranhão/MA Maranhãozinho/MA Nova Olinda do Maranhão/MA Santa Luzia do Paruá/MA
Araribóia	81,10	Santa Luzia/MA Buriticupu/MA Arame/MA Amante do Maranhão/MA Bom Jesus das Selvas/MA
Awá	93,05	Centro Novo do Maranhão/MA Governador Newton Bello/MA Zé Doca/MA São João do Carú/MA Nova Olinda do Maranhão/MA
Caru	88,06	São João do Carú/MA Bom Jardim/MA
Mãe Maria	16,34	Bom Jesus do Tocantins/PA
Maracaxi	11,81	Tomé-Açu/PA Santa Maria do Pará/PA Aurora do Pará/PA
Nova Jacundá	81,95	Rondon do Pará/PA
Sarauá	10,33	Ipixuna do Pará/PA
Sororó	41,16	Marabá/PA São Domingos do Araguaia/PA Brejo Grande do Araguaia/PA São Geraldo do Araguaia/PA
Tembé	21,00	Tomé-Açu/PA
Turé-Mariquita I	11,73	Tomé-Açu/PA
Turé-Mariquita II	11,81	Tomé-Açu/PA

Entretanto, sabe-se que quando se trata de grupos indígenas, as distâncias devem ser relativizadas, principalmente porque os limites de uma Terra Indígena, nunca coincidem com aqueles que são reconhecidos como os limites do seu território tradicional. As áreas que são contempladas no processo de demarcação são, em geral, menores do que aquelas reconhecidas

como tradicionais. Sendo assim, muitas vezes, áreas associadas à tradição cultural, de relevante significado simbólico e sagrado, locais de caça e de coleta de recursos naturais, ou mesmo simplesmente áreas de perambulação, podem estar situadas fora dos limites legais da Terra Indígena.

“O território Indígena não deve ser confundido com a Terra Indígena, ou seja, com o processo político-jurídico conduzido pelo Estado para regulamentar as demandas de demarcação dos territórios tradicionalmente pertencentes a uma sociedade indígena” (Monteiro, Beltrão, 2006: 2-3).

Para fins de diagnóstico, deve-se considerar a área que o grupo utiliza para a sua reprodução social, cultural e física, além das áreas de perambulação.

Na área de influência indireta do traçado do duto foram localizadas quatro Terras Indígenas, nomeadamente Sarauá, Tembé, Turé-Mariquita e Turé-Mariquita II; Nessas Terras Indígenas vivem dois grupos os Amanayé e os Tembé; sendo que os Amanayé estão localizados na TI Sarauá enquanto os Tembé estão presentes nas outras três.

O Quadro II.5.3.4-2 sistematiza as terras e os povos Indígenas na área de influência Indireta do empreendimento, assim como descreve a situação jurídica atual das terras indígenas e a sua localização.

Quadro II.5.3.4-2 - Terras indígenas e grupos na área de influência do Gasoduto do Pará

Terras Indígenas	Municípios	Povos Indígenas	Situação Jurídica Atual
TI Sarauá	Ipixuna do Pará	Amanayé	DECLARADA. (18/04/2008) Documentada pela Portaria 772 de 22/04/2008
TI Tembé	Tomé-Açu	Tembé	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (24/12/1991) pelo Decreto 389 de 26/12/1991
TI Turé-Mariquita	Tomé-Açu	Tembé	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (29/10/1991) pelo Decreto 304 de 30/10/1991
TI Turé-Mariquita II	Tomé-Açu	Tembé	RESERVADA. (20/03/1996)

Fonte: Caracterização das Terras Indígenas no Brasil, ISA 2010.

Os povos indígenas foram classificados taxonomicamente na sua relação entre língua e cultura. A investigação científica realizada, principalmente por lingüistas, sistematizou as línguas indígenas, que têm uma origem comum, em famílias, que, por sua vez, quando apresentavam certas afinidades foram agrupadas em troncos específicos. Devido à imensa diversidade de línguas faladas pelos povos que habitavam as Américas, muitos deles ainda encontram-se em classificação e sistematização. No que diz respeito às línguas indígenas no Brasil, por sua vez, há

dois grandes troncos - Tupi e Macro-Jê - e 19 famílias linguísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos (Melatti, 1993)¹.

Em geral, o nome dos povos utilizados atualmente, não corresponde a sua autodenominação. O desconhecimento da língua, como também o contato estabelecido, primeiramente, com outros grupos, fez com que, muitas denominações correspondessem a visões negativas ou depreciativas de quem os nomeava. A autodenominação dos Tembê, por exemplo, é Tenetehara, Tembê significa "*nariz chato*". A busca pela autodenominação é considerada um aspecto importante para os grupos. No Quadro II.5.3.4-3, encontra-se um mapa sistemático com autodenominações, outros nomes pelos quais os grupos são conhecidos, as classificações linguísticas e a população estimada dos povos objeto deste estudo.

Quadro II.5.3.4-3 - Mapa Sistemático das autodenominações

Povo indígena	Autodenominação	Outros Nomes	Família linguística /língua	Tronco linguístico	População
Amanayé	Amanagé	Amanié, Amanajé, Araradeura, Manaié	Tupi-Guarani	Tupi	87 (Correia de Assis, 2002)
Tembé	Tenetehara	Timbé, Timbeb	Tupi-Guarani	Tupi	1.425 (Funasa, 2006)

Fonte: Isa <http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?uf=15> Consultada dia 06/05/2010

II.5.3.4.1.3 - Fontes Bibliográficas

O material bibliográfico referente aos Amanayé é escasso, existindo pouquíssimas referências na literatura antropológica. A única descrição etnográfica, propriamente dita, data de 1914, sendo realizada pelo viajante Algot Lange. Após esse trabalho, destacam-se o levantamento histórico realizado pela antropóloga Jussara Vieira Gomes e as informações levantadas pelos etnólogos Nimuendaju e Métraux. Os dados mais recentes, referentes ao grupo, são provenientes do *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Sarauá*, (publicado no Diário Oficial da União nº 18 do dia 07/06/2002)² que foram coordenados pela antropóloga Eneida Correa de Assis. O "*Resumo*" enfatiza a falta de informações sobre o grupo, tanto no que se refere a sua localização, situação política e número de aldeias como em relação aos processos de mudanças pelos quais os Amanayé passaram ao longo de sua história.

¹ ECOLOGY BRASIL; Estudo de Impacto Ambiental das Linhas de Transmissão em 600 kV CC - Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 - Lotes D e F (IE Madeira) e C e G (Norte Brasil e Estação Transmissora) Componente indígena. Rio de Janeiro, 2010.

² Para o levantamento, identificação e delimitação da Terra Indígena Sarauá.

Entretanto, ele contém as informações mais atualizadas em relação ao grupo, sendo a fonte na qual a maioria das informações deste trabalho se baseia.

Em relação aos Tembé, as fontes disponíveis são um pouco mais significativas com destaque para os trabalhos de Eduardo Galvão e Charles Wagley e o de Mércio Pereira Gomes, os dois sobre o povo *Tenetebara*. Como os Amanayé, também existem informações referentes ao grupo levantadas pelos etnólogos Nimuendaju e Métraux. Soma-se a essas referências, uma quantidade significativa de trabalhos na área da linguística e alguns artigos e dissertações sobre o grupo, não necessariamente os residentes nas Terras Indígenas objeto deste estudo; além das disponíveis no site do Instituto Socioambiental referente aos Povos Indígenas³.

II.5.3.4.1.4 - Terra Indígena Sarauá

A Terra Indígena Sarauá é habitada pelo grupo Amanayé e está localizada a leste do Estado do Pará, no município de Ipixuna do Pará.

II.5.3.4.1.4.1 - Características Gerais dos Amanayé

Os Amanayé, nome pelo qual ficaram conhecidos, significa *associação de pessoas*. Apesar de oficialmente serem conhecidos como Amanayé, o grupo se autodenomina *Amanagé*. Antigamente, os territórios identificados como culturalmente dos *Amanagé* compreendia as bacias dos rios Pindaré, Gurupi, Ararandeuá, Capim, Médio Moju e a parte central da margem direita do Baixo Tocantins. Essa área também era ocupada por outros grupos falantes de línguas pertencentes à família Tupi-Guarani⁴, como os Tembé, os Kaa'por, os Guajajara e os Turiwara, além de alguns grupos Timbira⁵.

Atualmente os Amanayé não falam a sua língua original, o intenso contato pelo qual passaram a partir da década de 1940 fez com que a língua portuguesa substituísse a língua materna. Apesar disso, alguns termos da língua Amanayé são utilizados no cotidiano mesclados com o português. Ressalta-se, que os Amanayé, durante o processo de contato não tiveram o suporte do SPI e nem posteriormente da FUNAI, tendo que enfrentar essa relação de contato intenso, apenas com os recursos que possuíam. Essa experiência vivenciada pelo grupo ao longo de sua história favoreceu a ocorrência de vários casamentos com moradores da região do rio Capim - brancos e negros,

³ <http://pib.socioambiental.org/pt>

⁴ Classificação realizada pelo linguista Aryon Rodrigues em 1984.

⁵ Nimuendaju, 2002 - Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, 1944.

sendo esses últimos provenientes do antigo quilombo de Badajós. Assim, o grupo apresenta alto grau de mestiçagem.

II.5.3.4.1.4.2 - Referências Históricas

As primeiras referências documentais sobre grupos indígenas surgem sempre do encontro, que, via de regra, é caracterizado pela invasão das terras pelos que chegam, no caso o colonizador⁶. Assim, apesar de se considerar que a ocupação dessas áreas por tais grupos remonta a tempos anteriores, as primeiras informações datam deste momento, deste encontro.

O primeiro registro histórico sobre o grupo, data da segunda metade do século XVIII, mais precisamente do ano de 1755. O registro foi feito pelo padre jesuíta David Fay, que era missionário entre os Guajajara na aldeia de São Francisco do Carará⁷. Segundo ele, em 1760, parte do grupo, depois de várias tentativas de aldeamento, concordou em ir viver na aldeia junto com os Guajajara seus tradicionais inimigos. Entretanto, uma parte avançou pelo rio Parnaíba chegando ao Piauí em 1763⁸.

Ao longo da primeira metade do século XIX, os Amanayé foram localizados, em 1817, em *“um terreno ao poente de Balsas até o rio Tocantins, onde eram conhecidos como Temembós”* (DOU, 2002) e, em 1845, em parte do rio Moju. Segundo Dodt (1939), em 1872 a aldeia foi transferida para um tributário do rio Gurupi, o rio Tucumandia. Nesse novo local, frei Cândido, que no ano de 1871 começara a conversão dos índios Tembé e Turiwara, funda a Missão Anauéra (São Fidélis) com uma população estimada entre 200 e 400 indivíduos. Durante esse período também é mencionada, novamente, a existência de um grupo Amanayé junto dos Tembé, no rio Moju, que teriam migrado para a região do atual estado do Pará. Em 1873, os Amanayé mataram frei Cândido e um engenheiro belga que circulava na região, como consequência das represálias que esse evento suscitou, ocorreu à fuga do grupo para a região do rio Ararandeuá. Segundo relatado por Nimuendajú (1926), o grupo refugiado se identificava como Ararandeuá⁹ ou Turiwara como forma de dissimular a sua identidade, evitando também o contato com os regionais.

Os Amanayé que permaneceram na missão entraram em conflito, em 1880, com os Tembé e os Turiwara, matando alguns deles. Como esses dois grupos eram considerados “índios mansos”, o governo, da então, Província do Pará armou os Tembé e os Turiwara para resistirem aos ataques

⁶ O colonizador aqui pode ser tanto um funcionário governamental como um membro de missão religiosa.

⁷ Atual Estado do Maranhão.

⁸ Desse segundo grupo, não se teve mais notícias.

⁹ O grupo foi identificado na localidade de Mundukuru.

dos Amanayé. Após esses conflitos, os Amanayé voltaram ao seu estado de isolamento até novo contato realizado pelo então inspetor do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, em 1911.

O grupo contatado em 1911 era constituído por aproximadamente 300 indivíduos, estando distribuídos em quatro aldeias localizadas na margem esquerda do Ararandeuá e, liderados por uma mulata de nome Damásia. Segundo informações (ISA, 2002), os relatos identificam que o período de liderança de Damásia teria se estendido do final do século XIX até o ano de 1930. Nessa mesma área, no ano de 1941, foi relatado ataque a índios residentes no rio Capim, por parte desse grupo, e a morte de madeireiros na região. O choque entre os Amanayé e os madeireiros prosseguiu durante os anos seguintes, fazendo com que, em 1945, fosse criada a reserva Amanayé através do decreto nº 306. Ressalta-se que desde 1941, o inspetor do SPI sugeria a criação de um Posto indígena na região para pacificação do grupo. É importante ressaltar, que a reserva abrigou um grupo de 200 Amanayé, e que o grupo que havia sido liderado pela mestiça Damásia não foi residir na reserva. O último relato sobre esse grupo, em 1942¹⁰, menciona 17 remanescentes, liderados pelo filho de Damásia.

A Reserva Amanayé, que foi criada em 1945, possuía uma área de 30.800 ha e localiza-se na gleba Surubiju a margem direita do Ararandeuá. Apesar da sua criação, as providências e os dispositivos práticos necessários para efetivar o Decreto, não foram tomadas e o grupo não recebeu nenhuma assistência. Os próprios casamentos com regionais foi uma das estratégias utilizadas pelo grupo como forma de assegurar a sua sobrevivência; além disso, ocorreu uma maior dispersão ao longo dos rios Moju e Capim. Ressalta-se que já em 1976, havia sido identificada a necessidade da concessão a Título Definitivo, de uma área dentro da reserva que garantisse a manutenção e a reprodução física e cultural do grupo.

II.5.3.4.1.4.3 - Localização Geográfica das Terras Indígenas, Município e Vias de Acesso e Localização do Posto da FUNAI

Como já dito, a Terra Indígena Sarauá está localizada a leste do Estado do Pará, no município de Ipixuna do Pará (Mapa de Áreas Indígenas e Quilombolas - 2330-00-EIA-DE-4001-00, Caderno de Mapas - Volume III); mais precisamente na Gleba Pindobal a margem esquerda do rio Capim¹¹. Sua população encontra-se distribuída ao longo dos igarapés Sarauá e Timboteua.

Em relação ao acesso a aldeia, as informações disponíveis indicam que o trajeto é realizado parte por rodovia e parte por vias fluviais. O acesso rodoviário é feito por rodovia estadual, PA -

¹⁰ Esse grupo era composto em sua maioria de mestiços.

¹¹ Nimuendaju (1944), localizou os Amanayé nas margens do rio Capim na década de 1870.

256 - Paragominas/Tomé-Açu, enquanto o fluvial pelo rio Capim. Ressalta-se que os rios, igarapés e lagos da Terra Indígena, são de fundamental importância para o grupo, pois como informa Assis, é nesse “território das águas” que os Amanayé constituem os espaços de trabalho e lazer, sendo fonte de alimentos e na matéria necessária para a confecção de remédios. Além disso, é no entorno dos igarapés que o grupo realiza as atividades de caça e pesca, fundamentais para a reprodução do grupo. Ressalta-se que a presença intensiva de pescadores tem prejudicado essa atividade (ISA, 2002), como também a presença de madeireiros¹².

Sobre a localização dos Postos Indígenas, com a publicação do Decreto Nº 7.056 de 28 de dezembro de 2009, ficaram extintas todas as Administrações Executivas Regionais e Postos Indígenas.

II.5.3.4.1.4.4 - A Aldeia e sua População

Os Amanayé residem em duas Terras indígenas, Barreirinha e Sarauá. Antes dos processos de organização iniciados por Jonas Tembê, os Amanayé referiam-se ao espaço social onde viviam como *nosso lugar*. Atualmente, somente os residentes em Barreirinha mantêm essa denominação, os de Sarauá começaram a utilizar a designação de *aldeia*.

Na aldeia residem 87 pessoas¹³, pertencentes há 12 famílias e distribuídas por 06 casas¹⁴. As fontes indicam famílias nucleares, mas sem predominância de autoridade paterna. As mulheres seriam responsáveis pela autoridade doméstica, tendo papel importante tanto no processo educativo e na proteção das crianças quanto na manutenção da ordem da casa. Aos homens ficaria a responsabilidade pelos assuntos externos. Dessa forma, o falecimento da mãe, implica, em caso de existência de filhos pequenos, em situação de desproteção para os mesmos. Essa situação ocorre, principalmente pela pequena quantidade de mulheres existentes e pela própria situação de desagregação pela qual o grupo passou.

¹² Assoreamento dos lagos e igarapés (ASSIS, 2002: 64-67).

¹³ Fonte: GT/FUNAI, 1998.

¹⁴ Esse número inclui as duas famílias que tencionavam mudar-se para a Terra Indígena, mas que em 1998 (época de realização dos estudos) ainda se encontravam residindo na Fazenda Tabatinga.

II.5.3.4.1.4.5 - Distribuição Espacial do Grupo na Terra Indígena e Caracterização da População

No que se refere à distribuição espacial do grupo, segundo Eneida Assis, esta é "*determinada por sua organização social, política e atividades econômicas e culturais*" (2002: 64-67).

As casas estão distribuídas de maneira isolada e cercadas por suas roças. A roça é considerada um espaço conhecido, lugar seguro, uma extensão da própria unidade residencial, onde inclusive as crianças podem circular em segurança. As unidades residenciais podem apresentar dimensões e disposições internas variadas, geralmente, conforme o tamanho do grupo doméstico e a disposição do proprietário para a sua confecção. As casas são de taipa podendo ter ou não reboco. O centro da vida doméstica é a cozinha, sendo em torno do fogão a lenha, que os membros de um grupo doméstico se reúnem e interagem; já as visitas (pessoas de fora do grupo doméstico) são recebidas na sala ou mesmo na casa de farinha, que em geral, fica localizada ao lado da residência¹⁵.

As condições de saneamento e infraestrutura foram descritas como precárias. É importante enfatizar que isso é consequência da falta de assistência que historicamente caracteriza a relação do grupo com a sociedade envolvente. A única ação registrada aconteceu nas décadas de 1970 e 80, quando a SUCAM atuou junto ao grupo no combate da malária. A ausência de rede sanitária favorece a proliferação de verminoses, além das diarreias, vômitos, febre e gripes, principalmente pela contaminação da água utilizada para o consumo. Destaca-se ainda, a presença de diabetes, hipertensão, malária, males de parto, problemas pulmonares, desnutrição e problemas relacionados à saúde bucal. A incidência de cáries aparece já nas primeiras dentições e deve-se a inserção de açúcar na dieta do grupo¹⁶. Outro problema sério é o alcoolismo e as doenças associadas às atividades produtivas. Apesar de, preferencialmente, os Amanayé recorrerem aos serviços de saúde do município de Ipixuna do Pará, também se deslocam para as sedes de Paragominas, São Miguel do Guama e Castanhal¹⁷. O tratamento ambulatorial está associado a práticas curandeiras e remédios caseiros. Após a demarcação da Terra Indígena, os Amanayé começaram a receber assistência da Administração Regional de Marabá.

Apesar de existirem boas condições, no que se refere à manutenção dos recursos naturais essenciais para a reprodução do seu modo de vida, como remanescentes florestais e mananciais,

¹⁵ As visitas são recebidas na Casa de Farinha quando o morador está trabalhando.

¹⁶ O problema não é exclusivo dos Amanayé.

¹⁷ Quando os casos são considerados graves, o grupo recorre a Casa de Saúde do índio em Belém.

a Terra Indígena sofre pressões por parte de madeireiros, pescadores, caçadores, além das pressões fundiárias exercidas por fazendeiros e posseiros e as pretensões minerárias (ISA, 2002). Em relação às pressões fundiárias o Ministério Público Federal e o ITERPA - Instituto de Terras do Estado do Pará propuseram, em 2009, Ação Rescisória que visava desconstituir sentença da Vara Agrária de Castanhal que beneficiava a Empresa Agrícola Fluminense. A empresa havia apresentado a Justiça títulos falsos no intuito de comprovar propriedade da área pertencente à Terra Indígena.

"O significado do território para os Amanayé de Sarauá está associada a um espaço culturalmente definido" ¹⁸. Deve-se enfatizar, que o que hoje é considerado território corresponde ao espaço que o grupo percorreu a partir da década de 1960. Local onde a antropóloga Eneida Assis, identificou as roças e no qual se encontravam enterrados os mortos. Cabe lembrar que esse espaço reflete a trajetória do grupo, que sem assistência viu seu território e população diminuírem, perdendo inclusive o acesso aos antigos cemitérios e a possibilidade de reverenciar os seus mortos, sendo assim ele reflete as lembranças dos vivos, onde elas têm lugar.

II.5.3.4.1.5 - Terras Indígenas Tembé, Turé-Mariquita e Turé-Mariquita II

A primeira parte deste item será referente à caracterização do grupo Tembé, que habita as Terras Indígenas Tembé, Turé-Mariquita e Turé-Mariquita II, abordando alguns aspectos sociais, culturais, políticos e o histórico de contato. Após essa caracterização serão apresentados alguns aspectos específicos de cada Terra Indígena.

II.5.3.4.1.5.1 - Características Gerais dos Tembé

Os Tembé, nome pelo qual ficaram conhecidos, significaria, segundo o linguista Max Boudin, *nariz chato* (ISA, 2001). Apesar de oficialmente serem conhecidos como Tembé, o grupo se autodenomina *Tenetehara* que significa *gente*, o *eu*, o *nós*, marcando distinção com o outro, aquele que não é *Tenetehara*. De fato, os Tembé seriam o grupo ocidental dos Tenetehara e os Guajajara o grupo oriental. Isso quer dizer que, a autodenominação Tenetehara é uma denominação mais abrangente e engloba os dois grupos¹⁹ que possuem língua e tradição cultural semelhante (Duarte, 2001).

¹⁸ (Assis, 2002: 64-67

¹⁹ <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA63EBC0EITEMID0FOE8C69757740BF8BEA00577BE61324PTBRIE.htm>

Os Tembé estão distribuídos em três blocos:

- os que residiam na Terra Indígena Alto Turiaçu, localizada a margem direita do rio Gurupi no Estado do Maranhão;
- os que estão à margem esquerda na TI Alto Rio Guamá e os que constituem objeto deste estudo que estão localizados na bacia do rio Acará. Segundo Valadão, a posição do grupo seria decorrente da migração, de um avanço sobre os territórios dos Turiwara durante o século XIX (Valadão, 2001);
- os Tenetehara originários da região dos rios Pindaré e Caru no Maranhão que rumaram em direção aos rios Gurupi, Capim e Guamá, dando origem aos Tembé e deixando no Maranhão os Guajajara.

A língua Tembé está classificada na família linguística Tupi-Guarani²⁰, “ela pertence ao subconjunto IV e compartilha traços fonológicos e de estrutura com o Tapirapé, o Avá-Canoeiro, o Assurini do Tocantins (Akuáwa), o Parakanã e o Guajajara” (Duarte, *Op cit*).

Atualmente a língua Tembé é falada pelos grupos que vivem nas duas margens do rio Gurupi, já os que residem no rio Guamá praticamente não falam mais a língua. De fato, parte dos Tembé residentes nas margens do rio Gurupi além de falarem a sua língua também falam a língua portuguesa e a do povo Ka’apor. Das seis aldeias do grupo, atualmente apenas uma usa a língua diariamente; as outras cinco, com exceção dos mais velhos, o português é a língua utilizada para a comunicação. Na tentativa de reverter esse quadro, algumas lideranças indígenas locais estimulam o ensino da língua nativa. Neste sentido, têm sido formados professores indígenas para o trabalho de alfabetização com o auxílio de índios mais velhos que ainda falam a língua²¹. Em 2009, o Projeto EducAmazonica, parceria com a UNICEF, lançou a primeira cartilha bilingue (português - Tembé). A cartilha foi formulada com o auxílio dos líderes, das mulheres, crianças e especialistas. A publicação contém histórias dos mitos a descrição do alfabeto e sugestões de atividades pedagógicas. A cartilha será usada nas escolas de Ensino Fundamental nas Terras indígenas onde reside o grupo²².

²⁰ Classificação realizada pelo linguista Aryon Rodrigues em 1984.

²¹ Duarte, 2001.

²² FONTE: <http://www.direito2.com.br/abr/2009/fev/18/unicef-lanca-no-para-cartilha-indigena-bilingue-de-etnia-tembe>

II.5.3.4.1.5.2 - A Organização Social - A Família Extensa

A *família extensa* é à base da sociedade Tenetehara. O que se entende por família extensa é um número de famílias simples, ou grupos domésticos que estão unidos por laços de parentesco. Para constituir uma família extensa é necessário dispor de um certo número de mulheres, pois sendo a residência uxorilocal, quando ocorre o casamento o esposo vem morar na casa do grupo da mulher. O casamento é exogâmico, isso quer dizer, acontece entre membros de famílias extensas diferentes. O fato de possuir filhas permite a um homem atrair outros, através da realização de casamentos, e com isso expandir a família e conseqüentemente o seu poder e prestígio, já que nós primeiros anos, o recém-casado deve trabalhar na roça do sogro. O genro nessa estrutura é um produtor, pois deixa a sua casa para ir residir na da mulher e passa a integrar o sistema produtivo da família de sua esposa. Dessa forma a prática de casamentos exogâmicos, com a regra de residência matrilocal alimenta a própria estrutura Tenetehara (Zannoni, 2000).

“A família extensa é baseada no controle de um homem sobre um número de “filhas” (suas próprias filhas e as filhas dos irmãos). Em essência, a família extensa Tenetehara é um grupo de mulheres relacionadas por parentesco, sob a liderança de um homem”. (Wagley, Galvão, 1955: 39)

A família extensa seria a unidade social Tenetehara, possuindo todos os elementos constitutivos do grupo. Os líderes das famílias extensas devem demonstrar o seu poder econômico e o seu prestígio político, pois dessa sua capacidade depende o crescimento do grupo, visto que a partir dela outros podem se agregar a família, o que permite que a família extensa desempenhe a função de sociedade doméstica. Em aldeias maiores podem existir várias famílias extensas, o que faz com que os Tenetehara não possuam um poder centralizado (Zannoni, 2000). A prática de casamentos exogâmicos, permite que os genros de um homem funcionem como mediadores, ou intermediários no estabelecimento de alianças com as famílias extensas de origem.

Se antigamente a capacidade de um chefe estava associada à capacidade de oferecer segurança ao grupo, dentro de um contexto em que as guerras intertribais eram uma realidade, hoje a tarefa está na capacidade de negociação e intermediação com a sociedade envolvente. Se antigamente a capacidade de guerrear, de se defender e estabelecer a paz aumentavam o prestígio de um *chefe*, hoje dominar os códigos dos *brancos* é fundamental, ou como diz Zannoni:

“A guerra de hoje se trava não na floresta mas na cidade. Por isso é importante para um chefe, conhecer e falar bem o português; saber decifrar os códigos da sociedade “branca”; saber lidar com uma cultura da escrita e não oral.” (ibidem)

De fato, o que ocorre é um deslocamento do espaço da ação política do chefe, pois esse continua sendo o responsável pela segurança do seu grupo, no caso da sua família extensa. Cabe ressaltar que, apesar em geral ser um homem que desempenha a função de chefe, devido ao papel central da mulher dentro da casa, já que essa é sua propriedade²³, uma mulher pode se tornar chefe devido a pouca diferenciação que existe entre a esfera pública e a privada, a política pode se tornar doméstica e uma mulher chegar à função de chefe. Na década de 1980, foram identificadas mulheres na posição de líderes em algumas aldeias (Valadão, 2001).

II.5.3.4.1.5.3 - Atividades Econômicas - O Sistema Produtivo

Tanto as atividades responsáveis pela subsistência²⁴ do grupo como as associadas à produção para o comércio estão associadas ao ciclo das chuvas, nessa alternância entre o período das águas, que vai de fevereiro a agosto e o período da seca que vai de setembro a janeiro. Segundo a cosmologia Tenetehara, Maíra, ensinou-os como viver, como plantar e o que plantar e como a roça deve ser trabalhada. Foi ele que ensinou a caça e a pesca.

Ao longo do tempo a sua relação com a natureza passou por algumas modificações, principalmente porque devido ao contato com a sociedade envolvente, surgiram novas necessidades e para a obtenção dos produtos industrializados e de alimentos, há de se obter primeiro a moeda que permite o acesso a esses novos produtos; ou continuar com as trocas que ao longo de sua história já se habituaram. Se antes era apenas com os regatões, hoje nessa cadeia existem outros comerciantes que chegam à reserva de caminhão. Se antes eram os produtos da floresta, hoje é o arroz, a banana e a malva, principalmente nas Terras Indígenas objeto deste estudo, que passaram por uma situação de desmatamento mais intensa.

A divisão sexual do trabalho entre os Tenetehara está associada ao uso ou ao preparo de um produto agrícola ou de uma caça (Zannoni, 2000). As Atividades associadas ao trabalho agrícola são predominantes femininas. A preparação do terreno, limpeza, preparo são masculinas, mas os cuidados são femininos. No que se refere a colheita essa atividade é exercida tanto por homens como por mulheres, sendo que as últimas tendem a se ocupar mais também dessa atividade.

Ao homem cabe a caça, principalmente dos animais de grande porte. Apesar de caçar, a carne pertence à mulher, sendo ela que distribui as partes dentro da família extensa. O homem tem obrigação de dar à carne a mulher, sendo fruto da caça ou da compra.

²³ A casa sempre pertence à mulher. O homem vai residir na casa de uma mulher com a qual casou.

²⁴ Segurança alimentar.

A pesca é exercida por ambos, mas isso depende de como ela é feita. Se for feita com uso de timbó são os homens que a fazem cabendo a mulher a coleta dos peixes, se for por anzol, apesar dos homens a praticarem, essa está ligada muito mais as mulheres.

Em relação às atividades coletoras, os frutos silvestres são coletados pelas mulheres, o mel e os produtos que serão comercializados são coletados pelos homens.

Os trabalhos domésticos estão associados às mulheres, mas a provisão de lenha e a construção da casa cabem ao homem. Embora este construa a casa, esta sempre pertencerá a mulher, como todos os pertences comuns que existam dentro da casa. Os objetos que um homem possui são a o arco, as flechas, os instrumentos de trabalho, espingarda, objetos pessoais e o cachorro.

O artesanato tem se mostrado uma forma de obtenção de renda e o grupo confecciona artefatos para serem vendidos à Artíndia da FUNAI. Além disso, fazem canoas por encomenda. Ressalta-se que mesmo os materiais utilizados por homens e mulheres são diferentes, como também o que é produzido por cada um. Enquanto o homem utiliza palha, talas e madeira a mulher trabalha com algodão e sementes²⁵.

II.5.3.4.1.5.4 - Referências Históricas

O antropólogo Mércio P Gomes, em seu livro "*O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*" inicia a sua periodização do grupo Tenetehara a época da invasão do Maranhão pelos franceses no século XVII.

"Os Tenetehara surgem no cenário histórico quando os franceses iniciam a exploração do interior do Maranhão. Em 1613, pouco tempo depois de se terem instalado na ilha, enviam diversas expedições de reconhecimento pelos rios de toda a região, inclusive aqueles desembocam nas baías que cingem a ilha de São Luís. Corria na época, e correu durante os muitos anos seguintes, a lenda de que havia ouro no alto Pindaré, fato motivador de diversas expedições ao longo da história, sempre sem resultados significativos. Subindo o rio Pindaré, uma pequena tropa comandada pelo Senhor du Prat dá com um povo de fala tupi." (GOMES, 2002)

²⁵ Zannoni, 2000

A escolha desse período como marco histórico, está baseada no trabalho realizado por Wagley e Galvão²⁶, que ao escreverem sobre os Tenetehara associaram esse grupo de língua Tupi aos Tenetehara.

Após essa referência, os Tenetehara iram aparecer novamente no século XVII, mais precisamente na segunda parte, quando os jesuítas chegam aos seus territórios. Os missionários convencem parte do grupo a mudar para os aldeamentos. Nesses aldeamentos a mão de obra indígena passa a ser disputada por colonos e missionários e, os índios passam a integrar um regime de trabalhos compulsórios e mal remunerados, que Gomes caracteriza como de servidão, sendo que a liberdade que dispunham era muito mais nominal do que de fato (Melatti, 2003).

“O regime de servidão vai perdurar até meados do século XVIII, quando o governo de Pombal extingue o poder temporal dos missionários, expulsa os jesuítas, liberta todos os índios e transforma os aldeamentos maiores em vilas e os menores em lugares regidos segundo as normas dos núcleos urbanos portugueses. Foi assim que o aldeamento de Maracu foi transformado na vila de Viana e o de São Francisco Xavier, no lugar de Monção. Sem apoio dos jesuítas e envolvidos pelos colonos, os Tenetehara desses aldeamentos irão pouco a pouco definhar como grupo étnico distinto e se confundirem com a população sertaneja. Em compensação os Tenetehara que haviam permanecido nos cursos médio e alto do Pindaré e seus afluentes serão ignorados pelos colonos e irão passar por um período de expansão e crescimento demográfico.” (ibidem)

A partir de 1840 a relação que se estabelece entre os Tenetehara e os colonos ganha contornos diferenciados, baseados nas trocas de produtos. Ressalta-se, como já dito anteriormente, que o grupo objeto deste estudo é oriundo do avanço de parte dos Tenetehara em direção ao Pará, em meados do século XIX. Os Tembé são o ramo ocidental dos Tenetehara, que a partir de então ficam separados dos Guajajara, que permaneceram no Maranhão.

Valadão chama atenção, que em 1845 o grupo ficou sobre um novo regime indigenista, que implicava que cada província tivesse um diretor geral que era responsável pelos diretores das aldeias. Cabe lembrar que o Ato Adicional de 1834, permitia que as Assembleias Provinciais legislassem sobre matéria indígena, o que enfraquecia os grupos indígenas, visto que a em geral as mesmas decidiam em favor dos não índios (Cunha, 1987).

²⁶ Os índios Tenetehara: uma cultura em transição, 1961.

Os novos contornos estão assentados no sistema de aviação, que consistia na troca de mercadoria por produtos da floresta. Em um primeiro momento o grupo se dedicou a extração de óleo de copaíba²⁷, que era comercializado com os regatões²⁸. A extração do óleo era feita na mata, como as árvores se encontravam dispersas e não eram em grande quantidade isso exigia constante deslocamento das famílias pelas matas, esse deslocamento tinha implicações sobre a organização social do grupo que em geral se reunia em aldeias pequenas e temporárias com forte tendência a cisão e apoiadas na família extensa que era a unidade de produção do grupo.

As tensões com os regatões provocaram um conflito, em 1861, que resultou na morte de nove regionais. Deve-se considerar que essas tensões eram decorrentes dos abusos e extorsões infligidos ao grupo pelos regatões que também se serviram dos índios para a exploração de ouro, borracha, madeira de lei e como remeiros em seus barcos. Darcy Ribeiro descreve o trabalho de remeiro como, extenuante e alimentado pela pinga e maconha que os próprios patrões ofereciam aos índios. Segundo o autor, a população de remeiros era extremamente jovem, pois a exploração pela qual passavam, irremediavelmente matava muitos, estropiava a vários e enfraquecia a todos incapacitando para qualquer outra tarefa depois de alguns anos (Ribeiro, 1970:314). A reação policial foi imediata e os Tembé abandonaram as aldeias fugindo da região. Diante dessa situação o Governo Provincial, retirou os regatões da área e reuniu as famílias dispersas. Segundo Valadão, em 1862, são identificadas apenas no alto Gurupi 16 aldeias além de inúmeros relatos de grupos Tembé não contatados.

A ocupação do nordeste paraense, área onde se encontra o grupo Tembé, vai se intensificado principalmente no último quartel do século XIX, migrantes de origem espanhola e libanesa vão ocupar as margens da Estrada de Ferro Bragança, além de nordestinos que pressionados pela seca se deslocam para a Amazônia em levas e os negros amocambados que lá estavam durante todo o século XIX. Todos esses atores disputam espaço, não só com os Tembé, mas com os grupos indígenas da região (Monteiro, Beltrão, 2006:5).

Durante a atração dos Ka'apor, entre 1911 e 1929, já na época do Serviço de Proteção ao Índio - SPI inicia-se a assistência aos Tembé por parte do órgão competente. Com a instalação dos postos indígenas os Tembé foram aos poucos se instalando na porção do curso médio do Gurupi. Serviram ao SPI de diversas formas desde guias, trabalhadores e remeiros. Entretanto a partir de 1950 o SPI favoreceu a chegada de regionais para trabalhar nas roças do posto, além disso, para

²⁷ O óleo de copaiba era empregado para curar feridas e foi utilizado pelos colonos como "anti-séptico das vias urinárias e respiratórias, no combate da asma brônquica, na prevenção e no combate do tétano e nas afecções da pele (doenças da pele: dermatoses), como a psoríase" (http://www2.uol.com.br/vyaestelar/oleo_copaiba.htm).

²⁸ Os regatões eram comerciantes que percorriam os rios de barco.

escoar a produção estimulou o comércio com os regatões (Valadão, 2001), que já havia sido deletério para o grupo, principalmente quando este começou a ser aliciado para os trabalhos junto aos comerciantes. Os índios forneciam couro de onça, jabutis, aves e diversos tipos de resina.

Paralelamente aos problemas que assolavam os Tembé no Pará, os Tenetehara do Maranhão também possuíam a sua própria história de conflitos e perdas.

Durante a construção da rodovia transamazônica, na década de 1970, os Tembé foram levados para participar das frentes de atração, o que desfalcou as aldeias de homens, não devemos esquecer que as divisões do trabalho obedecem a uma divisão sexual, o que implica em perdas principalmente no que se refere à fonte de proteína.

Deve se ressaltar que a própria atuação dos representantes do SPI contribuiu para as perdas do grupo. Se em 1950, havia favorecido a chegada de regionais e a volta do comércio com os regatões em 1960, o chefe de posto, buscando aumentar a produção favoreceu a intensificação dos casamentos interétnicos e com isso o uso da língua portuguesa. A intensificação de regionais na área favoreceu a presença de madeireiros, criadores de gado e caçadores de peles, o que resultou em perdas das reservas de caça e pesca.

É fato que a área onde eram construídos os postos, era em geral parte do território tradicional de um grupo, e com o abandono dos projetos ao longo dos anos de 1970, os Tembé ficaram com áreas desmatadas e com grande presença de invasores. Sendo as relações de poder assimétricas as negociações pela retirada dos invasores tem sido a grande luta dos Tembé nos últimos anos.

II.5.3.4.1.5.5 - Localização Geográfica das Terras Indígenas, Município e Vias de Acesso e Localização do Posto da FUNAI

Sobre a localização dos Postos Indígenas, com a publicação do Decreto Nº 7.056 de 28 de dezembro de 2009, ficaram extintas todas as Administrações Executivas Regionais e Postos Indígenas.

Localização da Terra Indígena Tembé

A Terra Indígena Tembé está localizada a leste do Estado do Pará, no município de Tomé-Açu; Na TI existem duas aldeias a Acará-Mirim e a Cuxiu-Mirim.

Em relação ao acesso a aldeia, as informações disponíveis indicam que o trajeto é realizado tanto por rodovia como por vias fluviais. O acesso rodoviário é feito por rodovia estadual, PA -

256 - Paragominas/Tomé-Açu, enquanto o fluvial pelo rio Acará-Mirim. Ressalta-se que o rio é fundamental para a obtenção de parte da reserva de proteína, visto que o fruto da pesca também compõe a base alimentar do grupo.

Localização da Terra Indígena Turé-Mariquita

A Terra Indígena Turé-Mariquita está localizada a leste do Estado do Pará, no município de Tomé-Açu; Na TI existem duas aldeias Turé e Nova.

Em relação ao acesso a aldeia, as informações disponíveis indicam que o trajeto é realizado por estradas vicinais que existem ao longo da rodovia estadual PA - 256 - Paragominas/Tomé-Açu.

Localização da Terra Indígena Turé-Mariquita II

A Terra Indígena Turé-Mariquita está localizada a leste do Estado do Pará, no município de Tomé-Açu; A área consta desde 1996 como área Reservada, ainda em identificação.

Em relação ao acesso a Terra Indígena, as informações disponíveis indicam que o trajeto é realizado por estradas vicinais que existem ao longo da rodovia estadual PA - 256 - Paragominas / Tomé-Açu.

II.5.3.4.1.5.6 - As Aldeias e suas Populações

Nas quatro aldeias identificadas a partir dos dados secundários, residem 132 pessoas²⁹. As fontes indicam a predominância das famílias extensas, com predominância da autoridade do chefe.

Atualmente, a preferência é por casamentos entre "*primos cruzados do segundo grau que morem na aldeia*" (Valadão, 2000). Os casamentos com regionais, que ocorreram principalmente a partir da década de 1960, são preteridos em favor de casamentos com os Ka'apor, outro grupo indígena local.

Terra Indígena Tembé

Na TI Tembé residem 99 pessoas distribuídas pelas duas aldeias Acará-Mirim e Cuxiu-Mirim, conforme o **Quadro II.5.3.4-4**.

²⁹ Fonte: <http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografialIndigena.asp>, 2008.

Quadro II.5.3.4-4 - Quantidade de moradores por aldeia

Aldeia	Quantidade de Pessoas
Acará-Mirim	71
Cuxiu-Mirim	28

Fonte: FUNASA, 2008

Terra Indígena Turé-Mariquita

Na TI Turé-Mariquita residem 33 pessoas distribuídas pelas duas aldeias, Nova e Turé, conforme o Quadro II.5.3.4-5.

Quadro II.5.3.4-5 - Quantidade de moradores por aldeia

Aldeia	Quantidade de Pessoas
Nova	13
Turé	20

Fonte: FUNASA, 2008

Terra Indígena Turé-Mariquita II

Na Terra Indígena Turé-Mariquita II, conforme os dados disponíveis não foram localizados habitantes.

II.5.3.4.1.5.7 - Distribuição espacial do grupo na Terra Indígena e Caracterização da População

No que se refere à distribuição espacial do grupo, a localização das casas evidencia a existência da família extensa. Cada casa abriga um núcleo doméstico, sendo que as que pertencem a mesma família extensa estão localizadas uma próxima da outra.

“As casas são cobertas com ubim e as paredes são de troncos finos de palmeira, de cascas de árvores ou simplesmente não existem. No posto indígena, são de taipa”.

(Valadão, 2001)

As condições de saneamento e infraestrutura não são consideradas adequadas, ressalta-se que a passagem da situação de grupo nômade para grupo sedentário, exigência da própria restrição que a delimitação do território implica, na maioria das vezes não vem acompanhada das mudanças de infraestrutura necessárias como locais adequados para o destino dos dejetos e o tratamento da água utilizada para o consumo. O que implica geralmente no surgimento de doenças associadas a parasitas (Miranda, *et all*: 1989:389). Ressalta-se que essa realidade não é exclusiva dos Tembé,

que como a maioria dos grupos já passaram por processo de depopulação associados a sarampo e malária. A assistência médica é responsabilidade do DSEI de Guamá-Tocantins.

As Terras Indígenas Tembé, objeto deste estudo guardam semelhanças, inclusive em relação à pressão de madeireiros, grileiros posseiros e pela presença de um mineroduto da empresa PARÁ PIGMENTOS S.A. - PPSA, que em 2006 por ação da FUNAI e da Procuradoria Federal, acionaram a justiça para que a empresa continuasse com os projetos de compensação. Ressalta-se que o mineroduto em questão consiste em uma tubulação com cerca de 20 cm de diâmetro, instalado numa vala com cerca de 50 cm de largura por 1,5 m de profundidade, com 180 km de extensão; sendo que se encontra a 100m em linha reta da TI Turé-Mariquita. O mineroduto transporta caulim, retirado de uma das maiores reservas de caulim.

Atualmente o grupo, busca resistir aos processos de invasão. As ações são orientadas com o fim de retomar a língua e a tradição, ao mesmo tempo se pretende compreender elementos culturais dos não índios. Para o grupo o entendimento diferenciado causou perdas significativas, espaço sagrado, locais de cemitérios dos antigos, população e do território. Em uma das avaliações que o grupo fez sobre o embate assimétrico que ocorreu com a sociedade envolvente, está a própria perspectiva e entendimento do que é a propriedade, a ocupação e os usos sociais da mesma, que são diferentes daqueles existentes na tradição Tupi (Monteiro, Beltrão, 2006).

II.5.3.4.2 - Comunidades de Remanescentes de Quilombo

II.5.3.4.2.1 - Introdução

Conforme o decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo segundo, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

Levando em consideração a importância do auto-reconhecimento para a elaboração da identidade de um grupo (BARTH, 1998), privilegiou-se na pesquisa as comunidades que obtiveram certificação de auto-reconhecimento como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares³⁰, passo essencial no processo que conduz à titulação da terra³¹, como estabelecido no

³⁰ Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome

artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos". Neste sentido, foram levantadas as comunidades que obtiveram o título de quilombo e aquelas cujo processo se encontra em tramitação. As fontes utilizadas foram o INCRA, o ITERPA, a Fundação Cultural Palmares e a Nova Cartografia Social, documento elaborado pelo Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju. Sobre este último, é importante reiterar que foi elaborado por membros de comunidades remanescentes de quilombo, o que infere legitimidade e credibilidade ao documento e, portanto, foi uma importante fonte para o presente estudo.

Inicialmente foram observadas as comunidades circunscritas aos municípios da AII, no entanto, optou-se por observar também a ocorrência destas comunidades no município de Ananindeua, uma vez que algumas áreas do município estão situadas a menos de cinco quilômetros do traçado previsto para o empreendimento.

Conforme registros junto à Fundação Cultural Palmares, atualmente, cerca de 1.000 comunidades remanescentes dos quilombos estão identificadas, oficialmente, no território brasileiro, estando sua maior concentração nos estados da Bahia e Maranhão. No levantamento realizado, dos 22 municípios que serão atravessados pelo empreendimento, foi identificada a presença de comunidades certificadas nos municípios de Abaetetuba, Acará, Ananindeua (este fora da AII), Bujaru e Moju.

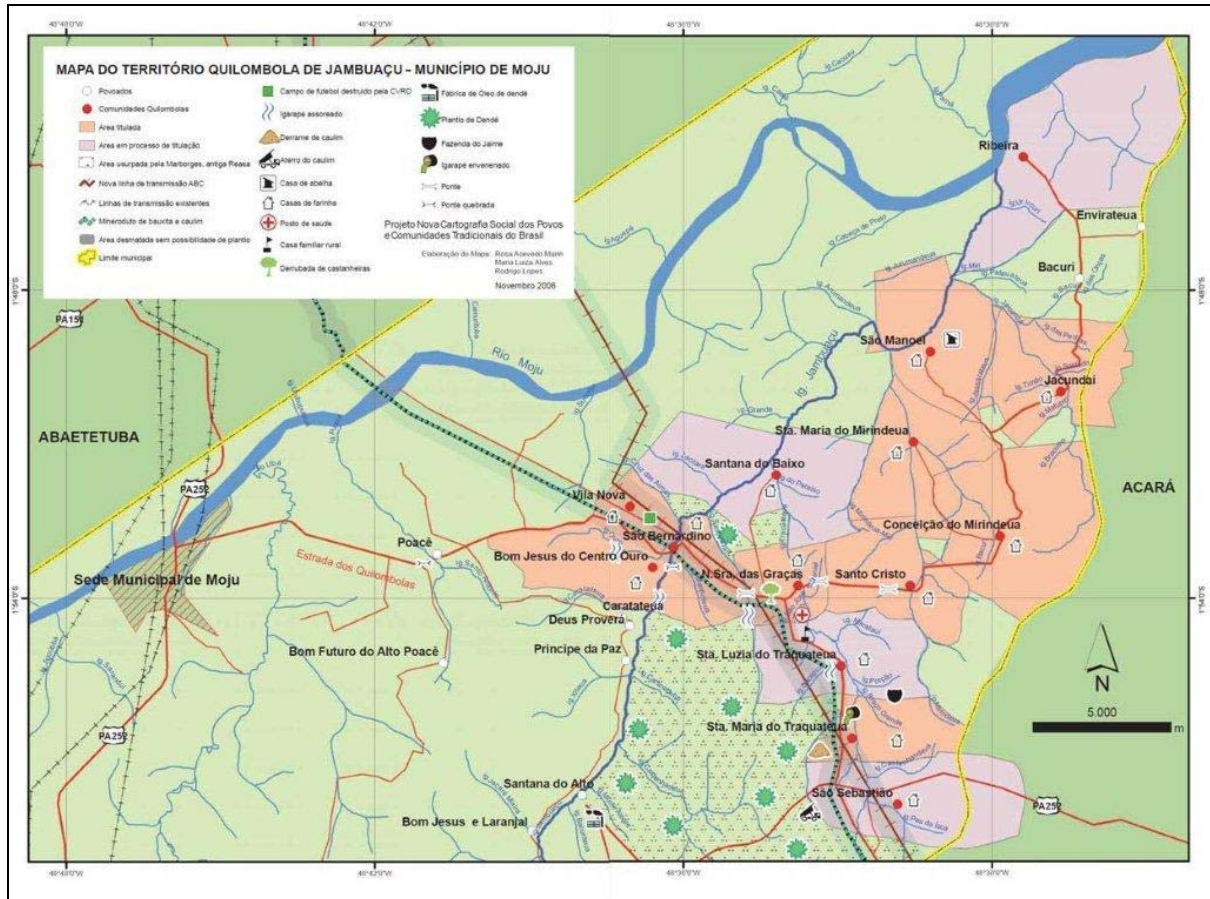
Como exposto no **Quadro II.5.3.4-6**, todas as comunidades presentes na AII do empreendimento estão no Estado do Pará. A presença de tais comunidades nesta região diz respeito à intensa exploração do trabalho escravo, de negros africanos, no período colonial, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. As atividades econômicas que absorveram grande parte do contingente de escravos, na Amazônia Brasileira, foram a mineração, a agropecuária e a exploração das chamadas "drogas do sertão". Neste sentido, a exportação de algodão foi uma atividade muito importante, sobretudo no Maranhão e Pará, contribuindo de forma decisiva na composição étnica da região, uma vez que para tal atividade havia constante importação de escravos africanos.

da mesma. Devem ainda encaminhar a Superintendência Regional do INCRA em seu estado uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando a regularização.

³¹ A regularização do território tem início com um estudo da área, destinado a elaborar um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a desintração de ocupantes não quilombolas mediante a desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. Ao final do processo, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pro indiviso e em nome da associação dos moradores da área, e feito seu registro no cartório de imóveis.

Além do componente histórico é possível relacionar a ocorrência de comunidades certificadas no Estado do Pará, a atuação do instituto de terras do Estado, o ITERPA. Somente em duas comunidades o órgão não foi o responsável pela titulação.

Voltando o foco especificamente para as áreas tituladas, é importante salientar que as terras quilombolas serão representadas no mapa (**Mapa de Terras Indígenas e Quilombolas-2330-00-EIA-DE-4001-00**) utilizando fontes distintas relativas aos seus polígonos. Para as comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu, no município de Moju, utilizou-se dados do mapa produzido e auto-cartografado por membros de tais comunidades, publicado no documento *Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil*, elaborado pelo Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju. Sua utilização é baseada exatamente no fato de ter sido auto-cartografado por membros das próprias comunidades, proporcionando maior legitimidade. Para as demais áreas de remanescentes de quilombo contempladas na área de influência do empreendimento, os dados cartográficos utilizados são originários do ITERPA. Na **Figura II.5.3.4-1**, está representado o mapa produzido por moradores das comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. FASCÍCULO 3 - Quilombolas de Jambuaçu - Moju, Pará. 2007

Figura II.5.3.4-1 - Mapa do Território Quilombola de Jambuaçu

As informações divulgadas pelo ITERPA, inclusive aquelas referente aos Territórios, não são totalmente coincidentes quanto estas, publicadas em documento elaborado pelo Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju. A Figura II.5.3.4-2, representa a territorialidade de quatro unidades localizadas na região do Jambuaçu.

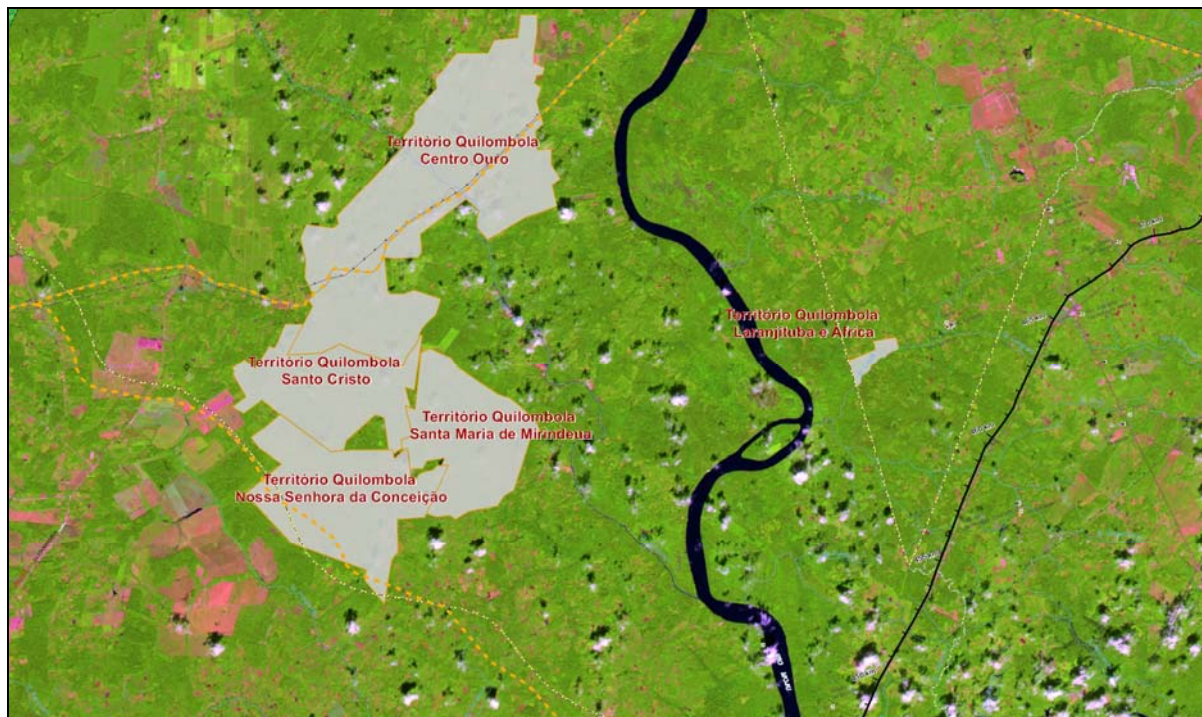


Figura II.5.3.4-2 - Comunidades do Jambuaçu, segundo informações do ITERPA

Considerando-se as diversas, observa-se que das 31 comunidades identificadas (destaca-se que duas comunidades são citadas mais de uma vez, por terem sido alvo de uma segunda titulação) a maior parte se concentra no município Moju, onde foram encontradas 16 comunidades. O município de Abaetetuba também se destaca, contando com nove comunidades, sendo oito delas incluídas dentro da mesma Terra Quilombola; as Ilhas de Abaetetuba. Já no município de Acará existem quatro comunidades certificadas e uma no município de Bujaru e outra no município de Ananindeua.

Incluindo as comunidades cuja certificação está em processo, forma um total de 37 comunidades, e o município de Acará passa a ter 10 comunidades, mas permanece com a terceira maior concentração, uma vez que Abaetetuba passaria a ter 11 comunidades.

Quadro II.5.3.4-6 - Comunidades Descendentes de Quilombo Certificadas na All do Gasoduto

Terra Quilombola	Nº de Famílias	Área (ha)	Município	Órgão Exped.	Publicação (ano)	Comunidade(s)
Bom Remédio	701	588	Abaetetuba	ITERPA	2002	Nossa Senhora do Bom Remédio
Ilhas de Abaetuba	701	11.459	Abaetetuba	ITERPA	2002	Alto Itacuruça Baixo Itacuruça Campopema Jenipaúba Acarauqui Rio Tauaré-açu Igarapé São João (ou Médio Itacuruça) Arapapu
Carananduba	33	645	Acará	ITERPA	2006	Carananduba
Itacoã Miri	96	970	Acará	ITERPA	2003	Itacoã Miri
Guajará Miri	70	1.024	Acará	ITERPA	2002	Guajará Miri
Menino Jesus	-	-	Acará	FCP	2006	Menino Jesus
Abacatal-Aurá (1º título)	53	318	Ananindeua	ITERPA	1999	Abacatal-Aurá
Abacatal-Aurá (2º título)	-	265	Ananindeua	ITERPA	2008	Abacatal-Aurá
São Judas Tadeu (ARQUIOB)	70	2.436	Bujarú	INCRA	2006	São Judas Tadeu
Laranjituba e África (1º título)	48	118	Moju	ITERPA	2001	Laranjituba e África
Laranjituba e África (2º título)	-	1.108	Moju	ITERPA	2008	Laranjituba e África
Nossa Senhora da Conceição	54	2.393	Moju	ITERPA	2005	Nossa Senhora da Conceição
Ribeira do Jambu-Açu	62	1.304	Moju	ITERPA	2008	Ribeira do Jambu-Açu
Santa Maria do Traquateua	27	833	Moju	ITERPA	2005	Santa Maria do Traquateua
Centro Ouro	123	5.243	Moju	ITERPA	2006	Bom Jesus Centro Ouro Nossa Senhora das Graças São Bernardino
Jacunday	60	1.702	Moju	ITERPA	2006	Oxalá de Jacunday
Moju-Miri	28	879	Moju	ITERPA	2008	Moju-Miri
Samaúma	12	213	Moju	ITERPA	2008	Samaúma
Santa Ana do Baixo	34	1.551	Moju	ITERPA	2009	Santa Ana do Baixo
Santa Luzia do Tracuateua	32	342	Moju	ITERPA	2009	Santa Luzia do Tracuateua
Santa Maria de Mirindeua	85	1.763	Moju	ITERPA	2003	Santa Maria de Mirindeua
Santo Cristo	52	1.767	Moju	ITERPA	2003	Santo Cristo do Ipitinga do Mirindeua
São Manoel	68	1.293	Moju	ITERPA	2005	São Manoel
São Sebastião	39	962	Moju	ITERPA	2009	São Sebastião

Fonte: Fundação Cultural Palmares, INCRA e ITERPA

Quadro II.5.3.4-7 - Comunidades em processo de certificação na AII

Municípios	Comunidades
Abaetetuba	Igarapé do Vilar
	N. S. B. R Rio Açacú
Acará	Outeiro
	Tracateua
	São Rosário I
	São Estevão do Itaú-Sul
	Itacoazinho
	Santa Quitéria

Fonte: INCRA e ITERPA

II.5.3.4.2.2 - Contexto Histórico das Comunidades Quilombolas Presentes no Traçado do Gasoduto do Pará

No Estado do Pará, segundo Silveira e Marques (2006)³² na historiografia regional referente ao assunto, particularmente, nas áreas de Abaetetuba, Barcarena e proximidades, surgem as primeiras missões ou reduções, fundadas principalmente pela Ordem dos missionários da Companhia de Jesus, sobre as aldeias referenciadas como Mortigura, Gibrié, Jaguarari, Moju, Ibirajuba e Sumaúma, onde habitavam numerosos contingentes de indígenas.

Na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos Jesuítas, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal, e as proximidades com porto de Belém, a área passa a tornar-se um importante local de concentração de fazendas e engenhos, predominando a produção de açúcar e de aguardente. O mesmo fenômeno acontece ao longo das bacias do Rio Acará, Capim, Moju, Igarapé-Mirim e Baixo Tocantins a partir de meados do século XVII.

Por volta dos anos de 1790, há informações da ocorrência de quase uma centena de engenhos e engenhocas espalhados pelo estuário e em meados do século XIX, são indicados 166 engenhos ou engenhocas. Pelas dimensões monumentais e requinte arquitetônico das construções, e também pelo número de escravos residentes, alguns engenhos atingiram posição de destaque como: fazenda Cafezal, Mucajuba, Madre de Deus, São Mateus, Caripi, Jaguarari, etc., todos localizados nas áreas de Barcarena, Abaetetuba e Moju.

³² Relatório Final do Projeto Levantamento de Potencialidades Arqueológicas e Históricas na área dos Municípios de Barcarena e Abaetetuba, PA, 2004.

Os quilombos apresentam similaridades em seus percursos de formação, assim como organizações sociais e econômicas semelhantes. Ao lado do suicídio, da lentidão ao trabalhar, do aborto e da revolta, a fuga foi um dos recursos mais utilizados pelos negros para escapar ou resistir ao cativeiro. Estas fugas podiam ser individuais ou coletivas. Os marrões ou quilombolas, como eram conhecidos os fugitivos, se dirigiam às matas, onde estavam protegidos pela hostilidade da floresta. Para Edison Carneiro, em Ladinos e Crioulos, os motivos que os impeliam à fuga não podem ser explicados apenas pelo rigor do cativeiro, mas também pelo relaxamento da disciplina da escravaria nos momentos de decadência econômica. Independente das motivações ou condições é consenso que os quilombos se tornaram espaços de reafirmação do estilo de vida dos seus membros, que em sua maioria podem ter sido africanos, mas que também contaram com a participação de mulatos e indígenas.

De acordo com Roger Bastide (1971) aos quilombos se deve a sobrevivência de aspectos das civilizações africanas no Brasil, tornando-se uma expressão de sua resistência cultural. Para Edison Carneiro (Ibidem), o quilombo era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida dos africanos, numa negação da sociedade oficial que os oprimia. A persistência de aspectos da organização social dos povos africanos leva esses autores a defenderem que, provavelmente, seus organizadores tenham sido escravos, de origem africana, que mantinham em suas memórias lembranças da sua terra natal.

A sobrevivência dos quilombolas estava baseada na agricultura de subsistência, caça, pesca e no comércio. Frequentemente, os escravos iam às vilas para comerciar ou trocar seus produtos por manufaturas. Todavia, muitos viviam em difíceis condições, o que levava alguns a cometer delitos ou retornar para a casa de seus donos. Porém, excepcionalmente isso ocorria, pois a maioria não voltava espontaneamente, mas quando apreendidos (KARASH, 2000). Comumente, os quilombos se localizavam em terras férteis, ricas em animais para caça e pesca. Em relação a propriedade da terra, a posse da terra era coletiva, só sendo de posse individual a terra que podiam cultivar, aspectos que permanecem nas comunidades remanescentes atuais.

II.5.3.4.2.3 - Descrição Geral das Comunidades

Conforme observado no mapa e na listagem de comunidades, a maior parte das terras quilombolas identificadas concentram-se em uma mesma região, situada entre parcelas da mesorregião Nordeste Paraense e da Metropolitana de Belém. Desta forma, as terras e comunidades apresentam características em comum, permitindo uma caracterização geral destas localidades. Além disso, deve-se considerar que o traçado previsto para o duto foi revisto de forma a se distanciar destas comunidades, tendo em vista estas apresentam sensibilidade

diferenciada aos impactos do empreendimento, em função da relação que apresentam com o ecossistema local e a repercussão desta relação nos aspectos sociais e econômicos. A partir destas adequações a terra quilombola que apresenta maior proximidade do traçado é Abacatal-Aurá, cujo limite fica a uma distância aproximada de 600 metros. Deve-se destacar que entre os limites da terra quilombola e o traçado previsto, existem uma parcela de mata que recobre quase toda a distância (que faz parte da área protegida Refúgio da Vida Silvestre Metrópole da Amazônia³³) e a alça viária que leva a capital. Nota-se que todas as vias e caminhos que atendem a comunidade seguem em direção oposta ao traçado, ligando a localidade à sede do município de Ananindeua.

Tendo em vista a distância das comunidades ao empreendimento, bem como, as similaridades apresentadas entre as características, entende-se que uma visão geral destas localidades permite, no momento, balizar e orientar a projeção dos impactos resultantes do empreendimento sobre estas comunidades. Por outro lado, entende-se que uma investigação de campo exaustiva nestas comunidades, pode resultar em especulações e tensões, que em termos de impacto poderiam causar danos nas comunidades mais distantes superiores aos impactos decorrentes da implantação e operação do empreendimento. Deve-se também considerar que as comunidades no município de Moju já sofreram um processo conflituoso, com implantação de um mineroduto, de forma que as ações de pesquisa e levantamento poderiam causar apreensão maior nestas áreas.

De um modo geral as comunidades remanescentes de quilombo apresentam dificuldades no transporte. Não raro, o estado de conservação as estradas vicinais que chegam até as comunidades não permite um bom tráfego, nos períodos chuvosos muitas das estradas se tornam intransitáveis. No caso específico dos quilombos no município de Moju (principalmente, aqueles localizados ao longo da rodovia dos quilombos), destaca-se que as vias de acesso foram particularmente prejudicadas pela implantação de um mineroduto.

Em relação ao abastecimento de água e saneamento, observa-se que, geralmente, a água é obtida por caixas de água comunitárias e o sanitário é localizado fora das unidades residenciais, podendo ou não apresentar ligação com fossas. Na maior parte dos casos, existe fornecimento de energia elétrica, mas o mesmo é restrito a algumas unidades residenciais ou a edificações de uso coletivo.

³³ Segundo as informações as áreas da unidade de conservação e da terra quilombola se sobrepõem

No que diz respeito à estrutura educacional, observa-se que nos municípios existem escolas nas áreas remanescentes de quilombo (Quadro II.5.3.4-8). Apesar da oferta ser relativamente ampla na maior parte dos municípios, em nenhuma das escolas existe oferta de ensino médio. Desta forma, entende-se que os alunos que almejem este nível devem se deslocar para outra área do município ou para a sede municipal.

Quadro II.5.3.4-8 - Escolas por Nível de Ensino Oferecido nas Áreas Remanescentes de Quilombo

Município	Escolas em área remanescentes de Quilombo (qte)	Nível Oferecido
Abaetetuba	16	Infantil, Fundamental e EJA
Acará	20	Infantil, Fundamental e EJA
Ananindeua	1	Infantil e Fundamental
Bujarú	8	Infantil, Fundamental e EJA
Moju	18	Infantil, Fundamental e EJA

Fonte: INEP, 2009.

A produção e economia destas comunidades apresentam dois pólos principais, o cultivo de gêneros alimentícios e o extrativismo vegetal. Em relação ao primeiro, percebe-se que é bastante difundido o plantio de mandioca (por vezes beneficiada em casas de farinhas comunitárias ou particulares existentes nas próprias comunidades). O foco principal desta produção é o consumo doméstico, sendo seu excedente vendido para fora da comunidade, como se observa em comunidades camponesas de um modo geral. Em relação ao segundo, percebe-se a importância do extrativismo, principalmente, de castanha do Pará e açaí. Ambas as atividades permitem a manutenção da segurança alimentar, seja pelo consumo direto ou pela venda e obtenção de moeda (principalmente a atividade extrativa).

II.5.3.4.2.4 - Conflito entre Comunidades e Empreendimento

Como indicado, recentemente houve um conflito entre a população de algumas comunidades remanescentes de Quilombo em Moju e a implantação de um mineroduto. Tendo em vista, a importância deste evento e os impactos que incidiram sobre estas comunidades, considera-se pertinente abordar este tema, como forma de balizar a avaliação de impactos, componente deste documento.

Os conflitos das populações existentes no município de Moju começaram quando a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, executou o projeto Mina de Bauxita de Paragominas que teve como um dos seus componentes a construção de minerodutos, com extensão de 246 km, que se estendem do município de Paragominas até o município de Barcarena. Parte da tubulação do mineroduto construído entre 2000 e 2004 corta o Território Quilombola de Jambuaçu. Como parte das obras incluídas no rol das políticas compensatórias está a estrada vicinal, que também foi batizada pela Vale como a Transquilombolas.

A estrada foi prioritária na execução do projeto, que, além do mineroduto, incluiu a instalação de uma linha de transmissão. A partir de 2003 este ramal, que sai da Alça Viária, recebeu uma sobrecarga de tráfego de caminhões que transportavam trabalhadores, material e o maquinário pesado para a execução das obras.

Essa estrada vicinal também corresponde a uma área de trabalho da Prefeitura Municipal de Moju, que, em parceria com a Vale, construiu como parte das Medidas Compensatórias, um espaço comunitário em São Bernardino, denominado de Casa Familiar do Território Quilombola de Jambuaçu Padre Sérgio Tonetto, que conta também com um posto médico.

Segundo relatório elaborado pela professora. Rosa Acevedo Marin e equipe do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a pedido dos quilombolas de Jambuaçu, foi detectado que durante a implantação da estrada problemas de saúde como disenteria, ficaram cada vez mais frequentes no povoado de São Bernardino e estavam sendo atribuídos à poluição do igarapé, de onde vem a água de consumo da população.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) o dano ambiental mais grave teria sido o assoreamento dos igarapés que fazem parte da bacia do Jambuaçu e do próprio rio, com a mexida de terra na colocação dos tubos e da passagem da linha de transmissão. Destaca-se que os barcos que trafegavam pelo igarapé conduzindo a farinha produzida por algumas comunidades até Belém ficaram impedidos de se movimentar nesse curso d'água.

Outro problema levantado foi o desmatamento de castanheiras do Pará durante o processo de abertura da estrada, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Tecnologia reconheceu que, pelo menos 150 castanheiras produtivas foram abatidas e outras estavam prestes a cair porque suas raízes foram atingidas pelas escavações. Dados fundiários das associações quilombolas da região dão conta de 674 famílias afetadas pelo empreendimento da Vale (BARROS, 2007).

Diante destes problemas houve uma reunião do dia 4 de outubro de 2006, realizada na comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças, onde estiveram presentes representantes da Vale, do Programa Raízes, Prefeitura Municipal de Moju, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Quilombola de Jambuaçu. No ato foi solicitada a intervenção do Ministério Público que definiu, ante a empresa, que as obras da linha de transmissão fossem paralisadas. Apesar disto a Vale retomou a montagem das torres.

Em dezembro de 2006, os quilombolas bloquearam duas estradas usadas pela mineradora para chegar ao seu canteiro de obras nas terras do quilombo Santa Maria de Traquateua. A situação se agravou quando os manifestantes derrubaram uma torre de transmissão da empresa e bloquearam a estrada de acesso ao mineroduto, localizado nas terras do quilombo.

Segundo Almeida³⁴, a relação entre os quilombolas e pesquisadores tem sido motivo de tensão. Alguns representantes tornaram público o descontentamento sobre o resultado do curta-metragem Filhas de Jambuaçu. Militantes da comunidade informaram que deram depoimentos sem a devida informação que as mesmas seriam para a mineradora.

O curta metragem indicado para o concurso internacional sobre etnografia não foi apresentado à comunidade, que só veio a conhecer o resultado após mediação de um militante que acessou uma cópia do mesmo em Belém. Uma moradora da área declarou que todas as informações sobre as tensões entre a companhia e os quilombolas não são tratadas no filme. Os quilombolas informaram ainda que não autorizaram uso de seus depoimentos e imagens para o professor Silvio Figueiredo, autor do curta. O curta integra projeto do Museu Paraense Emílio Goeldi de Educação Patrimonial, com apoio financeiro da companhia. Com mediação do Ministério Público Federal (MPF), vários órgãos estaduais e a CPT, a empresa encontrou-se obrigada a garantir manutenção da Casa Família Rural (CFR), produção de estudo através da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) sobre as potencialidades produtivas do território quilombola, assistência para o funcionamento do posto de saúde e pagamento de dois salários mínimos por

³⁴ ALMEIDA, Rogério (2007). Brasil - Comunidades Quilombolas na semana da Consciência Negra, in: <<http://www.www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30632>> acesso em 14/05/2008.

dois anos para as 58 famílias afetadas diretamente pelo linhão (Linha de Transmissão) e garantia de outras obras de infra-estrutura.

Como apontado anteriormente, o território quilombola foi autcartografado por moradores de tais comunidades, na busca por usufruir seus direitos territoriais e demonstrar os impactos ambientais, culturais e sociais dos empreendimentos (mineroduto, estrada e linha de transmissão) no território quilombola. Assim, é importante destacar que o documento produzido pelo Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju, inserido na Nova Cartografia Social da Amazônia, revela as demandas destas comunidades na defesa de seu território tradicional.

II.5.3.4.3 - Populações Tradicionais

II.5.3.4.3.1 - Definição

Para a definição de populações tradicionais utilizou-se como base a legislação vigente, entendendo-se esta como categoria oficial. A caracterização de populações tradicionais é bastante abrangente. O decreto presidencial 6.040, de fevereiro de 2007, determina:

“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

A partir do exposto no decreto, podem-se determinar como populações tradicionais àqueles grupos que apresentam relações simbólicas, culturais e materiais com o território onde se encontram e, por outro lado, se reconhecem em condição de dependência do ecossistema, tirando deste os recursos naturais para sua reprodução social, cultural, religiosa e econômica. Neste sentido, privilegiou-se identificar comunidades em terras tradicionalmente ocupadas e por elas habitadas em caráter permanente, utilizando-as para suas atividades produtivas, além de usufruir os recursos ambientais necessários a seu bem-estar e que garantam sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Para as análises destes grupos levou-se em consideração a importância do território e as práticas inseridas em seu interior para a elaboração da identidade do grupo.

Além dos grupos que apresentam tais características, foram considerados ainda como povos e comunidades tradicionais aqueles grupos que produzem conhecimentos tradicionais que as diferenciam, de forma específica, das sociedades nacionais onde estão inseridas. Segundo Garcés (2007) estes conhecimentos constituem sistemas dinâmicos que se atualizam constantemente, que estão estreitamente relacionados com os ambientes físicos e socioculturais destas sociedades, podendo ou não constituir bens coletivos das mesmas e são geralmente transmitidos através da oralidade.

A partir destas definições foi possível perceber que os povos e comunidades tradicionais da região em estudo, são compostos, em geral, por *cablocos amazônicos* e *novos camponeses*, vindo do nordeste do país. Destaca-se que estas populações, diferente dos povos indígenas e das comunidades quilombolas também abordados nesta parte do estudo, não possuem títulos de reconhecimento expedidos e seus territórios não são demarcados por órgãos competentes. Apesar de ocuparem a região há muito tempo, não existe uma política para a delimitação de seus territórios, as comunidades não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. Nota-se que, geralmente, essas comunidades mantêm organizações econômicas, sociais e expressões culturais que remetem aos referenciais de sua ligação com a descendência. É a partir de suas características e do reconhecimento por outros que essas comunidades são então identificadas como tradicionais.

Com base nestes conceitos foram localizados e considerados nas áreas de influência do empreendimento como povos ou comunidades tradicionais: pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e caboclos amazônicos, pois os mesmos se caracterizam como grupos que compartilham entre si um patrimônio e um pacote de recursos comuns, dentre eles o território, sobre os quais estão estabelecidos os direitos e valores da coletividade.

Para a confecção do presente diagnóstico foram consideradas as culturas, estratégias de produção e reprodução social, as histórias, os saberes tradicionais, as formas de organização social e as práticas e inovações destes grupos, que foram geradas e depois transmitidas através da dita tradição. Foram realizadas também abordagens nas diferentes cadeias produtivas inseridas nesse contexto, permitir uma visualização das atividades produtivas de forma integral e sistêmica destas comunidades.

II.5.3.4.3.2 - Plano de Trabalho

Para a realização do diagnóstico relativo a populações tradicionais foram utilizadas, basicamente, três fontes de informação: bibliografia específica sobre o tema e região estudada, dados secundários obtidos junto a instituições e entrevistas com lideranças das comunidades identificadas.

Bibliografia - Para se chegar ao material bibliográfico foram realizados levantamentos de teses, artigos e dissertações, sobre a região e populações tradicionais. Além de levantamentos iniciais foram incluídos outros materiais a partir de dados obtidos junto às demais fontes utilizadas.

Dados Secundários de Instituições - As informações oriundas de instituições foram levantadas nos seguintes locais: Museu Paraense Emílio Goeldi, Fundação Casa de Cultura de Marabá, além de entrevistas realizadas nas Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nas Superintendências Regionais do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) no Maranhão, Pará e Tocantins.

Entrevistas com Lideranças - Com base nos dados bibliográficos e nas informações das instituições foram identificados os locais com potencial para a ocorrência de populações tradicionais. Além disso, as equipes (socioeconomia) que realizaram pesquisas de campo para levantamento de dados relativos à AID identificaram pontos de potencial similar ao longo do traçado previsto. A partir destes dados foi realizada a pesquisa de campo, nas áreas selecionadas, em duas campanhas (entre os meses de abril e maio de 2008, e setembro e outubro de 2009). Durante a primeira campanha identificou-se outras séries de locais a serem visitados na segunda. Em todas as comunidades encontradas foram realizadas entrevistas com os principais líderes dos movimentos e comunidades.

Uma vez definidas estas etapas, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram divididos em dois momentos. Inicialmente à pesquisa bibliográfica e à consulta a órgãos públicos em busca de informações que possibilitassem detectar previamente povos e comunidades tradicionais presentes na área prevista para a efetivação do empreendimento.

Após essa etapa, foi possível identificar as comunidades e planejar o cronograma do trabalho de campo. Partiu-se, então, para a elaboração das entrevistas privilegiando as informações acerca dos usos econômico, social e cultural dos espaços ocupados por essas comunidades.

O trabalho de campo foi planejado em torno da observação participante do cotidiano das comunidades e da coleta de dados por meio de imagens e entrevistas com os líderes das associações locais e outras pessoas apontadas como informantes pelos membros.

A opção pela entrevista se deve ao fato de ser esse método mais flexível, pois existe a possibilidade da parte do entrevistador de esclarecer perguntas não compreendidas, além de ser mais adequada para a revelação de assuntos complexos. Outra vantagem é que sendo a entrevista um momento interativo, o pesquisador pode observar expressões e hesitações do entrevistado que contribuem para a verificação da validade das respostas (BAUER, 2002).

Optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas com perguntas abertas, aplicadas através da técnica dirigida por meio do contato direto. Os tópicos selecionados incluem questões relativas ao uso, ocupação e representação dos espaços, vida doméstica, rituais, festas e referenciais de descendência e origem das comunidades.

As entrevistas se dividiriam em dois tipos: entrevistas semiestruturadas de “verificação de fatos”, aplicada às pessoas legitimadas pela comunidade para descreverem o fato desejado; e entrevistas de “verificação de crenças quanto aos fatos”, realizadas alguns membros das comunidades, com o objetivo de compor uma amostragem para saber a versão das pessoas em relação aos fatos. Além de possibilitarem o conhecimento de diferentes “versões”, o contraste entre os depoimentos coletados nos dois tipos de entrevistas podem apontar continuidades, descontinuidades ou mesmo contradições. Concordamos que “na reconstrução do passado, a linguagem auditiva, que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidos e utilizados socialmente” (FREITAS, 2002, p. 47).

Para o trabalho de campo foi estabelecido um modelo de abordagem onde foram delimitados *buffers* de 400 metros, um, cinco e 10 quilômetros para cada lado do traçado previsto para o duto. Nestas áreas deu-se prioridade para a realização de entrevistas nas comunidades localizadas até 400 metros da linha de implantação do duto, na AID do empreendimento, buscando identificar as formas de uso da terra, de organização social e cultural. Em relação às comunidades, localizadas nas distâncias entre 400 metros e cinco quilômetros tiveram-se como objetivos, a sua identificação e a realização de uma observação menos detalhada. Já naquelas localizadas em distâncias superiores a cinco quilômetros optou-se por não realizar incursões, uma vez que se entende que os impactos nestes locais tendem a ser reduzidos e que a realização de entrevistas poderia gerar especulações e incertezas nos locais, que teriam efeitos superiores aos possíveis impactos do empreendimento.

II.5.3.4.3.3 - Descrição das Populações Encontradas

II.5.3.4.3.3.1 - Comunidades Extrativistas

A partir dos levantamentos e bibliográficos, corroborados por observações de campo, foi possível perceber que as comunidades extrativistas, presentes na All do empreendimento, consistiam naquelas que extraem o coco do babaçu. Buscando entender as dimensões constitutivas das formas sociais, e os padrões de ocupação da região por comunidades tradicionais extrativistas, com base nas observações ao longo dos trechos estudados, deram-se prioridade às visitas técnicas nas localidades encontradas próximas a área de influência direta do empreendimento, principalmente, nos locais de maior concentração populacional.

Nota-se que as comunidades extrativistas de babaçu estão inseridas num processo de ocupação que não é determinado apenas em um único local e sim em vários locais diferentes onde os espaços rurais são marcados por uma grande diversidade de classificações e territorialidades, cujas definições e limites ainda são pouco claras, o que dificulta a delimitação do território.

Como já apontado, em etapa preliminar foram realizadas entrevistas com lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIOCB - com o propósito de identificar a existência de comunidades de extrativistas nas áreas de influência do empreendimento.

As principais lideranças entrevistadas foram: a Vice-Coordenadora do MIOCB; a presidente e a tesoureira da Associação de Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista (RESEX) do Ciriaco; a presidente a Associação das Mulheres de Buriti (AMB), representante do MIOCB no Tocantins e representantes do MIOCB no Pará.

A partir das entrevistas foram identificadas comunidades extrativistas de babaçu na região conhecida como Bico do Papagaio³⁵, compostas pelas mesorregiões: Sudeste do Pará (município de São Domingos do Araguaia), Ocidental do Tocantins (municípios de Esperantina, Araguatins e São Sebastião do Tocantins) e Oeste maranhense (municípios de Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca), conforme identificado no **Quadro II.5.3.4-9**.

³⁵ A região do Bico do Papagaio compreende 66 municípios - 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins - distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de 1.436.788 habitantes. A região onde está localizado o território do Bico do Papagaio está inserida no ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, comumente chamado de pré - Amazônia ou zona de ocorrência de babaçuais, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia.

Quadro II.5.3.4-9 - Comunidades Extrativistas (Coco de Babaçu) na All

Comunidade	Município	Estado
RESEX Ciriaco P. A Sol Brilhante Povoado Gavião Povoado Centro do Abraão São Domingos (Domingão) Viração Assentamento São Jorge Centro do Olímpio Alto Bonito Rua Nova Vila Varjão	Cidelândia	MA
Palmeirândia Cuverlândia Lontra Marcolândia	Vila Nova dos Martírios	
Vila Nova Macilnim (Deserto Verde) Cabeça Gorda Primeiro Cocal	São Pedro da Água Branca	
Assentamento Água Branca Taigara Assentamento Califórnia SUDAM Galiléia	Açailândia	
São Francisco Vila Tocantins (Centro dos Mulatos) Pedra de Amolar	Esperantina	TO
Vila São José Vila São Benedito	São Domingos do Araguaia	PA
Assentamento Vinte e Um de Abril	São João do Araguaia	PA

A Figura II.5.3.4-3, mostra um mapa da região ecológica dos babaçuais onde estão as comunidades extrativistas listadas no Quadro II.5.3.4-9, acima. Tal mapa foi publicado no documento *Nova Cartografia Social da Amazônia*, e elaborado pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A partir deste mapa pode-se observar a dinâmica da região e os conflitos que envolvem as quebradeiras. Na região, que é conhecida como Bico do Papagaio, além das comunidades extrativistas, existem Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Projetos de Assentamento.

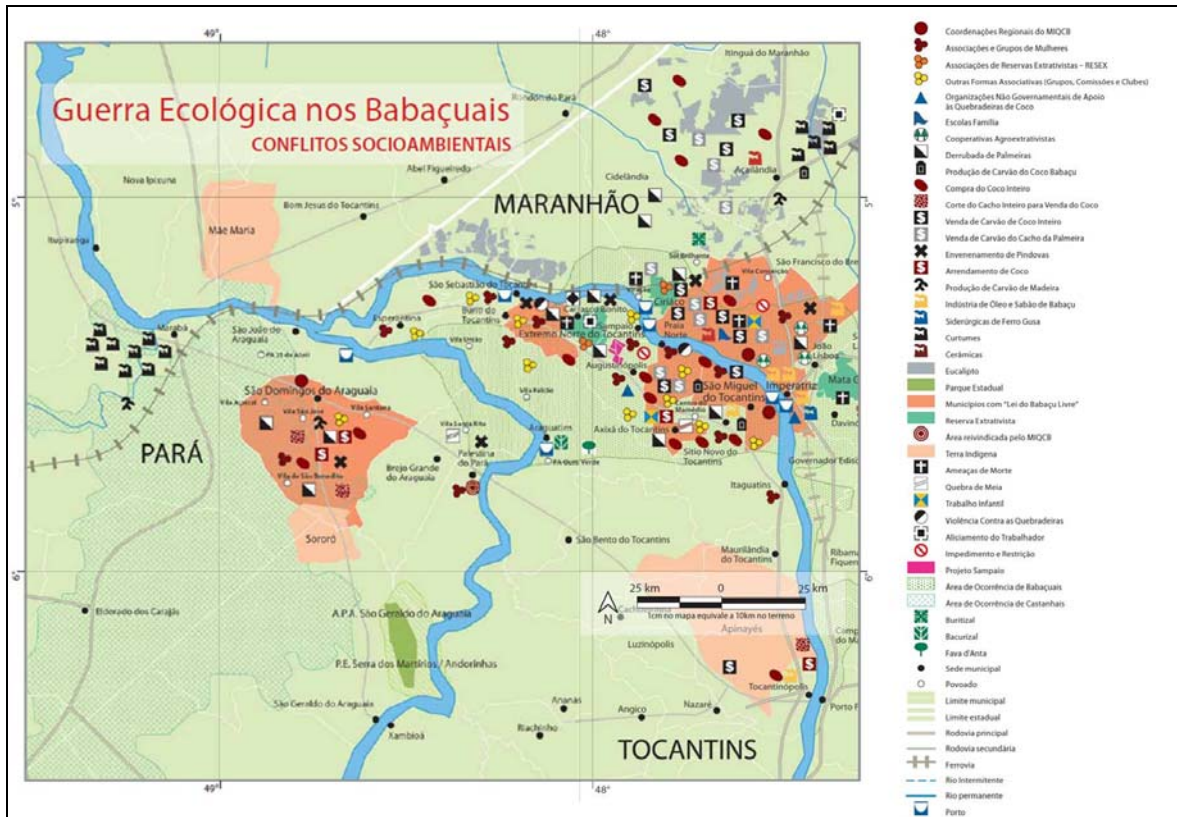


Figura II.5.3.4-3 - Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais

Os municípios onde foi verificada a existência dessas populações correspondem a aproximadamente 31% dos municípios atravessados pelo empreendimento. Entretanto, não foram localizadas tais comunidades na área de influência direta do empreendimento (até um raio de 400 metros do traçado). No entanto, observa-se que algumas matas de babaçuais, utilizadas por estas comunidades que estas comunidades têm parcelas na AID, sendo algumas afetadas pelo empreendimento.

Processos Históricos

Existem indícios que apontam que a região do Bico do Papagaio, antes mesmo da colonização européia, já tinham babaçuais de relevante significado para as populações indígenas locais. Câmara Cascudo relata que, já em 1612, o frei viajante *Claude d'Abbeville* informava sobre a importância dos "frutos da palmeira" na alimentação dos indígenas do nordeste do Brasil, "lá nas bandas de Pernambuco e Potiú" Tal palmeira era, provavelmente, o babaçu, batizada na língua tupi de *uauaçú*³⁶.

³⁶ Teixeira, R. Simões, Pequena Monografia do Município de Babaçulândia, IBGE, 1956.

Inicialmente o babaçu (*Orbignya phalerata*) era explorado como matéria-prima para a produção de óleos comestíveis e láuricos³⁷, o processo de industrialização do babaçu no Brasil teve início do século XX. Com o grande desenvolvimento da atividade extrativista do babaçu, investimentos industriais foram atraídos e várias empresas interessadas no seu processamento se instalaram na região.

O desenvolvimento da química orgânica no final do século XIX foi fundamental para o avanço da indústria cosmética e com ela o aproveitamento da amêndoa do babaçu na produção do ácido láurico, embora não sendo sua a fonte principal de produção. Nas décadas seguintes a amêndoa do babaçu se tornou importante nessa atividade industrial devido à ocupação japonesa à Malásia, durante a segunda guerra mundial, o babaçu se tornou valorizado pelo crescimento do seu consumo no mercado internacional.

O auge da economia babaçueira se deu entre as décadas de 1960 e 1980, neste período 52 empresas de médio e de grande porte funcionavam apenas no Estado do Maranhão, produzindo óleo para o abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza no país e no exterior. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas, sendo o principal item da pauta de exportação do estado.

Atualmente, no Brasil, encontram-se vastos babaçuais, distribuídos de forma descontínua e espalhados ao sul da bacia amazônica, onde a floresta úmida cede lugar à vegetação típica dos cerrados. Os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins concentram as maiores extensões de matas onde predominam os babaçuais, formando, muitas vezes e espontaneamente, agrupamentos homogêneos, bastante densos e escuros, tal a proximidade entre os grandes coqueiros.

A partir associação dos dados das entrevistas e do contexto histórico regional recente, foi possível interpretar e associar, os fatos históricos relacionados à presença de populações extrativistas tradicionais e descrever suas vulnerabilidade atual, considerando as possíveis pressões sobre o seu território e sobre as comunidades, também foi possível caracterizar os seus meios de produção.

A maioria das atuais comunidades extrativistas de coco babaçu, nas áreas de influência do empreendimento, sofreu grandes impactos a partir da década de 1970, num processo recente de ocupação amazônica, que esteve ligado diretamente à ação do governo militar e às políticas de desenvolvimento econômico.

³⁷ O óleo láurico é utilizado na produção de cosméticos e produtos de higiene e limpeza.

Num contexto de expansão que privilegiou determinados espaços, alguns dos quais constituídos a partir de condições econômicas historicamente preexistentes, e outros nas quais tais condições foram praticamente criadas, o governo considerou impraticável a colonização da região baseada em pequenos e médios proprietários assim, através de subsídios, consolidou o predomínio da empresa agropecuária na região na década de 1970.

Esse processo de apropriação da terra baseado em empresas subsidiadas pelo governo alterou a estrutura da concentração fundiária na região, estimulando fazendas de enormes dimensões e, por consequência, a estrutura social, ao expulsar os posseiros e induzir os fazendeiros a vender suas terras. Essas empresas, em virtude de sua maior capacidade financeira, acabavam desmatando áreas maiores e em ritmo mais intenso (Becker, 1991).

Com os direitos de propriedade mal definidos a violência no campo e o desmatamento na Amazônia partem de uma matriz comum, que é a exclusão ao acesso da terra e os desequilíbrios sociais por elas causadas. A natureza da utilização da terra e os agentes de sua apropriação privada constituíram elementos imprescindíveis para os conflitos fundiários na fronteira amazônica.

O padrão da distribuição fundiária no Brasil instituiu uma dinâmica de expansão da fronteira que, em princípio, deveria evitar a violência rural, mediante a facilitação da ocupação de terras devolutas. No entanto, o mesmo padrão de distribuição é reproduzido nas terras da nova fronteira, devido à disputa pelos direitos de propriedade ainda não devidamente estabelecidos naquela região (Sant'Anna & Young, 2000).

Em relação aos conflitos com as comunidades tradicionais extrativistas existentes nas áreas de influência do empreendimento, os depoimentos apontam situações específicas para cada região. A intimidação por parte dos fazendeiros foi, e em alguns casos ainda é, um elemento comum em todas as regiões, porém os conflitos mais violentos se deram na região do atual estado do Tocantins:

“Diziam que o antigo dono da fazenda era uma pessoa ruim, mas ele nunca foi pessoa pra proibir, ele dizia assim: - vocês põem o coco de vocês, pode quebrar o coco de vocês, não vou querer que vocês quebrem dentro do cerco, mas pode quebrar. Nunca aconteceu conflitos entre os fazendeiros, mesmo antes da reserva eles deixavam a gente tirar e colocar na beirada estrada, ali mesmo a gente quebrava e limpava o coco na beira da pista, pra não deixar nenhum cavaco

também. Os fazendeiros diziam que se a reserva saísse era bom pra nós, que a gente estava de parabéns, mas se não saísse, nenhuma quebradeira entrava na área deles, nenhuma, porque nós estávamos sendo contra eles. Pelas dificuldades que vemos em outras áreas, aqui nunca aconteceu conflito Graças a Deus! Porque tem comunidades aí que são ameaçadas pelos fazendeiros, que explusam e colocam fio elétrico nas cercas" (Maria José Silva do Nascimento - Resex do Ciriaco).

"Aqui na região de São Domingos, não houve conflito porque o babaçu nunca foi valorizado, mesmo assim, muitos fazendeiros derrubaram o babaçu para não deixar quebrar o coco e nem fazer as caieiras, dizendo que as caieiras quebravam pata do gado" (Deusalina Lopes Soares- São Domingos do Araguaia - TO).

"Muitos pais de família foram mortos aqui na região do Buriti e da Esperantina, todos tinham muito medo, porque era assim: eles perguntavam as mulheres onde estavam seus maridos, elas sem saber diziam onde eles estavam e os homens iam lá e matavam. Foi uma época de muito sofrimento as viúvas iam quebrar o coco para sustentar as famílias os filhos homens das quebradeiras viúvas ajudaram no sustento da família quebrando coco também. Nossa associação foi criada depois da morte do Padre Josimo em 1986, foi ele quem orientou a gente pra se fortalecer" (Antônia Maria de Bezerra - Buriti do Tocantins - TO).

Para Sant'Anna & Young (*op. cit*) existe uma interdependência entre desmatamento e violência no campo, sendo ambos afetados tanto pelas características estruturais da concentração fundiária e relações de trabalho e produção no campo, quanto pelo mesmo conjunto de políticas públicas.

As articulações e os conceitos sobre associativismo começaram a fazer parte das discussões, o aprendizado sobre mobilizações e organizações de grupo veio dos movimentos dos guerrilheiros³⁸ da Guerrilha do Araguaia³⁹ que se instalaram na região entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970.

³⁸ Os guerrilheiros transformaram-se em habitantes locais, abrindo pequenos comércios, bares, prestando pequenos atendimentos médicos de casa em casa, fazendo partos, caçando, pescando, plantando, transportando pessoas e viveres em canoas, abrindo uma farmácia, dando aulas para moradores e fazendo propaganda política em pequenas reuniões, inseridos na pequena e humilde sociedade local. Eram chamados pelos caboclos de 'paulistas'. [3]Da primeira dezena que havia chegado em 1967/68, no começo da década de 70 o grupo já contava de mais de sessenta militantes, homens e mulheres, vindos de diversos lugares do Brasil, quase todos jovens estudantes ou profissionais liberais, em preparação para uma revolução, que acreditavam, teria início ali

³⁹ Ocorrida no início da década de 1970, a guerrilha levou este nome por ter sido travada em localidades próximas ao rio Araguaia, na divisa entre os atuais estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época, pertencente ao Estado de Goiás). A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, desde meados dos anos 1960, já mantinha militantes na região do conflito

É possível relacionar a onda de violência que ocorreu na região do Bico do Papagaio, com auge na década de 1980, ocorreu devido ao clima de tensão que existia na região desde meados da década de 1970 quando foi realizada uma operação militar, com a finalidade de eliminar focos de militantes remanescentes na região.

No início da década de 1980, surgiram várias organizações nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará em defesa da melhoria das condições de trabalho para os lavradores da região. O Padre Josimo Tavares⁴⁰, figura marcante nesse processo, atuava como coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Bico do Papagaio, após seu assassinato, para os lavradores da região, o "padre preto de sandálias surradas" ainda hoje é um símbolo de resistência contra a opressão.

Os movimentos sociais que agrupam as chamadas quebradeiras de coco babaçu nasceram de forma organizada a partir da segunda metade da década de 80, num processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas por grileiros, fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste.

Os programas e projetos promovidos pelo governo, a partir do início da década de 1980, provocaram um imediato aumento do valor da terra e a intensificação dos conflitos sociais. Para as comunidades extrativistas o período que houve mais impacto foi durante a construção da Estrada de Ferro Carajás, o depoimento abaixo revela como essa experiência foi vivenciada:

“Eu faço essa indagação porque nós já temos vários exemplos, desde a época da Estrada Carajás, eu era muito nova na época, mas a gente já trabalhava com comunidade. Através de um trabalho sério da Igreja, CPT e etc. nós vimos, vivenciamos, trocamos idéias, diálogo e até sofrimento com várias comunidades que ficaram praticamente desamparadas. Daquela época da estrada do Carajás desagregou muitas famílias que na verdade não tinham propriedades de grande valor. O que era visto é que só as propriedades que tinham grande valor, no caso dos pecuaristas houve uma área bem beneficiada e os moradores que tinham uma área que não tinham grande valor, nunca foram indenizados. Perto da Cidelândia tinham várias comunidades onde o pessoal teve que se deslocar da comunidade para a periferia, uns vieram pra Imperatriz, outros foram para Açailândia e outros foram

⁴⁰ Padre Josimo Tavares se tornou conhecido nacionalmente pela sua atuação em favor dos sem-terra da região do Bico do Papagaio. Coordenador da Pastoral da Terra apoiava os lavradores em conflito com fazendeiros. Após sua morte virou um mártir da luta pela terra.

embora pro Pará, então as comunidades de acabaram” (Maria Querubina -Imperatriz - MA).

Desde 1990 quebradeiras de coco dos quatro Estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, começaram se reunir para discutir os problemas e as propostas de melhoria no trabalho. No início da década de 1990, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu organizou o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís. Em 1995, foi criado o MIOCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu).

Essa nova identidade emerge com diferenciações históricas e econômicas internas entre si, segundo condições que foram sendo construídas e representam ações localizadas.

Meios de Produção

No presente diagnóstico procura-se descrever o apenas o segmento extrativista (produtor), buscando a compreensão das relações entre os agentes da agroindústria do babaçu para termos um embasamento sobre o papel e a atual condição das comunidades extrativistas tradicionais nas estruturas existentes do processo.

Segundo Herrmann (*op. cit.*) são cinco os principais segmentos que integram o sistema agroindustrial do babaçu: 1) segmento produtor (extrativista); 2) intermediários de amêndoa; 3) segmento processador (indústrias de óleos e siderúrgicas); 4) intermediários de produtos finais; 5) segmento consumidor.

O Babaçu (*Orbignya speciosa, Mart.*) é uma planta da família das palmáceas *Arecaceae*, que cresce espontaneamente nas matas de transição da região amazônica e chegam a produzir em média 2.000 frutos anualmente, porém não suporta longos períodos. Seus frutos são ovais alongados, de coloração castanha, que surgem no período de agosto a janeiro, em cachos pêndulos. Sua polpa é farinácea e oleosa, envolvendo de 3 a 4 sementes oleaginosas, as amêndoas, que constituem o principal produto extraído do babaçu e possuem o maior valor mercantil e industrial.

As palmeiras de babaçu concentram altos teores de matérias graxas, ou seja, gorduras de aplicação alimentícia ou industrial. Assim, o principal destinatário das amêndoas do babaçu são as indústrias locais de esmagamento, produtoras de óleo cru. Constituindo cerca de 65% do peso da amêndoa, esse óleo é subproduto para a fabricação de sabão, glicerina e óleo comestível, mais tarde transformado em

margarina, e de uma torta utilizada na produção de ração animal e de óleo comestível (Biodiesel BR, 2009).

A palmeira atinge aproximadamente 20 metros de altura com diâmetro de 20 a 40 cm, ela produz frutos a partir do 8º ano de vida, quando passa a apresentar um período de abundante frutificação, como afirma Jesus (1988). Após o início da produção a planta é considerada uma rica fonte de recursos, do ponto de vista econômico, pela possibilidade de aproveitamento de muitos dos seus componentes.

A estrutura do sistema agroindustrial do babaçu é delimitada por atividades de natureza diversa como a produção de óleos e gorduras vegetais, a produção de carvão vegetal, a produção de amido, entre outras.

O segmento produtor (extrativista) do óleo de babaçu consiste basicamente em duas operações: a coleta do fruto e extração das amêndoas. A coleta de frutos é uma atividade tradicionalmente feminina⁴¹, desenvolvida em grupo e às vezes acompanhadas de suas crianças, as quebradeiras coletam o coco que cai da palmeira (o coco maduro), que segundo depoimentos, é o melhor para extrair a amêndoa. Os frutos são coletados manualmente, às vezes são quebrados no próprio local de coleta e são transportados em cestos confeccionados com a palha do próprio babaçu.

Em função das dificuldades da atividade foram realizadas tentativas de mecanizar o processo com o desenvolvimento de máquinas para facilitar a retirada da amêndoa, o corte do coco e a extração do óleo. No entanto, os procedimentos mais utilizados são os tradicionais, pois, valores das máquinas são elevados, o que dificulta a sua aquisição.

O processo tradicional de quebra do coco babaçu se dá da seguinte maneira: sobre o fio de um machado preso pelas pernas da quebradeira, o coco do babaçu fica equilibrado; depois de ser batido, com muita força e por inúmeras vezes, com um porrete de madeira, finalmente, o coco parte-se ao meio, deixando aparecer suas amêndoas (Figura II.5.3.4-4 e Figura -II.5.3.4-5).

⁴¹ Isto não significa que haja interdição rígida do trabalho masculino nesta atividade, em campo chegou-se a ouvir relatos indicando a atuação de homens na coleta ou beneficiamento do produto. No entanto, em grande parte das situações este trabalho é definido pela categoria "ajuda", de forma a ação principal e a responsabilidade sobre a tarefa é atribuída à mulher.



Figura II.5.3.4-4 - Quebra do coco do babaçu



Figura -II.5.3.4-5 - Amêndoas expostas

Da amêndoa obtêm-se óleo que é empregado, sobretudo na alimentação, mas também como combustível e lubrificante, e na fabricação de sabão. Do endocarpo (casca), produz-se carvão, que rapidamente está substituindo a atividade da quebra, por trazer lucro em curto prazo.

O mesocarpo (ou farinha de babaçu) é um alimento rico em amido e sais minerais que possui inúmeras propriedades medicinais, razão pela qual é muito difundido entre as quebradeiras. A farinha de mesocarpo ainda pode ser utilizada na fabricação de bolos, tortas e vitaminas, é um produto novo no mercado que tem um potencial de crescimento muito grande e já demonstrou boa aceitação também nas cidades (Figura II.5.3.4-6 e Figura II.5.3.4-7).



Figura II.5.3.4-6 - Mesocarpo do babaçu



Figura II.5.3.4-7 - Utilização da farinha

O MIQCB vem investindo na produção de outros subprodutos como o sabonete de babaçu e a confecção de artesanatos como bolsas, colares, caneteiros e brincos, como alternativa para valorização e agregação de valor do produto.



Figura II.5.3.4-8 - Quebradeira e produtos obtidos a partir do babaçu



Figura II.5.3.4-9 - Sabão e sabonete de babaçu



Figura II.5.3.4-10 - Sabonete de babaçu



Figura II.5.3.4-11 - Artesanato de Babaçu

A folha do babaçu é aproveitada para fazer telhado para as casas e do caule, faz-se o adubo e estrutura de construções (Figura II.5.3.4-12).



Figura II.5.3.4-12 - Cobertura de residência com palha da Palmeira de Babaçu

Apesar de possuir variadas utilidades, por sua ocorrência não controlada do ponto de vista econômico e agrícola, o sistema agroindustrial do babaçu continua a ser tratado como um

recurso marginal, permanecendo apenas como parte integrante dos sistemas tradicionais e de subsistência.

Vulnerabilidade e situações de conflito

Em função do custo de produção relativamente alto os produtos derivados do babaçu apresentam restrições mercadológicas. Contudo, no início da década de 1990, o babaçu voltou a fornecer óleo para empresas estrangeiras, interessadas em produtos com apelos ambientais e sociais. Além de representar a ampliação do mercado, esta demanda específica propicia a obtenção de preços significativamente superiores àqueles comumente praticados no mercado internacional. Atualmente estas empresas estrangeiras adquirem óleo bruto e sabonete de babaçu, fabricados por organizações comunitárias. Dadas as características da demanda, o interesse destas empresas reside principalmente na história vinculada ao produto, sendo seus principais valores a fabricação artesanal atribuída à integrantes de comunidades rurais carentes, situadas na região amazônica.

Este canal de comercialização foi iniciado em 1994 quando a ONG norte-americana Cultural Survival, com sede em Nova Iorque, intermediou a aquisição de uma partida de óleo de babaçu bruto da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas de Lago do Junco (COPPALJ) para a cadeia de cosméticos inglesa The Body Shop. Esta primeira transação originou um contrato de fornecimento do produto entre a empresa e a cooperativa que vigora até hoje. Atualmente a cooperativa embarca 43,2 toneladas anuais, ao preço de US\$3.000/ton, significativamente superior aos preços praticados no mercado. O produto é utilizado como ingrediente para a confecção de loções e batons produzidos pela The Body Shop e comercializados em 47 mercados (HERRMANN et. all.sem data)

No sistema agroindustrial do babaçu as empresas processadoras, diferentemente das empresas processadoras de outros óleos vegetais, não adotam o conceito da integração vertical⁴² como estratégia de abastecimento de amêndoa, assim praticamente não existem transações diretas entre indústria e os produtores de amêndoa, as indústrias recorrem à intermediários para atender seu consumo.

⁴² Em microeconomia ou gestão estratégica, a integração vertical é uma concepção da organização e controle empresarial. Companhias verticalmente integradas são unidas através de uma hierarquia e partilham um dono comum. Normalmente, cada membro da hierarquia produz um produto diferente e os produtos combinados satisfazem uma necessidade.

A amêndoa do babaçu é escoada por uma rede de intermediários que se colocam entre a produção e a indústria, esta rede de intermediários, por sua vez, decorre de uma série de dificuldades logísticas.

Em primeiro lugar, os babaçuais encontram-se dispersos nas regiões produtoras, desorganizando e encarecendo o processo de coleta dos frutos. Esta dispersão das palmeiras é agravada pelas diferentes densidades de ocorrência, o que confere alta variabilidade na produção de frutos por unidade de área. Em segundo lugar, o acesso, tanto aos babaçuais quanto aos povoados rurais é precário, tornando-se impraticável na época das chuvas, que ocorrem entre dezembro a maio. Desta forma, este espaço foi ocupado por comerciantes que cumprem duas funções no sistema: adquirir a produção extrativa e suprir as comunidades com gêneros alimentícios. Esta transação, que se dá praticamente sem moeda, funciona da seguinte forma: o comerciante de gêneros alimentícios de uma determinada localidade recebe um adiantamento monetário da indústria processadora para a aquisição de amêndoas a um preço pré-fixado por esta. O recurso serve como capital de giro para o comerciante. O comerciante então aciona moradores dos povoados rurais que possuem pequenas mercearias nas comunidades. Estes agentes recebem as amêndoas dos colhedores, geralmente pagando em valor equivalente de gêneros alimentícios, cigarros e bebidas. Segundo alguns comerciantes entrevistados, a margem na compra da amêndoa mal cobre os custos de estiva e transporte. No entanto, o interesse que possuem em tal sistema não é adquirir amêndoas, e sim, vender seus produtos, a amêndoa apenas funcionando como unidade monetária (Herrmann, et. all., op. cit).

Além do mercado de láuricos, o babaçu começou a adquirir importância para a indústria siderúrgica, como alternativa para a substituição ao carvão oriundo de matas nativas. Para seu uso como carvão vegetal, as siderúrgicas adquirem o coco inteiro, sem a separação das amêndoas e das cascas.

Apesar das comunidades de quebradeiras constituírem a base produtiva da agroindústria do babaçu, a renda proveniente da atividade, em muitos casos, é insuficiente para garantir a segurança alimentar do grupo doméstico, que é complementada pelo plantio tradicional (arroz, milho, mandioca, feijão) e da criação de pequenos animais ou outras fontes de renda.

O aquecimento na economia do babaçu trouxe paralelamente novas dificuldades para as quebradeiras de coco da região, pois diante dessa nova possibilidade econômica, proprietários de

terra passaram a contratar trabalhadores para catar o maior número de cocos possível⁴³ em suas terras e em alguns casos passaram a obrigar as quebradeiras a realizar a quebra de meia e o barracão⁴⁴. Destaca-se que alguns proprietários assumiram função de atravessadores, vendendo o produto diretamente às empresas que beneficiam o babaçu.

O processo extrativista tradicional ficou comprometido, pois a coleta de coco feita por famílias extrativistas de baixa renda sempre se deu em terras de terceiros, com ou sem o consentimento dos mesmos. Assim o trabalhador contratado para coleta do coco, transformou-se num agente ativo direto na geração dos conflitos na região, sobretudo quando começaram a entrar em áreas que são tradicionalmente utilizadas pelas quebradeiras, acirrando a disputa do coco babaçu, impedindo o aproveitamento integral desse recurso e comprometendo a reprodução de muitas famílias de quebradeiras. Essas formas de se relacionarem com este recurso específico é antagônica, pondo em colisão os agentes sociais.

Em alguns casos específicos, como na RESEX do Ciriaco, alguns membros da própria comunidade estão preferindo a coleta do coco inteiro para a fabricação de carvão, do que o processo tradicional de coleta e de quebra do coco.

Segundo os depoimentos coletados, outra prática que se tornou comum e vem representando uma mudança significativa nas práticas extrativas tradicionais, é o roubo do coco pelos catadores contratados, que vem obrigando as quebradeiras a esconder o coco coletado, ao invés de amontoá-los livremente como era de costume.

Uma pesquisa realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2005) registrou as seguintes situações de conflito: devastações, envenenamento de pindovas, a venda do coco inteiro, corte do cacho inteiro para venda do coco, produção de carvão de madeira, siderúrgicas de ferro gusa, arrendamento do coco e a quebra de meia⁴⁵. Neste processo a cata do coco está sendo realizada em grandes propriedades voltadas para a criação de gado e, conseqüentemente, dificultado o acesso das quebradeiras aos recursos.

“Continuamos perdendo comunidades com os impactos dos grandes projetos, outros grandes projetos considerados por aqui é o de Celulose e Papel, que hoje é pra carvão de eucalipto, que também tem criados muitos impactos sociais nas

⁴³ Em microeconomia ou gestão estratégica, a integração vertical é uma concepção da organização e controle empresarial. Companhias verticalmente integradas são unidas através de uma hierarquia e partilham um dono comum. Normalmente, cada membro da hierarquia produz um produto diferente e os produtos combinados satisfazem uma necessidade.

⁴⁴ O chamado barracão é um regime onde as quebradeiras são obrigadas a entregar tudo nas mãos do proprietário, de acordo com as condições financeiras impostas por ele.

⁴⁵ Repasse de metade das amêndoas quebradas, juntamente com as cascas para os proprietários das terras.

comunidades tradicionais. Não foi uma discussão travada há muito tempo que nem os índios e que nem os quilombolas, mas são as comunidades que vivem do extrativismo como as quebradeiras de coco e os agricultores familiares que trabalham a roça no toco (como diz o caboclo) que continuam sustentando a alimentação do mercado da cidade, que é garantida com essa produção do agricultor familiar” (Maria Querubina -Imperatriz - MA).

Diante destes fatos a partir de 1997, a discussão política em torno desse tema atingiu um novo patamar, quando foi aprovada, no município de Lago do Junco, região central do Maranhão, a Lei do Babaçu Livre, “que serviu como motivação para as quebradeiras de outros municípios se mobilizarem em torno da elaboração e apresentação de projetos semelhantes, havendo também aprovação de projetos de lei municipais em outros sete municípios” (NETO, 2005).

Em 2003, o debate sobre o assunto passou a integrar a agenda política nacional, com a criação de um projeto de lei que, em resumo, estende a Lei do Babaçu Livre para toda a área dos babaçuais. O Projeto de Lei nº 231/2007 tem como finalidade:

“Disciplinar o corte de palmeiras babaçu nos seguintes Estados Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso. Inicialmente, a proposição estabelece que as matas contendo as palmeiras babaçu são de usufruto comunitário das populações extrativistas que as exploram em regime de economia familiar. A derrubada dessas matas fica proibida nos Estados acima mencionados, salvo nos casos de: (1) obra ou serviço de utilidade pública ou de interesse social assim declaradas pelo Poder Público, após manifestação das comunidades envolvidas, e (2) necessidade de aumento da reprodução ou de produção e coleta das palmeiras, após relatório de impacto ambiental e mediante autorização do órgão competente”.

Com o argumento de que a Lei do Babaçu Livre viola o direito de propriedade privada, uma forte pressão tem sido feita pelos proprietários de terras da região, para evitar a aprovação do Projeto Lei na Câmara Federal.

São comuns entre os proprietários de terras reclamações de que as quebradeiras de coco estariam cortando cercas com o objetivo de fazer um caminho mais curto até os babaçuais. Os proprietários reclamam também que as quebradeiras estariam deixando a casca do coco

espalhada pelo chão, provocando ferimentos nos casos dos animais. Além disso, a realização de "caieiras"⁴⁶ dentro das propriedades é criticada sob a alegação de que traz risco de incêndios.

O argumento de que a Lei do Babaçu Livre viola o direito de propriedade privada marca aquele que é, sem dúvida, o ponto mais polêmico dos debates em torno do tema.

"A coexistência do direito de livre acesso e uso comum e do direito de propriedade privada da terra sugere uma "colisão de direitos", implicando numa interpretação sistemática e aberta da Constituição Federal de 1988, na qual o princípio da dignidade deve ser o norteador da análise desse direito. O fato do princípio da dignidade ser desprovido de conteúdo obriga a que seja compreendido em consonância com as situações vivenciadas. Para as quebradeiras, esse princípio estaria vinculado ao exercício da garantia da atividade extrativa do babaçu" (Neto, op. cit).

Em agosto de 2008 o Estado do Tocantins aprovou Lei do Babaçu Livre, com pontos que amenizam o direito de propriedade privada e assegura o direito das comunidades extrativistas, disciplinando o manejo sustentável do babaçu, estabelecendo normas e determinando valores de multas para quem não respeitar a nova legislação.

Os pontos principais da nova lei são: a proibição da queima do coco in natura, para qualquer finalidade; o acesso das quebradeiras de coco e comunidades tradicionais às terras públicas ou devolutas onde exista a cultura de babaçu; e o acesso em propriedades particulares, mediante acordo com os proprietários.

A consolidação dos dispositivos legais que se referem ao "babaçu livre" tem sido de extrema importância para as quebradeiras de coco, pois esse processo tem contribuído na afirmação da sua identidade.

"Mais do que isso, esse processo tem implicado no reconhecimento de outras formas de "saberes", de outros "saberes jurídicos", que envolvem formas diversas de se pensar as relações com os recursos naturais, sendo que essa "insurreição de saberes", aqui me apropriando de um termo utilizado por Foucault permite repensar o reino do direito, que tem o poder de universalizar e abstrair as situações vivenciadas" (NETO, op.cit).

⁴⁶ Método artesanal para a fabricação do carvão a partir da queima casca do coco.

II.5.3.4.3.3.2 - Comunidades de Pescadores Artesanais

Para a identificação de comunidades de pescadores artesanais é necessário, antes de tudo, se definir a categoria de pescador artesanal. Tendo em vista a inserção deste estudo em um processo oficial (licenciamento ambiental) optou-se por utilizar a categoria oficial apresentada na legislação em vigor. De forma que, segundo a Lei nº 11.959/09 a pesca artesanal é definida da seguinte forma *“(...) quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”*.

Uma vez definida a categoria foi observada sua ocorrência na área de influência do diagnóstico. Neste sentido foram observadas as regiões das bacias do Araguaia-Tocantins e nas bacias dos rios que fazem parte da zona fisiográfica Guajarina⁴⁷, contemplando os municípios inseridos nas áreas de influência do empreendimento. Destaca-se que foram encontradas comunidades de pescadores artesanais nos seguintes municípios: São Sebastião do Tocantins, Esperantina e Araguatins (Tocantins); Moju, Acará, Barcarena, Abaetetuba, São João do Araguaia e Marabá (Pará) e Vila Nova dos Martírios (Maranhão).

Apesar da ocorrência de pescadores artesanais em vários municípios, nas pesquisas de campo realizadas foi identificada somente uma localidade na AID, onde existe este tipo de pescador. Trata-se do Povoado de Pedra Grande, no município de Esperantina.

Para a coleta de informações foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas. Inicialmente, deu-se prioridade para entrevistas com dirigentes das Colônias de Pescadores que abrangem as áreas de influência do empreendimento, com o propósito de identificar a existência de tais comunidades.

Um fator que dificultou a coleta de dados sobre algumas comunidades de pescadores tradicionais se deu devido à dispersão e mobilidade dessas comunidades ao longo do trecho vistoriado, muitas famílias de pescadores moram nas sedes municipais e executam suas atividades em acampamentos temporários existentes nas margens dos rios. Outro fator que dificultou a coleta de dados foi à ausência dos dirigentes de algumas colônias e da falta de um levantamento estatístico por parte das mesmas.

⁴⁷ A zona fisiográfica Guajarina, inserida em parte da região metropolitana de Belém, abrange os rios Guamá, Capim, Acará e Moju, as vizinhanças de Abaetetuba e Igarapé-Miri, e vaza para o baixo Tocantins (Salles, 2004).

As entrevistas foram realizadas no final do mês de setembro e início do mês de outubro de 2009, contudo não foi possível entrevistar alguns dirigentes de algumas colônias de pescadores, pois os mesmos se encontravam na 3ª Conferência Nacional de Agricultura e Pesca realizada em Brasília - DF, no mesmo período. Ao todo foram realizadas entrevistas em quatro colônias de pesca (Quadro II.5.3.4-10) Foram realizadas entrevistas também em comunidades identificadas nas áreas de influência do empreendimento

Quadro II.5.3.4-10 - Colônias de Pescadores em Municípios da AII

Colônia	Município	Associados	Estado
Colônia de Pescadores Z-45	São João do Araguaia (Distrito de Apinagés)	260	PA
Colônia de Pescadores Z-81	Moju	1800	PA
Colônia de Pescadores de Esperantina Z-21	Esperantina	320	TO
Colônia de Pescadores Z-11	São Sebastião do Tocantins	218	TO



Figura II.5.3.4-13 - Colônia de pescadores Z11 - São Sebastião do Tocantins - TO



Figura II.5.3.4-14 - Colônia de pescadores Z45 - Distrito de Apinagés - São João do Araguaia - PA



Figura II.5.3.4-15 - Colônia de Pescadores Z-81 - Moju - PA

Processos Históricos

A geografia generosa de grandes rios e afluentes da região amazônica sempre favoreceram a atividade pesqueira. A pesca, assim como outras atividades como caça e coleta, em florestas e savanas são atividades intrínsecas de grupos humanos pretéritos. Inúmeros sítios arqueológicos de pescadores, caçadores e coletores, foram registrados na região amazônica com datações de 6.000 anos A.P.

Quando os europeus chegaram à região, encontraram várias tribos nativas com seus métodos próprios para a construção de canoas e utensílios para a captura de peixes. A influência da pesca no aspecto socioeconômico da região representou um desenvolvimento local ainda mais significativo a partir da colonização portuguesa e com a chegada de diferentes povos na colônia, que trouxeram seus conhecimentos, receitas e temperos, estimulando a efetiva introdução do peixe na culinária brasileira.

Segundo Diegues (1973) a pesca artesanal surgiu como alternativa econômica a partir de uma falência na economia dos ciclos econômicos do Brasil Colônia e, também, devido à necessidade de exploração de outros meios que não fossem os recursos de flora e fauna amazônica, como o palmito e os animais de caça.

Entre o vasto período que vai do século XVIII ao início do século XX, verificou-se no Brasil a formação de várias comunidades marítimas, litorâneas e ribeirinhas cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente, da atividade pesqueira.

As Colônias de pescadores tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920, com o objetivo de ocupar o litoral do país. Nessa época, a Marinha percorreu toda a costa, inclusive os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. (CRUZ et al., 1993; e LOURENÇO et al., 2003).

As atuais comunidades de pescadores tradicionais em estudo se originaram a partir da miscigenação entre índios, europeus e negros e possuem uma cultura particular que a diferencia de outras comunidades moradoras da região em estudo.

Meios de produção

Através dos depoimentos foi identificado que a ictiofauna da bacia do Araguaia-Tocantins e na região da zona fisiográfica Guajarina, nas áreas de influência do empreendimento são exploradas por dois tipos distintos de pescadores:

- a) Pescadores de Subsistência: são geralmente ribeirinhos adaptados ao ciclo anual de enchentes e cheias, possuem uma economia de subsistência, pescam sozinhos ou em dupla, utilizam pequenas canoas e seus aparelhos de pesca são linhas de mão, tarrafas e pequenas malheiras. Também utilizam no processo armadilhas, currais e tapagens. Sua produtividade é voltada principalmente para o consumo, mas costumam vender o excedente nos mercados locais.
- b) Pescadores Profissionais: vivem em centros urbanos de médio e grande porte da região, trabalham em equipe, utilizam barco a motor, seus aparelhos de pesca são redes de arrasto, tarrafas, caceias, malhadeiras, anzóis, espinhel, caniço, arpão e zagaia. A produção é desembarcada nos mercados das cidades e em geral, financiadas por intermediários, aos quais estão reservados os direitos de venda do pescado.

Os limites dos territórios tradicionais utilizados pelos pescadores artesanais para práticas da pesca (que constituem as bases de subsistência e criação de sua identidade) são enormes e fixos, exigindo grandes deslocamentos em função da oferta de peixe. Os territórios tradicionais inseridos na área de influência do projeto, onde os pescadores artesanais entrevistados atuam são os seguintes:

- a) Rio Tocantins: da região do médio Tocantins até as proximidades da Barragem de Tucuruí.
- b) Rio Araguaia: da região de confluência do Rio Araguaia, até as margens da barragem de Tucuruí.
- c) Rio Moju: da região de confluência dos rios Moju e Acará, até a confluência dos Rios Moju e Tocantins, e da confluência do rio Tocantins até o lago de Tucuruí.

Os depoimentos apontam um “respeito” entre os diferentes territórios delimitados por grupos de pescadores, principalmente entres os pescadores dos rios Araguaia e Tocantins. Os pescadores do Rio Tocantins justificam esse “respeito” por considerarem a qualidade do peixe existente no rio Araguaia como inferior à dos peixes encontrados no Tocantins.

A base da cadeia produtiva da pesca inclui o segmento da produção de pescado, que envolve as empresas de pesca industrial e, em maior proporção, os pescadores artesanais. Esse é o segmento que mais absorve mão-de-obra na cadeia, sendo, também, responsável pela exploração dos estoques pesqueiros de espécies variadas utilizadas para o abastecimento alimentar das famílias e comercialização em diferentes canais.

No elo subsequente da cadeia produtiva está inserido o processo de comercialização, sendo desenvolvido por agentes intermediários que executam funções agregadoras de valor e utilidades

de posse, forma, tempo e espaço ao produto, conduzindo-o até o mercado consumidor (BRANTD, 1973; BARROS, 1989; MARQUES e AGUIAR, 1993; REIS, 1998). Neste segmento incluem-se as atividades de armazenamento, processamento, transporte e distribuição.

Os agentes intermediários assumem um papel importante, na medida em que agregam as pequenas quantidades individuais produzidas pelo pescador artesanal e estabelecem o elo entre a produção e o consumo.

Enquanto processo de trabalho, a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto à técnicas de pesca que utilizam.

Nesse contexto surgem as colônias de pescadores que constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. "Com a promulgação da Constituição de 1988, as Colônias de pescadores passaram a exercer novos papéis, sendo consideradas como organizações de ordem sindical" (Santos, 2005). Entretanto, como aponta Santos:

"a precariedade de infra-estrutura para funcionamento é alvo de reclamação geral dos dirigentes das Colônias, assim como a inadimplência de grande número de associados e, principalmente, as dificuldades de mobilização dos pescadores para reuniões e eventos de outra natureza (SANTOS, op. cit)."

De um modo geral pode-se avaliar que estas dificuldades persistem. Foi possível observar que mesmo nas colônias mais atuantes visitadas, os pescadores tem difícil acesso ao crédito e às facilidades de estocagem, de informações sobre o preço de comercialização.

Os representantes das colônias Z-11 e Z-81 apontaram uma melhora significativa das condições após a criação das colônias. Das colônias visitadas apenas a colônia de pescadores Z-11, em São Sebastião do Tocantins, possui uma câmara fria para armazenamento do pescado.



Figura II.5.3.4-16 - Câmara fria para armazenamento do pescado. Colônia de pescadores Z11 - São Sebastião do Tocantins - TO

Muitas comunidades de pescadores artesanais, que dependem da produção e comercialização de seus produtos como meio fundamental de renda e alimentação, estão submetidas a situações de pobreza, riscos sociais e ambientais que tendem, no longo prazo, a comprometer o desempenho integral da cadeia produtiva.

Vulnerabilidade e situações de conflito

As principais situações de conflito identificadas se deram após a instalação da Barragem de Tucuruí, na década de 1980, quando os pescadores artesanais tiveram seus territórios explorados por pescadores profissionais barrageiros⁴⁸.

Geralmente vindos de outras regiões da Amazônia e da região Nordeste do Brasil, os pescadores barrageiros constituem um grupo nômade que se instala em acampamentos provisórios, utilizando grandes malhadeiras (aproximadamente 600 metros) e exploram o local até que a produtividade decline.

No reservatório de Tucuruí, as pescarias no trecho situado acima do reservatório, aumentaram após o fechamento da barragem, sendo que a curimatã (*Prochilodus scrofa*) era a principal espécie capturada. "No interior do reservatório, as pescarias de tucunaré (*Cichla sp.*) e pescada (*Plagiosciom sp.*) eram as mais produtivas, contribuindo com 57% e 21%, respectivamente, de toda a biomassa desembarcada de outubro de 1987 a setembro de 1988" (RIBEIRO & PETRERE, 1995).

⁴⁸ Essa modalidade de pesca surge na Amazônia a partir da formação de grandes reservatórios para geração de hidroeletricidade, em particular os reservatórios de Tucuruí, no rio Tocantins, e Balbina, no rio Uatumã. Entretanto, a sustentabilidade dessas pescarias vem sendo discutida, uma vez que a alta produtividade dos anos imediatamente após a formação da barragem é, em geral, substituída por valores situados em um patamar inferior ao observado antes do fechamento da represa. A redução nos desembarques da pesca comercial e o crescimento de uma indústria de pesca esportiva têm levado os pescadores do reservatório da UHE Balbina, na Amazônia Central, a considerar a opção de passarem de pescadores a guias de pescadores esportivos (Freitas et. all. 2006).

Com a chegada dos pescadores barrageiros e sua alta produtividade atingida nos anos imediatamente após a formação da barragem. Há uma redução da produção, em função da competição ao mesmo tempo em que ocorre aumento da oferta de pescado no mercado, reduzindo seu preço. Destaca-se que os conflitos resultantes desta competição têm sido minimizados a partir da associação dos pescadores barrageiros com os pescadores tradicionais nativos, que começaram a vender sua produção para caminhões frigoríficos, que chegam de outras regiões do país.

Dados do IBGE (1987) demonstram que durante a construção da barragem de Tucuruí (1976-1979) os peixes mais abundantes localizados na região do médio Tocantins eram: a curimatá, o pacu-manteiga, a caranha e os grandes bagres (filhote e dourado).

Para Ribeiro (et.al, 1995) desde o fechamento da represa de Tucuruí em 1984, estas pescarias se beneficiaram da maior abundância e tamanho dos peixes criados nos reservatórios, com aproximadamente o dobro de capturas de curimatãs e o aumento de 40% nas capturas de jaraquis. Petreire & Ribeiro (1994) retratam que os pescadores da região observaram um aumento da abundância de peixes, com benefício imediato da economia regional.

Contudo para Cetra (1998) após a construção da barragem de Tucuruí, a pesca à montante do reservatório sofreu um impacto considerável com o decréscimo da riqueza e diversidade da fauna de peixes. Este mesmo fato foi relatado pelos entrevistados em relação à pesca à jusante do reservatório, que alegam que “o peixe mudou de qualidade”, após a construção da barragem.

Por outro lado observa-se que mesmo com a diminuição do pescado observada pelos entrevistados ainda existem uma boa variedade de peixes nas regiões estudadas, conforme aponta o **Quadro II.5.3.4-11**:

Quadro II.5.3.4-11 - Espécies da Ictiofauna mais pescadas na Região Estudada

Região	Nome Popular	Região	Nome Popular
Araguaia-Tocantins	Caranha	Zona Fisiográfica Guajarina (Região de Moju)	Jijú
	Jaraqui		Traíra
	Piabanha		Piranha
	Curimatá		Dourado
	Pacu-Manteiga		Filhote
	Cachorras		Cará
	Branquinha		Branquinha
	Mandi		Caratinga
	Cascudo		Mapará
	Voador		Sarda
	Surubim		Apapá
	Barbado		Tamota
	Fidalgo		Piri
	Piau		
	Pirarara		
Pirarucu (Pirosca)			

Fontes: Colônias de Pesca Z- 11 e Z - 81

Os conflitos atuais existentes são internos e de ordem ideológica e estão ligados diretamente à ao nível de organização, integração social e articulação entre os pescadores artesanais e as colônias de pesca.

Por um lado os dirigentes entrevistados afirmaram que existem muitos pescadores na região, mas que muitos nunca se associaram as colônias. Já alguns pescadores entrevistados afirmam que não “enxergam vantagem” em se associar, pois algumas colônias não oferecem “nada de interessante”. Essa postura revela um ponto fraco na cadeia produtiva e a principal vulnerabilidade desse grupo, que precisam se legitimar enquanto agentes ativos do processo.

A maior vulnerabilidade observada no presente diagnóstico é que têm dificultado o desenvolvimento da atividade pesqueira está diretamente relacionada ao nível de organização social dos pescadores, que para alguns precisa ser fortalecido e para a grande maioria é indiferente. Apesar destas dificuldades internas a pesca artesanal continua cumprindo importantes funções na economia regional sendo um dos principais elos da cadeia produtiva, porém o que menos se beneficia da mesma.

Comunidades na Área de Influência Direta (até 400m)

▪ Povoado Pedra Grande

O povoado de Pedra Grande está localizado no município de Esperantina, estado do Tocantins. A principal via de acesso para chegar à comunidade é uma estrada vicinal que liga o povoado à sede do município. A sede do povoado está inserida nas coordenadas 9400774N/769142E.

Na área do povoado não existem empreendimentos instalados, em relação ao traçado do gasoduto, a comunidade se encontra na faixa direta (35m) de implantação da linha do duto. No que diz respeito à infra-estrutura, foi possível registrar através de observação *in loco* a inexistência de escolas e uma igreja católica. O abastecimento de água é realizado por uma caixa d'água comunitária, entretanto não foi possível identificar se a mesma atende a todas as residências. Há energia elétrica, mas o saneamento básico é ainda precário e não nos foi possível identificar o uso de fossas sépticas. Foi possível notar o estabelecimento de comércios (bares em geral), que vendem seus produtos para os viajantes que fazem a travessia de balsa para o estado do Pará por esse caminho.

Segundo relatos, existem aproximadamente 30 famílias que vivem no local. A população vive da pesca, da atividade extrativista de babaçu e de outros produtos advindos da agricultura familiar, muitas famílias complementam suas rendas com os programas sociais do governo federal.

Até a década de 1990 o comércio era aquecido por garimpeiros de diamantes que exploravam os pedrais próximos ao povoado, atualmente, a atividade garimpeira (extração de areia) também ajuda a complementar a renda de algumas famílias do povoado.



Figura II.5.3.4-17 - Pedral de onde se garimpava diamante nas proximidades do povoado Pedra Grande - Esperantina - TO



Figura II.5.3.4-18 - Cascalho proveniente da atividade de extração de areia. Povoado Pedra Grande

De um modo geral os pescadores atuam sozinhos ou em dupla, utilizam pequena canoas (rabeteiras) e seus aparelhos de pesca são linhas de mão, tarrafas e pequenas malheiras. Também utilizam no processo armadilhas, currais e tapagens. Sua produtividade é voltada principalmente para o consumo interno, mas costumam vender o excedente nos municípios de Esperantina e São João do Araguaia (PA).



Figura II.5.3.4-19 - Pescador embarcado em rabeteira - povoado Pedra Grande



Figura II.5.3.4-20 - Malheira utilizada para pesca - povoado Pedra Grande

II.5.3.4.3.3.3 - Comunidades Ribeirinhas

As políticas coloniais implantadas a partir o século XVIII, tiveram como objetivo a constituição de um campesinato amazônico que viria a produzir bens para o mercado europeu. O campesinato amazônico mostrou períodos de intensa participação no mercado, alternados com períodos de baixa participação, quando predominaram as atividades de subsistência.

O termo caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Nesse sentido, os caboclos são reconhecidos geralmente como o tipo humano característico da população rural da Amazônia. O uso objetivo do termo caboclo

pretende especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição.

“O termo caboclo abrange também grupos específicos diferenciados, que podem compartilhar um mesmo ambiente e possuem identidade própria criada com base no parentesco, na religião, na ecologia do assentamento e na ocupação econômica de determinadas regiões. Esses parâmetros não constituem uma base de unificação, mas de diferenciação no interior da própria população rural” (LIMA, 1999).

Nos discursos atuais em defesa da riqueza e da biodiversidade amazônica, o caboclo é reconstituído como originário do lugar, herdeiro dos antepassados indígenas e totalmente adaptado à natureza.

Com base nesses discursos os diferentes grupos de caboclos serão considerados, no presente diagnóstico, como povos tradicionais da Amazônia, que poder e representação política menor do que se observa, nos outros grupos apontados como população tradicional. Como visto os pescadores, os remanescentes de quilombo e as comunidades extrativistas de babaçu apresentam associações e outras formas de organização para pleitear suas demandas e representar seus associados. Neste sentido, entende-se que este grupo possuir um potencial menor para influenciar o processo decisório sobre o desenvolvimento regional.

Os caboclos amazônicos estão distribuídos em pequenos grupos de produtores rurais diferenciados que habitam a região, não possuem uma identidade coletiva, nem um termo alternativo e abrangente de autodenominação.

“O caboclo torna-se, assim, um problema teórico e ético, tanto quanto político: uma identidade reificada pela negação, como alguém ou algo que esta fora do lugar (da modernidade contemporânea); ao mesmo tempo, é aquele que não tem consciência de si, ou pior, é aquele que pensa pelas representações e estereótipos construídos pelos outros, ou mesmo através de uma dupla consciência” (Rodrigues, 2006).

Com o objetivo de classificar os grupos de caboclos tradicionais existentes na área em estudo, procurou-se no presente diagnóstico, denominar através da associação geográfica (ecologia dos assentamentos⁴⁹) os grupos específicos localizados que se diferem dentro deste universo caboclo,

⁴⁹ A ecologia dos assentamentos constitui um importante atributo de identidade, e esta é uma das bases sobre as quais a população cabocla se distingue entre si.

denominamos assim dois tipos de grupos distintos: os ribeirinhos e os caboclos rurais extrativistas.

No presente diagnóstico o termo ribeirinho será utilizado como uma categoria analítica sem nenhuma implicação de identidade étnica destes grupos específicos diferenciados da população cabocla amazônica. Neste sentido, as localidades onde foram encontrados núcleos populacionais nas proximidades de rios, onde seus habitantes praticavam o extrativismo e cultivam pequenos roçados para sua subsistência, serão consideradas neste diagnóstico como comunidades ribeirinhas.

Na área de abrangência do presente diagnóstico, está inserida na Zona Fisiográfica Guajarina, especificamente nas proximidades do traçado do duto, foram localizadas comunidades ribeirinhas nas margens dos rios Acará e Acará-Mirim, contemplando os municípios de Acará e Tomé-Açu, inseridos nas áreas de influência do empreendimento. Nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Bujaru, Marituba e Moju, não foram identificados núcleos populacionais ribeirinhos no traçado do empreendimento, contudo através do depoimento coletados durante a etapa de campo constatou-se que existem essas comunidades nas áreas de influência indiretas nos municípios supracitados.

Os habitantes dos rios Acará e Tomé-Açu, assim como a maior parte dos habitantes Zona Fisiográfica Guajarina, são tradicionalmente chamados de varzeiros, ribeirinhos ou caboclos. As comunidades ribeirinhas, localizadas no presente diagnóstico, representam uma das ramificações da população cabocla tradicional da região e em relação às áreas de influência do empreendimento estão distribuídas em 11 (onze) comunidades às margens dos rios e igarapés da região pesquisada, como indicado no **Quadro II.5.3.4-12**.

Quadro II.5.3.4-12 - Comunidades Ribeirinhas na All

Nome	Coordenadas	Localização	Município	Estado
Samaria	9762724N/815230E	Rio Acará-Mirim	Tomé-Açu	PA
Marupaúba	9761026N/815009E			
Bom Amparo	9752067N/811353E			
Rosa de Saron	9747216N/815506E			
Monte Alegre	9742426N/815302E			
Comunidade da Graça	9772734N/799435E	Rio Acará	Acará	
São João Batista	9774140N/806311E			
Barro Alto	9774462N/802568E			
Nazaré de Baixo	9768806N/798187E	Igarapé do Ipitinga		
Nazaré de Cima	9765336N/797034E			
Vila Santa Rosa	9803492N/789270E	Igarapé Itapicuru		

As comunidades ribeirinhas localizadas não praticam a pesca artesanal como principal atividade econômica. A pesca é praticada para consumo próprio e de forma esporádica, pois segundo os entrevistados os peixes dos rios onde estão localizadas são de baixa qualidade.

As comunidades visitadas seguem o padrão típico de organizações espaciais caboclas (Siqueira *et. all.* 1993). As habitações são construídas com diversas matérias-primas locais sobre pontanetes e são dispersas pelas margens dos rios e igarapés ao redor de suas cabeceiras com distancias que variam de 50 a 200 m. As comunidades com maiores unidades habitacionais maiores recebem recursos para que concentrem os atendimentos básicos na região (ex: escolas, barracões comunitários, cemitérios, etc.)



Figura II.5.3.4-21 - Centro Educacional construído pela prefeitura de Tomé-Açu na comunidade de Marupaúba para atender todos os alunos das comunidades ribeirinhas do rio Acará-Mirim



Figura II.5.3.4-22 - Barracão comunitário na comunidade de Nazaré de Cima - Acará - PA



Figura II.5.3.4-23 - Cemitério Santa Leonor - Comunidade de Nazaré de Cima - Acará - PA



Figura II.5.3.4-24 - Visão Parcial da Comunidade de Nazaré de Cima, com igreja e escola de nível fundamental ao fundo

Em relação às comunidades ribeirinhas visitadas no município de Acará e Tomé-açu, não existe um levantamento estatístico sobre o contingente populacional que habitam essas comunidades, contudo segundo depoimentos cerca de 200 famílias estariam habitando essas comunidades.

Processos Históricos

O processo histórico de ocupação da Amazônia se deu a partir da colonização portuguesa na região, que exerceu forte influência sobre os indígenas e foram mais significantes do que em outras regiões brasileiras. A partir da miscigenação entre os portugueses e os indígenas surgiu uma nova população de mestiços: os chamados caboclos amazônicos. Herdeira da cultura tribal no que ela tinha de forma adaptativa e que constituiria uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira, pois seu modo de vida, essencialmente indígena enquanto adaptação ecológico-cultural contrastava flagrantemente, no plano social, com o estilo de vida tribal.

A frágil agricultura deslocou o eixo de exploração econômica para as “drogas do sertão”⁵⁰, que alcançaram grande valor na Europa. No período compreendido entre 1615 e 1755, a economia da colônia foi basicamente movimentada pela coleta das “drogas do sertão” e pela escravidão dos indígenas. Num primeiro momento esses contingente de caboclos foi utilizado como mão de obra de exploração extrativista das drogas do sertão e também utilizado como instrumento de captura e dizimação das populações indígenas autônomas. No processo de constituição histórica da população amazônica, o caboclo é apresentado junto com o ameríndio como um dos povos autóctones amazônicos.

⁵⁰ O termo drogas do sertão está associado, em geral às plantas aromáticas e de valor medicinal. No Maranhão eram consideradas drogas do sertão: algodão, guaraná, salsaparrilha, anil, cravo, pimenta, baunilha, urucum, cacau, andiroba, canela, quina, puxuri, cochonilha, pau-preto, campenche, castanha.

A substituição de mão-de-obra escrava só veio a acontecer, de fato, a partir do funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída pelo Marques de Pombal entre os anos de 1755 e 1777, que proibiu a escravidão indígena.

A economia regional se desorganizou com o impacto das medidas do absolutismo pombalino, gerando uma situação de extrema pobreza na província que, segundo Ribeiro (2005), em 1822 possuía cerca de 80.000 habitantes.

A insatisfação das populações nativas (caboclos e índios) era muito grande, nesse período, formaram-se diversos mocambos de escravos foragidos e eram frequentes as rebeliões militares, a própria elite fazendeira do Grão-Pará, embora com melhores condições, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.

Em 1835 liderados por Antônio Vinagre, rebeldes (tapuios, cabanos, negros e índios) tomaram de assalto o quartel e o palácio do governo de Belém, nomeando Félix Antonio Clemente Malcher presidente do Grão-Pará, assim eclodiu a revolução que depois passou a se chamar de Cabanagem⁵¹.

A associação do termo caboclo a um estereótipo negativo pode ter ocorrido pela primeira vez durante a cabanagem, pois o termo cabano era a designação dada depreciativamente pelos soldados do Império aos revoltosos que viviam em cabanas, aludindo a pobreza em que viviam.

“Cabanos eram os caboclos que viviam ao longo dos rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de cacau, viviam quase à lei da natureza, sem qualquer possibilidade de ascensão social, econômica e política, e agora vinham cobrar, cheios de ódio, aos bem instalados, aos brancos, que eram portugueses ou deles diretamente descendentes, a situação difícil em que se encontravam, responsabilizando-os pelo que sofriam” (REIS, 1965).

A cabanagem foi uma revolução violenta calcula-se que de 30 a 40% de uma população estimada de 80 mil habitantes morreu. Os presidentes cabanos foram Feliz Antônio Clemente Malcher, Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Nogueira Angelim.

No governo de Angelim houve uma proposta do governo inglês de apoiar a separação da Amazônia após o assalto dos cabanos ao navio inglês Clio, em outubro de 1835.

⁵¹ A revolta foi chamada de Cabanagem, pois a grande maioria dos revoltosos que era composta por índios aculturados, negros aquilombados e caboclos amazônicos viviam em pequenas cabanas no meio rural.

Em março de 1836, três belonaves inglesas chegaram a Belém, o comandante dos navios britânicos exigia a reparação dos danos causados pelo assalto do Clio. Exigia a prisão dos saqueadores, indenização pela perda da embarcação e sua carga e exigia ainda o desagravo da bandeira inglesa, que deveria ser hasteada em todas as fortalezas da cidade de Belém, tendo por baixo a bandeira brasileira.

Angelim atendeu a exigência britânica apenas para as cargas roubadas e recusou-se a atender as exigências quanto ao hasteamento da bandeira inglesa e quanto aos saqueadores informou que:

"... jamais os entregarei ao governo inglês sem ordem do Governo do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e, igualmente, não sujeitarei a bandeira de minha nação à humilhação exigida sem ordem da Corte"
(REIS, op.cit).

A falta de um projeto com medidas concretas para a consolidação do governo rebelde provocou seu enfraquecimento. Angelim deixou o poder sufocado pela forças legais do Império, comandadas pelo brigadeiro Soares Andréia, em abril de 1836. Ao se afastar Angelim assegurou que o respeito à autoridade do Imperador não fora interrompido, *"a despeito de todas as vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros que me patentearam a necessidade de ligar-me a seus Estados"*.

Para Ribeiro (op. cit) como Inglaterra, a França e os Estados Unidos tinham agentes consulares em Belém, é de se presumir que um dos três, ou os três países, quiseram levar o país à secessão do Brasil.

Para alguns pesquisadores este acontecimento determinou o primeiro movimento de defesa da soberania do Brasil sobre a Amazônia, pois mesmo lutando contra o império, a postura do movimento era eminentemente nativista e cheia de brasilidade. A Amazônia assumiu sua integração ao Brasil porque assim quiseram os líderes cabanos.

Mesmo com a prisão de Angelim, os cabanos lutaram internados na selva até 1840, quando foram exterminados, nações indígenas foram chacinadas como os murá e os mauê, que praticamente desapareceram. O preconceito geral sobre as populações caboclas amazônicas ficaram mais evidentes com o término da cabanagem, o caboclo passa a ser visto no censo comum como preguiçoso e indolente.

Os caboclos amazônicos ainda tiveram que disputar espaços com os migrantes nordestinos que chegaram à região desde o final do século XIX devido ao ciclo da borracha, quando aconteceu o pico da migração nesta região ocorreu neste período.

O número exato de migrantes nordestinos não é conhecido, as estimativas em 1910 vão de 300.000 a 500.000. Com a crise da borracha, por volta de 1920, parte dos seringueiros, caboclos herdeiros de várias etnias, migraram para a beira dos rios, tornando-se agricultores e pescadores, constituindo assim as chamadas populações ribeirinhas.

Com esses movimentos migratórios dois tipos distintos, caboclos e nordestinos, passam a compartilhar o mesmo ambiente, em condições semelhantes, novos estereótipos foram criados, a população cabocla mantinha seus próprios estereótipos negativos em relação aos migrantes, o nordestino era representado como um homem firme e violento, ignorante das formas de vida da floresta e não habituado à abundância de água.

O caboclo sofria com o favoritismo criado em relação aos migrantes nordestinos considerados uma “raça melhor” que o caboclo, que geralmente é considerado como pobre, não apenas em relação a padrões de vida urbanos ou internacionais, mas também em relação a uma expectativa elevada para o desempenho econômico e social destes grupos na Amazônia. Vistos por muitos como “homem sem ambição” e preguiçoso, o caboclo amazônico adquiriu um estereótipo negativo, sendo considerado como indivíduo ou grupo que sempre ocupou uma posição social inferior que ao teria chance de ascensão.

Para alguns autores o que está representado como falta de ambição e preguiça é considerado sabedoria. *“Se não fosse pelo caboclo sem ambições, não teria sido difícil prever o futuro da população amazônica. Graças ao [caboclo]... a civilização amazônica continua sua marcha”* (MOOG, 1975).

A partir da década de 1970, com o chamado “Milagre Brasileiro” um novo ciclo impulsionou uma nova migração para a Amazônia, acelerando ainda mais a velocidade dos investimentos em infraestrutura. Um dos grandes impactos da construção de rodovias através da Amazônia brasileira foi o crescente contato entre empreendimentos grandes e modernos e pequenas comunidades rurais remotas. A construção de rodovias permitiu que fazendeiros e madeireiros penetrassem em áreas antes inacessíveis, assim as comunidades caboclas rapidamente se descobriram vivendo entre novos e poderosos vizinhos.

A atividade madeireira implantou um modelo de grande crescimento econômico inicial seguido de um rápido colapso que levou a uma tendência constante de migração para novas fronteiras (Schneider *et*

al., 2000). O rápido crescimento da indústria madeireira foi garantido, em parte, pelo sucesso dos madeireiros em convencer pequenas comunidades caboclas, a vender os direitos de exploração de sua floresta para a extração de madeira.

A concessão para a extração de madeira em áreas de comunidades caboclas foi imprescindível para que a sua exploração fosse assumida como uma possibilidade estratégica de melhoria de suas condições de vida. As comunidades caboclas enxergaram, pela primeira vez, uma possibilidade de ascensão social e de sair de sua posição historicamente inferior. O valor dos produtos florestais passou a ser complexo e sujeito a várias condicionantes que dependem da forma como são representados e do contexto em que esta representação é construída.

A integração das comunidades caboclas no mercado madeireiro gerou sua especialização em atividades com alto valor de troca no mercado, permitindo a importação de produtos substitutos a muitos que as comunidades antes produziam. A madeira funcionou como o produto capaz de render o suficiente para que as famílias perdessem seu interesse pelos outros, substituídos por bens de mercado.

Meios de produção

As atividades de produção agrícola das comunidades ribeirinhas visitadas se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades de subsistência diversas ligadas à agricultura familiar. Na região amazônica, a agricultura de subsistência caracteriza-se como uma importante forma de organização de produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos e são fundamentais para complementar seus rendimentos e as necessidades de sobrevivência.

Cada comunidade tem uma percepção própria para atuar sobre a floresta, em geral, a coleta de produtos florestais não-madeireiros não é considerada uma atividade relevante economicamente, frente às outras atividades produtivas, mas representa um elemento central no modo de vida dos grupos domésticos.

Nas comunidades visitadas verificou-se que a organização do trabalho na atividade extrativista florestal se dá através do grupo doméstico. De acordo com a necessidade, os membros da família organizam-se para coletar produtos florestais, seja para extração de madeira, coleta de frutos ou de cascas e folhas de árvores para fazer remédio. Estas atividades, nas comunidades visitadas são compartilhadas entre homens e mulheres, dependendo da necessidade de cada grupo familiar.

Em relação ao extrativismo vegetal, as comunidades ribeirinhas visitadas vivem principalmente da extração de lenha (madeira em tora e de prancha), e dos frutos do açaí, que tem grande importância como produto de consumo local.

Para comunidades que se encontram em fronteiras de expansão da atividade madeireira e ainda possuem áreas de floresta a questão do valor dos produtos florestais se impõe constantemente. O alto valor comercial da madeira fez com que boa parte das comunidades visitadas especialmente no rio Acará-Mirim e no Igarapé do Ipitinga, que se encontra em regiões próximas as grandes madeireiras, enxergasse uma possibilidade de ascensão social com a exploração desse produto.



Figura II.5.3.4-25 - Transporte de madeira em tora no Rio Acará-Mirim - Tomé-Açu- PA



Figura II.5.3.4-26 - Pequena Madeireira na comunidade de Marupaúba - Tomé-Açu - PA



Figura II.5.3.4-27 - Madeiras extraídas em tora - Igarapé Ipitinga - Acará - PA

Em relação ao extrativismo vegetal não-madeireiro o recurso mais abundante da região, é o açaí-do-mato (*Euterpe precatória*) habitualmente consumido com farinha de mandioca, associado ao peixe, camarão ou carne, sendo o alimento básico para as populações de origem ribeirinha.

O açaí-do-mato é uma palmeira monocaule, encontrada nos baixios, é explorada geralmente apenas por seus frutos, pois o fato de ser monocaule leva à morte da planta quando lhe extraem

o palmito. O fruto do açaí, utilizado como complemento alimentar pelas famílias ribeirinhas, é consumido em forma de sulco, o chamado “vinho de açaí”.



Figura II.5.3.4-28 - Material utilizado para extração do vinho de açaí - Comunidade da Graça - Acará - PA



Figura II.5.3.4-29 - Processo de esmagamento para extração do vinho de açaí - Comunidade da Graça - PA



Figura II.5.3.4-30 - Vinho de açaí extraído - Comunidade da Graça - PA

Segundo Tinoco (2005) do aproveitamento do fruto do açaizeiro o caroço corresponde a 85% do peso total, do qual a borra é utilizada na produção de cosméticos; as fibras em móveis, placas acústicas, xaxim, compensados, indústria automobilística, entre outros; os caroços limpos na industrialização de produtos A4, como na torrefação de café, panificação, extração de óleo comestível, fitoterápicos e ração animal, além de uso na geração de vapor, carvão vegetal e adubo orgânico. A polpa representa 15% e é aproveitada, de forma tradicional, no consumo alimentar, sorvetes e outros produtos derivados.

O açaí, antes destinado totalmente ao consumo local, após ter conquistado novos mercados e se tornado uma importante fonte de renda e de emprego. Motivou o interesse de intermediários pela coleta de frutos, principalmente na região do rio Acará. Durante o trabalho de campo pode-se observar um grupo de coletores de açaí em atividade, numa área da fazenda Vale Verde que foi arrendada para a extração do fruto.



Figura II.5.3.4-31 - Coletores de açaí nas margens do rio Acará



Figura II.5.3.4-32 - Açaí coletado

No que se referem aos produtos agrícolas, as comunidades visitadas apresentaram algumas semelhanças quanto à produção, sendo a mandioca é um dos cultivos mais explorados pelos agricultores familiares dessas comunidades.

A mandioca (*jatropha manihot*) é o cultivo mais explorado pela comunidade, a produção fica em parte para o consumo interno, e o restante é vendido no comércio da região. A mandioca passa por um pré-beneficiamento, nas casas de farinha e depois são vendidas nas feiras livre das sedes municipais. O processo de produção de farinha não apresenta uso de tecnologia moderna, sendo a mão-de-obra empregada do tipo familiar.

O processo de produção da farinha de mandioca começa no plantio das manivas. Depois da colheita da raiz, a mandioca é levada direto da roça para a casa de farinha, onde é descascada e colocada na água para amolecer e fermentar ou *pubar*. Em seguida, é triturada ou ralada em pilão ou no ralador ou *caititu*. A mandioca ralada vai caindo em um cocho, sendo depois prensada no *tipiti* (*tipi* = espremer e *ti* = líquido, na língua tupi) para retirar um líquido venenoso chamado *manipueira* (ácido anídrico). Depois de peneirada e torrada, a farinha está pronta para o consumo.

O líquido que sobra da *pubagem* tem um alto teor alcoólico. No Pará, esse líquido, depois de ser submetido à ação do sol ou do fogo para retirar sua toxidade, é usado no preparo do *tucupi*, espécie de molho muito apreciado da gastronomia local. A massa da mandioca, que decanta durante a *pubagem*, é utilizada como goma para engomar roupa ou para a fabricação de alimentos como mingau, papa, sequilho, bolo, tapioca.

A pesca tornou-se uma atividade economicamente dominante no seio da organização social e produtiva dos povos da Amazônia, haja vista que a comercialização do pescado tornou-se mais intensiva e extensiva, sendo valorizado enquanto produto de troca. Entretanto a atividade

pesqueira nas comunidades visitadas exerce um papel secundário, a pesca é praticada para consumo próprio, pois segundo os entrevistados os peixes dos rios onde estão localizadas são de baixa qualidade, são poucos os pescadores existentes, e se enquadram como pescadores não profissionais⁵².

Vulnerabilidade e situações de conflito

As principais vulnerabilidades identificadas no presente diagnóstico foram o avanço da atividade madeireira exercida por boa parte das comunidades ribeirinhas e a exclusão na participação em processos decisórios sobre o desenvolvimento regional.

O avanço da atividade madeireira realizada por comunidades ribeirinhas, apesar de representar um desenvolvimento e a melhoria de suas condições de vida, em longo prazo pode representar um prejuízo ao consumo dos demais produtos florestais não-madeireiros. O quadro mais preocupante foi observado nas comunidades ribeirinhas localizadas no rio Acará-Mirim.

Durante a atividade de campo, um exemplo de exclusão processos decisórios sobre o desenvolvimento regional, foi observado na comunidade de Nazaré de Cima, quando uma equipe de topografia da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, instalou um marco de ferrovia no centro da comunidade.

Segundo o depoimento de uma moradora, a equipe informou que em três anos a ferrovia seria instalada. Quando perguntados se alguma equipe de pesquisadores esteve no local, a entrevistada relatou que há dois anos uma equipe veio em busca de "pedras de raio", sugerindo, provavelmente a vinda de uma equipe de arqueólogos.

A maior vulnerabilidade destas comunidades está diretamente relacionada ao nível de organização social e na ameaça da perda de identidade que estes grupos podem sofrer em curto prazo.

Não foram identificadas situações de conflito entre essas comunidades, casos de violência e assassinatos foram relatados, mas todos foram motivados por desavença pessoal.

⁵² O pescador não profissional, aquele agente social que não fazia da pesca sua única base econômica, pois se tratava de uma atividade complementar da agricultura, da caça, do extrativismo e de outras atividades que praticava para a sobrevivência de sua família (Mello, 1985).

Comunidades na Área de Influência Direta (até 400m)

▪ Vila Santa Rosa

Das comunidades ribeirinhas visitadas durante o trabalho de campo, apenas a Vila Santa Rosa está inserida na área de influência Direta do empreendimento.

A Vila Santa Rosa está localizada na zona rural do município de Acará, que fica há aproximadamente 85 km da capital. A principal via de acesso para chegar à comunidade é uma estrada conhecida como Rodovia Perna Sul-Acará seguir pela Alça Viária no sentido Belém-Barcarena, dobrar à esquerda após a travessia da ponte sobre o rio Acará e percorrer aproximadamente 13 km até a comunidade. A sede da comunidade está inserida nas coordenadas 9803492N/789270E. Na área que corresponde à comunidade atualmente está sendo implantada a Rodovia Perna Sul- Acará, visando uma interligação entre a Alça Viária com a PA 252.

As ações sociais da rodovia em relação à comunidade de Santa Rosa foram desenvolvidas pelo Programa de Reassentamento Involuntário - PRILA, que consiste num Plano de Reassentamento Involuntário das famílias residentes ao longo do novo traçado da Rodovia Perna Sul, que tiveram suas plantações e moradias atingidas.

Em relação ao traçado do gasoduto, a comunidade se encontra numa posição de aproximadamente 300m da implantação da linha principal. Os entrevistados não souberam informar o ano de fundação da Vila, mas informaram que residem no local à aproximadamente 60 anos.

A vila Santa Rosa é formada por dois núcleos habitacionais: o núcleo principal, que concentra a maioria das famílias, formado por uma praça central, onde fica localizada a igreja, a escola e a sede da associação comunitária. No núcleo central existe um deck para facilitar o acesso às embarcações localizadas no Igarapé Itapicuru que escoam a produção de farinha; no núcleo secundário, às margens da rodovia está localizada a sede social.

No que diz respeito à infra-estrutura, o abastecimento de água é realizado por uma caixa d'água comunitária, entretanto não foi possível identificar se a mesma atende a todas as residências. Há energia elétrica, mas o saneamento básico é ainda precário. Os banheiros estão localizados na parte externa das casas e não foram identificadas fossas sépticas.

Uma das características da Vila Santa Rosa é o desenvolvimento de laços comunitários, motivados pelas relações de parentesco e compadrio, as relações mais próximas são

especialmente percebidas nas relações de trabalho, sobretudo na ajuda mútua no trato com a roça, como no caso da troca de dias ou do mutirão e o preparo da farinha de mandioca.

As atividades de produção agrícola da Vila Santa Rosa se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades de subsistência diversas ligadas à agricultura familiar e ao extrativismo vegetal. Cada família possui uma casa de farinha que foram construídas dessa forma para atender a produção e a demanda da farinha que é de "cinco sacos de 30 kg cada por semana, que são vendidas em Belém e no Acará" (Depoimento de morador da comunidade).

As casas de farinha são um espaço compartilhado entre os moradores para fazer a farinha e "articular o grupo familiar" e apesar de individuais, quando é necessário outros moradores da comunidade concentram a produção em uma única casa.

II.5.3.4.3.4 - Assentamentos Rurais

Os assentamentos fazem parte da política de reforma agrária, tanto nacional como estadual. Após a compra ou desapropriação de uma determinada propriedade, pelo INCRA ou por institutos de terras estaduais (no caso, ITERMA, ITERPA e ITERTINS) as terras são divididas em parcelas e destinadas, geralmente, a pequenos proprietários ou agricultores que não disponham de terra. Em muitos casos, esta iniciativa tem como objetivo atender à demanda social por terras e meios de sustento, reduzir situações de conflito agrário e a regularização fundiária. Após receberem a terra, os assentados, necessitam cumprir o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA para conseguirem a emissão do título de propriedade. Geralmente, também, contam como uma estrutura para habitação e para a produção. Os investimentos e recursos para produzir ou iniciar a produção, na maior parte dos casos, são obtidos junto ao PRONAF. Como se pode observar no **Quadro II.5.3.4-13** existem, segundo o INCRA 126 assentamentos nos municípios da AII do empreendimento. Entre estes municípios destacam-se aqueles do estado do Tocantins e Abaetetuba por concentrarem boa parte dos assentamentos da AII. Como visto, a região onde estão inseridos os municípios tocantinenses (Bico do Papagaio) apresenta muita mobilização social e política, inclusive por luta de acesso a terra, o que se reflete na quantidade de assentamentos implantados na região.

Quadro II.5.3.4-13 - Assentamentos na All

Município	Assentamento	Área (ha)	Famílias Assentadas
Abaetetuba	PAE SÃO JOÃO BATISTA	471,7	265
	PAE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	223,	108
	PAE SANTO ANTONIO	1.394,9	170
	PAE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	1.061,7	308
	PAE NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	2.810,9	592
	PAE SANTA MARIA	695	272
	PAE SANTO AFONSO	2.705,6	113
	PAE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	1.954,6	387
	PAE SANTO ANTONIO II	1.253,3	103
	PAE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	495,1	156
	PAE SÃO RAIMUNDO	2.644,6	647
	PAE NOSSA SENHORA DA PAZ	2.210,7	417
	PAE SÃO JOÃO BATISTA II	3.250,0	469
	PAE ILHA PARURU	3.886	645
	PAE ILHA CARIPETUBA	3.806	402
	PAE ILHA URUÁ I	1.655,9	232
	PAE ILHA PIQUIARANA	816,1	179
	PAE ILHA BACURI	2.151	258
	PAE ILHA PIQUIARANA MIRIM	580,7	114
PAE ILHA DO FURO GRANDE	1.367,7	375	
Acará	PA ARAXITEUA	1.389,7	66
	PA BENEDITO ALVES BANDEIRA	8.712	180
	PA SANTA MARIA I E II	4.256,4	128
	PA CALMARIA I	9.605,0	168
IPIXUNA DO PARÁ	PA ENALCO	14.316,00	443
	PA BACABAL	2.549,21	14
	PA PROGRESSO	3.302,68	88
	PA DIAMANTINA II	2.177,94	65
	PA CANDIRU	9.951,00	197
	PA JOAO BATISTA	3.043,29	75
	PA UNIÃO I	13.557,83	260
	PA BARCELONA	1.676,40	35
	PA BOM JESUS	7.466,00	57
	PA MINAS PARÁ	10.432,63	276
Moju	PA MARAVILHA	8.650,00	140
	PA CALMARIA II	13.487,00	249
	PA OLHO D'AGUA I	9.670,85	204
	PA OLHO D'ÁGUA II	8.082,00	99
	PA VALE DO MOJU	21.357,13	376
Tomé-Açu	PA MIRITIPITANGA	4.356,00	83
	PA TROPICÁLIA	4.356,00	61
	PA FLOR DE MINAS	2.723,66	66

Município	Assentamento	Área (ha)	Famílias Assentadas
Dom Eliseu	PA CONCREIN	4.162,92	59
	PA RIO ACAMPAMENTO	8.098,46	74
	PCA AGROECOLÓGICO DE DOM ELISEU	42,91	30
	PA ALTO BONITO	2.859,16	55
Paragominas	PA COLONIA REUNIDAS	4.512,00	29
	PA CAMAPUÃ	13.067,91	76
	PA DEL REY	7.922,00	111
	PA PARAGONORTE	23.020,94	1.190
	PA RIO DAS CRUZES	3.921,60	44
	PA MANDACARU	4.398,63	103
	PA ALTA FLORESTA	4.036,56	105
	PA AREIA BRANCA	1.623,06	17
	PA LUIZ INÁCIO	26.210,71	305
	PA NOVA VIDA	3.955,67	43
PA GLEBINHA	1.799,36	-	
Ulianópolis	PA PARAGOMINAS/FAISCÃO	13.068,00	168
	PA SURUBIJU	4.120,00	7
	PA FLORESTA GURUPI I	41.897,00	379
	PA ÁGUIA	8.740,00	114
	PA SUÇUARANA	4.142,26	96
Barcarena	PAE ILHA DAS ONÇAS	8.072,66	500
	PAE ILHA ARAPIRANGA	3.796,37	250
	PAE ILHA URUBUOCA	357,16	44
	PAE ILHA LONGA	195,80	15
	PAE ILHA MUCURA	483,81	75
	PAE ILHA ARAPARI	3.017,24	95
	PAE ILHA SÃO MATEUS	1.763,06	100
Bujaru	PA PIRAMIDE	387,21	9
	PAE ILHA MOCAJUBA	170,91	15
Açailândia	PA AÇAI	23.324,07	525
	PA PLANALTO I	1.307,87	38
	PA NOVO ORIENTE	1.379,51	12
	PA CALIFORNIA	4.150,09	182
Cidelândia	PA SÃO JORGE	4.792,42	81
	PA ITAIGUARA	2.296,58	64
	PA SOL BRILHANTE	4.425,00	154
Itinga do Marnhão	PA SANTA HELENA I	1.607,91	43
	PA UNIÃO	599	24
	PA GURUPI	12.094,00	291
	PA CASA BRANCA	2.049,00	52
	PA VENEZA	375	10
	PA SANTA ISABEL	2.737,00	72
	PA VALE DO IPÊ	433,79	47
	PA ALTO BOA VISTA	1.982,00	35
	PA ÁGUA FRIA DO ITINGA	6.848,01	210
PA FÊNIX	9.245,29	295	
Vila Nova dos Martírios	PA DEUS PROTEJA	3.326,71	139

Coordenador:

Técnico:

Município	Assentamento	Área (ha)	Famílias Assentadas
São Pedro da Água Branca	PA ÁGUA BRANCA	3.576,97	64
Araguatins	PA-SANTA CRUZ II	10.548,20	268
	PA-TRÊCHO SECO	801,90	28
	PA-ÁGUA LIMPA	764,33	25
	PA-NOVA VIDA	469,12	13
	PA-SÃO JOSÉ	3.110,20	88
	PA-ATANASIO	2.930,53	96
	PA-MARCOS FREIRE	2.720,74	76
	PA-PADRE JOSIMO	1.601,27	50
	PA-DONA EUNICE	2.480,77	75
	PA-SANTA HELENA	555,67	25
	PA-MUTIRÃO	1.640,25	57
	PA-TRANSARAGUAIA	1.821,14	37
	PA-PROFESSORA DJANIRA	1.382,60	54
	PA-RANCHO ALEGRE	1.629,86	53
	PA-MARINGA	3.273,73	89
	PA-PETRÔNIO	613,69	19
	PA-OURO VERDE	5.750,83	125
PA-RONCA	3.495,18	76	
Esperantina	PA-ESPERANTINA	1.610,14	37
	PA-TOBASA	1.908,08	61
	PA-ARAGUAIALA	2.236,94	60
	PA-BOA ESPERANÇA	2.469,28	64
	PA-LAGO PRETO	2.516,20	65
	PA-BICO DO PAPAGAIO	949,8329	17
	PA-TOCANTINS	1.227,08	30
	PA-PORTELA	1.123,87	37
	PA-MULATOS	2.542,25	61
	PA-RESTINGA	338,60	12
	PA-PONTÃO	308,27	17
	PA-LAGO DA UMBÁUBA	3.110,92	69
	São Sebastião do Tocantins	PA-VAZANTE	2.749,29
PA-NOVA ESTRELA		1.912,41	70
PA-PINGO D'AGUA		3.126,39	80
PA-ALTO BONITO		386,49	17
PA-BASTIÃO VELHO		495,18	23
PA-JURANDI BELIZÁRIO		2.234,77	44

Fonte: Incra, 2007

II.5.3.4.3.5 - Assentamentos na AID

II.5.3.4.3.5.1 - Açailândia - MA

Projeto de Assentamento Açai

Observa-se que o assentamento está dividido em cinco unidades, a saber; Nova Conquista, Nova Vitória (ou 50 Bis), Sudelândia (ou Sudam), Conquista da Lagoa e Macaúba. A unidade mais próxima da área do traçado do duto é a de Nova Conquista. Nessa unidade existem cerca de 230 famílias (o assentamento ao todo possui entre 800 e 1000 famílias) distribuídas sobre uma área de 21.600 hectares. Sobre as dimensões e a quantidade de famílias em cada unidade foram obtidos dados conflitantes, pois, segundo um discurso do Deputado estadual Valdinar Barros existem ao todo 600 famílias no assentamento, sendo 60 residentes na Agrovila Nova Conquista, e o assentamento todo apresenta uma área de 30 mil hectares e não 21.600.

Cada uma das unidades do assentamento é organizada da seguinte forma, há um núcleo urbano onde residem os assentados e no entorno deste núcleo, conhecido como Agrovila, existem as áreas de plantio. Assim destaca-se que a unidade residencial e a unidade de produção não compartilham o mesmo espaço. Para realizar a produção os assentados se dirigem para suas áreas de cultivo, algumas próximas à Agrovila e outras distantes.

O estabelecimento do assentamento deu-se a partir da ocupação da área, de domínio da união. Os primeiros ocupantes formaram um acampamento no local e após permanecer 3 meses nestas condições eles foram expulsos. Apesar da expulsão, eles retornaram ao local, ocupando-o novamente. A partir desta segunda ocupação, começaram negociações com o INCRA, que acabou por autorizar a ocupação definitiva, formando as agrovilas e o projeto de assentamento como um todo. No entanto não houve um registro definitivo da ocupação e atualmente a área, segundo informações obtidas no local, permanece como domínio da união. Assim, nenhum dos assentados possui o registro de posse oficial, de modo que não têm condições de vender ou negociar a terra.

Em entrevista realizada na Agrovila Nova Conquista foi possível perceber que as decisões coletivas, representadas pela Associação dos detentores de parcelas no assentamento, têm uma força e influência nos destinos da unidade e da vida dos assentados. Tais decisões têm poder, inclusive de expulsar assentados ou condicionar a entrada de outros. Segundo os informantes, somente em uma situação chegou-se a expulsar um morador do local. Esse caso é referente ao filho de um assentado, que de acordo com a informação havia causado brigas e desentendimentos no local. Em assembléia os demais assentados decidiram que a pessoa em

questão deveria deixar o assentamento. Apesar de seu filho ter sido expulso do local, o assentado permanece na unidade. Apesar da inexistência de atividades de produção em conjunto, o papel da associação e das assembleias são indicativos de uma forte união entre os assentados. Os trabalhos em conjunto ou em regime de cooperação são restritos a serviços relacionados com as construções e estruturas comuns.

As principais formas de cultivo ou produção encontradas no local são o milho, o arroz e o feijão. Segundo os entrevistados, na unidade Nova Conquista não existe irrigação, de modo que o plantio é determinado pelo regime de chuvas. Assim, os produtos são plantados, geralmente, próximos ao final do ano (novembro, dezembro e janeiro) e colhidos por volta do meio do ano (junho, julho, agosto). Os mesmos assentados afirmaram que não recebem orientação ou serviços técnicos especializados, segundo crêem o acompanhamento e aconselhamento técnico poderiam melhorar o desempenho de suas produções. Já na unidade de Sudelândia (Sudam), dizem, existe o cultivo mecanizado.

Além da inexistência de um acompanhamento técnico à produção os assentados entrevistados indicaram que falta uma ambulância para prestar atendimento ao projeto de assentamento, mas também informaram que já uma unidade disponível e pronta para ser entregue. Na agrovila de Nova Conquista há um posto de saúde, onde a cada quinzena há plantão médico. O assentamento conta ainda com água de poço artesiano e energia elétrica nas agrovilas. Alguns dos entrevistados creditam a existência desses serviços à condição peculiar do assentamento como área da União, há indicações que anteriormente a área pertencia à SUDAM, de onde deriva no nome de uma das agrovilas. Neste sentido eles consideram positiva a condição, no entanto foram identificadas algumas dificuldades ligadas a essa condição. A primeira relacionada com isto é a dificuldade em se ter acesso a recursos voltados para a agricultura familiar, como o PRONAF. Além disso, a associação do assentamento foi multada em 72 mil reais por ter promovido a supressão de vegetação. Segundo um dos entrevistados, o INCRA não forneceu orientações para que a abertura de áreas de cultivo ocorresse em conformidade com a legislação ambiental e nem comunicou oficialmente às autoridades a formação do projeto de assentamento. Assim as agências competentes perceberam o processo de implantação das áreas de plantio como degradação ambiental de área pública. Com essas condições vários projetos da associação foram paralisados, mas em nível municipal existem alguns projetos, associados geralmente à secretaria municipal de agricultura.

Um aspecto, em particular, chama a atenção sobre o assentamento, a relação deste com a localidade onde está inserido. Além do posto de saúde da Agrovila também atender aos residentes do povoado, vários assentados trabalham como temporários em fazendas na região.

Como aponta Brigel (2006), muitas vezes os nativos de um determinado local não estabelecem boas relações, pelo menos de início com os assentados, principalmente por estes últimos serem, geralmente, de fora do local.

“As diversas origens dos assentados, o constante processo de deslocamento do indivíduo e suas diferentes ocupações provocam entre os habitantes do lugar (de chegada) um sentimento de estranhamento. É cada vez mais comum vermos e ouvirmos atribuições preconceituosas e qualificações degradantes de parte de nativos de um determinado lugar contra a sua população migrante.” (colocar depois)

Um dos pontos, segundo Brigel, fundamentais, que condiciona outros preconceitos, é perceber os grupos de pessoas que vivem no assentamento de modo uniforme e que pode ser reduzido à categoria de “assentados” ou “assentado”. Apesar do tratamento carregado de preconceitos e que considera os habitantes do assentamento como “pessoas de fora”, com quem não se compartilha elementos culturais e relações mais fortes, no que tange a relação entre os habitantes do assentamento Açai e os moradores ou proprietários da localidade do 30, segundo as observações e entrevistas realizadas, pode-se afirmar que não foi identificado nenhum tipo de “estranhamento”. A situação exceção desta relação fica mais clara quando se percebe que os assentados, assim como em outros assentamentos, possuem origens em municípios diversos como indica o discurso do deputado Valdinar Barros:

“O Projeto Açai tem em torno de 600 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que saíram de várias cidades da região Tocantina: Açailândia, Itinga, Imperatriz, João Lisboa, São Francisco do Brejão, Buritirana, Senador La Roque, Governador Edison Lobão.”

A partir disto conclui-se que apesar dos assentados terem origens variadas foi possível o estabelecimento de relações de troca com os habitantes locais, tanto com os trabalhadores rurais locais, que freqüentam o posto de saúde, e os proprietários, que contratam serviços temporários dos assentados. Diferente de outros locais, onde os habitantes do assentamento são percebidos como homogêneos sob a determinação de “assentado” (Brigel) ou mesmo da generalização presente neste estudo, a população local parece tratar e perceber os moradores como indivíduos de origens heterogêneas.

O ponto mais importante a que se chega, tendo em vista os objetivos deste trabalho, é que os habitantes P.A. Açai, ou pelo menos a Agrovila de Nova Conquista, estabeleceram relações com os habitantes da localidade e que tais relações são determinantes nas estratégias de sobrevivência e produção do assentamento, na medida em que o trabalho nas fazendas se insere

no calendário de produção nas parcelas do assentamento, sendo o responsável por uma renda adicional fora do período da colheita. Da mesma forma como a presença e as boas relações com o assentamento permitem que os moradores da localidade se beneficiem do posto de saúde. É importante salientar que não se considera que os benefícios do posto de saúde ou o trabalho sejam pontos motivadores desta boa relação, em verdade, observa-se um funcionamento oposto, ou seja, é a existência de relações estabelecidas que permite esta troca, de forma que o uso do posto e a oferta de postos de trabalho são efeitos destas relações e não sua causa.

Contudo as relações dos assentados não são restritas ao espaço interno das agrovilas, o próprio assentamento tem origem em uma iniciativa do MST. Até hoje, os habitantes do assentamento mantêm relações com este movimento social em particular, bem como com políticos e instituições que são solidários aos objetivos e iniciativas.

II.5.3.4.3.5.2 - Cidelândia- MA

Assentamento Itaiguara

Segundo dados do INCRA, o assentamento foi criado em 24 de março de 1995. Sua área tem um total de 4792 hectares, e nele estão assentadas 64 famílias. Está classificado como assentamento em estruturação - fase 5.

Assentamento São Jorge

Segundo dados do INCRA, o assentamento foi criado em 22 de dezembro de 1997. Sua área tem um total de 2296 hectares, e nele estão assentadas 81 famílias. Está classificado como assentamento em estruturação - fase 5.

II.5.3.4.3.5.3 - Vila Nova dos Martírios-MA

PA Deus Proteja

O Assentamento possui uma vila que fica aproximadamente 1400 metros do traçado do duto, mas vários assentados possuem casas em seus lotes e outros residem na sede dos municípios do entorno.

Quando a equipe chegou ao assentamento foi logo informada que a melhor maneira de obter dados sobre o local era procurando o seu presidente ou o seu vice. A resistência inicial de contato foi esclarecida na entrevista com seu vice-presidente na sede do município de Vila Nova

dos Martírios. O assentamento vem sendo alvo de disputas e conflitos devido às suspeitas de fraude e a recusa do antigo presidente em deixar o cargo da associação.

A área do assentamento foi ocupada a mais de 30 anos. Inicialmente a área pertencia a União e foi sendo ocupada por moradores de São Sebastião do Tocantins, com o passar dos anos os moradores de Vila Nova dos Martírios começaram a se deslocar para o local ocupando e comercializando os terrenos disponíveis, mas até hoje a maioria dos moradores do PA são oriundos de São Sebastião.

Segundo as informações prestadas pelo vice-presidente, apesar do assentamento existir há mais de trinta anos, eles não conseguiam a regularização das parcelas porque no INCRA de Açailândia as terras pertencentes ao PA estavam identificadas como áreas alagadiças; foi somente após a fundação da Associação de Moradores que o INCRA de Imperatriz reconheceu o local como assentamento, isso ocorreu entre os anos de 2004 e 2005.

Os limites do assentamento são o rio Tocantins, que serve como divisa entre os estados do Maranhão e do Tocantins, o córrego Naja, o córrego Jatobá e a plantação de Eucaliptos da Suzano. Segundo dados do INCRA o assentamento possui 3.326 hectares e esta em fase de estruturação - fase 5.

Segundo o entrevistado, o antigo presidente perdeu a última eleição e se recusa a entregar o cargo, paralisando assim os fomentos que deveriam estar sendo liberados para o assentamento. O conflito envolve inclusive disputas sobre o patrimônio da associação de moradores, maquinário, piladoras de arroz e o salão de reuniões. Segundo ele, o antigo presidente, mantém o maquinário em sua propriedade inviabilizando a utilização do equipamento pelos assentados. Pela fala do entrevistado, o INCRA de São Luiz esta tentando mediar o conflito. O entrevistado inclusive mostrou alguns documentos que indicam que o caso esta começando a ter desdobramentos legais, porque além dos conflitos de patrimônio existem acusações de desvio de dinheiro quando da construção da vila do assentamento. A vila foi construída com recursos do INCRA e possui 52 casas. Além das casas da vila foram construídas mais 12 casas que também são alvo de conflito devido à qualidade inferior do material utilizado, pelo menos essa é a acusação existente. O acesso ao assentamento é feito de balsa por quem vem de São Sebastião do Tocantins e por estrada de terra que é uma das vicinais da estrada MA - 123, quando se vem da sede de Vila Nova dos Martírios.

O assentamento não possui luz elétrica, e a água é conseguida através de poços escavados, captação no rio e alguns moradores trazem água da sede dos municípios pelo menos a que é

utilizada para o consumo. A maioria das casas possui fossa séptica. Não há serviço de coleta de lixo, sendo a queima a forma predominante de descarte do lixo.

Apesar da proximidade com o rio Tocantins e de São Sebastião possuir uma colônia de pescadores, poucos assentados pescam e quando o fazem é somente para o consumo, não exercendo a atividade de pesca como fonte de renda. A atividade predominante no assentamento são as associadas à agricultura com predominância das culturas de arroz, mandioca, milho, feijão, fava, melancia, limão, laranja, jabuticaba cajá, caju e abobora. Existem aproximadamente seis quebradeiras de coco, mas muitas mulheres quebram o coco do babaçu como mais uma atividade na composição da renda, através da venda do azeite e do carvão produzido através da queima da casca e do coco da palmeira. O carvão é produzido em caieiras, que são buracos feitos no chão, ou dentro de tambores, onde os restos do babaçu ficam queimando até se transformarem em carvão. A atividade extrativista não está dissociada da agricultura, e esse tipo de associação entre a prática extrativista de quebrar o coco e a agricultura é comum nessa região, acrescenta-se o fato de que o trabalho de quebra de coco não é, pelo menos nessa região atividade exclusivamente feminina, havendo a participação de muitos homens.

Alguns assentados possuem pequenos rebanhos de gado e vivem da produção de leite que é vendida na sede do município.

No assentamento também foi encontrada uma área com extração de areia do Rio Tocantins.

O assentamento possui duas associações, uma de trabalhadores rurais e outra de moradores _ Associação Alto Mar. Um médico às vezes visita o local, mas sem regularidade e existe um agente de saúde. Uma professora dá aulas para as crianças menores na casa de um associado; como diversão existe um campo de futebol onde os assentados jogam.

Foi relatado que ocorrem arrombamentos e pequenas depredações. A falta de estrutura foi associada aos conflitos na associação, inclusive a violência existente no local foi vinculada a esse conflito. Inclusive, o entrevistado disse que o antigo presidente invadiu terras de reserva pertencentes a Vale, chegando a derrubar 15 linhas de mata nativa (4 linhas = 1 hectare), mas essa retomou suas terras.

II.5.3.4.3.5.4 - São Sebastião do Tocantins - TO

PA Bastião Velho

Segundo moradores, a cidade de São Sebastião começou onde hoje é o assentamento, por esse motivo o local se chama Bastião Velho, como uma forma de evocar a antiga origem da cidade.

Segundo um dos entrevistados, as pessoas que residem no assentamento são oriundas do estado do Maranhão e se deslocaram para o antigo estado de Goiás em busca de terras para plantarem. Seu pai nasceu no local que hoje é o assentamento e seu avô residia ali "a mais de década", segundo ele, um tempo de muitas festas, como a do boi bumbá, os vesperais, as valsas e a mais tradicional: a Festa do Divino, na qual seu avô era folião. Hoje, tudo mudou não tem mais festa, não existem mais as mulheres do tambor, e nem os violeiros, o que ainda existe, o que permanece é somente a benção da carne. O padre vai até o local, benze o alimento, reza, mas sem a folia. A benção só ocorre porque a imagem do divino fica na casa do filho de um antigo folião, que faz questão que pelo menos um pouco da tradição seja mantida. A fala revela um saudosismo e indica que o fim da festa fechou um ciclo, segundo ele, mais divertido, mais alegre no qual as pessoas eram mais próximas, que apesar de lembrado pela benção da carne, faz parte do passado e a própria manutenção do ritual corrobora a perda. Ressalta-se que na literatura sociológica, é recorrente a idéia do passado como um tempo idealizado quando confrontado com o presente. Existe na maioria dos grupos sociais a tendência de pensar o passado sem as dificuldades do momento atual.

O assentamento foi fundado há sete anos na tentativa de regularizar a posse da terra. Alguns moradores procuraram o INCRA na tentativa de obter a titulação da terra, afinal algumas famílias estão na região há pelo menos setenta anos; mas, foram informados que individualmente suas ações seriam inócuas, entretanto se formassem uma associação com os outros moradores da área teriam aumentadas as chances de conseguir a titulação, como também seriam beneficiados com fomentos e programas para o desenvolvimento do futuro assentamento.

Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 495 hectares e 23 famílias assentadas e se encontra em fase de estruturação - fase 5. As parcelas possuem entre 1 e 6 alqueires e as casas dos moradores ficam nelas, não existindo nenhuma vila, o que é facilmente explicado pela própria forma como o assentamento surgiu.

As casas do assentamento são em sua maioria de alvenaria, mas existem algumas de taipa com cobertura de palha, não há rede de esgoto, e ou fossa sépticas, sendo a fossa escavada ou o despejo de dejetos in natura no rio Tocantins as formas mais utilizadas. O assentamento possui luz elétrica e a água é obtida tanto por poços que em sua maioria têm no máximo 16 metros, ou captada diretamente do rio Tocantins nas parcelas mais próximas. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades. As atividades predominantes no assentamento são ligadas a agricultura com maior ênfase para as culturas de arroz, milho, melancia e manga; esta última sendo apenas aproveitada para o consumo. Foi relatada a presença de quebradeiras de coco de babaçu, sendo o azeite, o sabão e o carvão produzido da palha e dos restos do coco os

principais produtos da atividade extrativista. O carvão é vendido a R\$ 10,00 o saco. As mulheres quebradeiras de coco estão se organizando entorno da ASMUBIPE - Associação de Quebradeiras de Coco de Babaçu de São Miguel do Tocantins que reúne várias quebradeiras de coco dos municípios que compõem o Bico do Papagaio. Além das atividades relacionadas à agricultura a pecuária leiteira e criações de porcos, galinhas, patos e perus são encontradas no assentamento. O leite é vendido em Augustinópolis e as criações menores são utilizadas tanto para alimentação quanto para a venda e obtenção de recursos financeiros que são utilizados na compra de mercadorias na sede do município. A pecuária apesar de ser composta de pequenos rebanhos exige cuidados com a pastagem, necessitando que o mesmo seja plantado.

Nas parcelas próximas ao rio Tocantins é possível encontrar pessoas que completam a sua renda com atividade de pesca, esses moradores em sua maioria estão vinculados a Colônia de pescadores de São Sebastião, e recebem o auxílio durante o período de defeso.

Observa-se que apesar da organização inicial em torno da associação estar ligada a uma razão prática, titulação das parcelas; os moradores do PA Bastião Velho estão inseridos nos movimentos associativos que buscam a obtenção de direitos e fomentos públicos. Mesmo que um dos entrevistados tenha falado do passado, como uma época onde as pessoas estavam mais próximas devido às festas, o fim de determinadas tradições não encerrou os processos associativos, como ele relatou, mas estes passaram a ser construídos em outros espaços. As quebradeiras de coco se inserindo no movimento regional da ASMUBIPE, os pescadores existentes na colônia de pesca e a associação vinculada ao sindicato dos trabalhadores rurais. Todos esses movimentos estão ligados a vida associativa.

A referência financeira e econômica do assentamento é a sede do município, que fica aproximadamente entre 2 e 5 km dependendo da parcela onde o morador reside, a proximidade favorece o deslocamento das pessoas até a cidade, tanto para as atividades ligadas ao comércio como para utilizar os aparelhos públicos.

PA Vazante

Os moradores do PA Vazante se mostraram receosos em relação à abordagem da equipe, solicitando que qualquer informação devia ser solicitada a alguém vinculado a direção da associação, indicando o atual e o antigo presidente como informantes qualificados. Como o atual presidente não foi localizado, o contato foi feito com o antigo presidente do assentamento, que ocupou o cargo por quatro anos, na sede do município de São Sebastião do Tocantins. A entrevista foi interrompida várias vezes, por diversas pessoas, mas sempre por questões ligadas

ao assentamento o que indica que apesar do entrevistado não ser mais o presidente sua posição ainda é central na vida do mesmo.

O PA foi fundado em 1985 na área da fazenda que pertencia ao Sandrinho Mineiro. O nome de Vazante surgiu porque parte dos moradores do assentamento trabalhavam na vazante do rio então o nome acabou se estendendo ao assentamento. O PA faz divisa com o rio Tocantins, com o PA Nova Estrela, e com as fazendas Ozara II, do Alfredo Buriti e a do Zé do Lago.

Segundo dados do INCRA o PA possui 2.749 hectares e 66 famílias assentadas e se encontra em fase de estruturação - fase 5. Segundo o entrevistado, funcionários do INCRA estiveram recentemente no assentamento reorganizando o tamanho dos lotes devido à titulação de 16 deles.

As casas do assentamento são de alvenaria e já fazem parte das ações previstas para a estruturação do PA. As casas estão localizadas nos lotes, não existindo uma agrovila no local, mas apesar da existência de moradia muitos assentados preferem residir na sede do município que fica aproximadamente entre 5 e 12 km dependendo do lote. Essa escolha está associada à inexistência de comércio e de aparelhos públicos no assentamento, principalmente escola, que recorrentemente está associada à idéia de ascensão social, além de também ser agregadora e "distribuidora" de benefícios. Os assentados em grande parte residem durante a semana na cidade trabalhando no lote e passam o fim de semana no assentamento. Não há rede de esgoto, e ou fossa sépticas, sendo a fossa escavada ou o despejo de dejetos in natura no rio Tocantins as formas mais utilizadas. O assentamento possui luz elétrica, e a água é obtida tanto por poços ou captada diretamente do rio Tocantins nas parcelas mais próximas. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades.

As atividades predominantes no assentamento são ligadas a agricultura com maior ênfase para as culturas de arroz, milho e também da melancia, pois a terra é considerada boa para o cultivo dessa fruta. Além das atividades relacionadas à agricultura a pecuária leiteira também é encontrada no assentamento sendo o leite vendido para um laticínio localizado em Augustinópolis.

A referência financeira e econômica do assentamento é a sede do município. Apesar da proximidade, no inverno, período de chuvas o acesso fica comprometido, pois as estradas alagam com muita facilidade.

PA Nova Estrela

O assentamento Nova Estrela foi criado em 1998, quando o INCRA desapropriou a Fazenda Estrela, seu nome remete a antiga propriedade, mas expressa a nova forma de ocupação existente, uma recriação do espaço. Os moradores do assentamento residiam na sede do município, trabalhavam por diária ou em pequenos roçados próprios, e a partir de 1999 se deslocaram para o local na busca de uma vida melhor e da posse da terra.

Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 1912 hectares e 70 famílias assentadas, está classificado como assentamento consolidado - fase 7. As parcelas possuem entre 2,5 e 6 alqueires, além da área de reserva. Ressalta-se que os assentados já possuem a titulação de suas terras há aproximadamente 03 anos.

O assentamento é formado por uma agrovila onde é possível encontrar um pequeno comércio e dois telefones públicos. As casas são de alvenaria possuem luz elétrica desde 2003, fossas sépticas e a água é obtida através de um poço artesiano de 150 metros, e distribuída para toda a vila. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades.

As atividades predominantes no assentamento são ligadas a agricultura, extrativismo e pecuária. Em relação à agricultura a ênfase se dá para as culturas de arroz, milho, feijão, melancia e mandioca. Foi relatada a presença de quebradeiras de coco de babaçu. Do babaçu se extrai a amêndoa, o azeite, se faz o carvão através da queima da casca do coco e sabão para uso doméstico. A maioria dos assentados possui gado de leite e a produção vendida em Augustinópolis. Para complementação da alimentação e também da renda existem pequenas criações de galinhas.

Em relação aos aparelhos públicos o assentamento possui uma Escola Municipal que atende crianças de 1ª a 4ª séries em regime multiseriado. As crianças maiores continuam seus estudos na sede, e o deslocamento é feito através de transporte escolar. Apesar de não existir um posto de saúde, um médico vem uma vez por semana e atende os assentados, além disso, dois agentes de saúde trabalham no assentamento. Existem duas Igrejas, a Assembléia de Deus e a Igreja Católica dedicada a São Pedro. Existem poucas atividades de lazer no assentamento, sendo a igreja responsável pela maior festa existente _ realizada em homenagem ao padroeiro. Segundo os entrevistados a festa começa no dia 21 quando o padre faz a abertura. Durante os nove dias acontecem novenas, bailes com dança, quadrilha, fogueira, leilões, barracas de doces, pipoca, canjica e espetinhos. As comemorações em geral duram até o amanhecer e só vão terminar no dia 29 quando o padre volta e reza a missa.

A sede dos municípios de São Sebastião e de Buriti do Tocantins funcionam como referência econômica e financeira.

II.5.3.4.3.5.5 - Município de Araguatins

PA Santa Helena II

O Assentamento Santa Helena II, está a uma distância em relação ao traçado do duto entre 5 quilômetros, no ponto mais distante, e 120 m no ponto mais próximo, sua proximidade é mediada pelo fato do assentamento estar localizado do outro lado da rodovia TO 201; mesmo no ponto mais próximo quando o duto cruza a rodovia, ele se mantém em áreas de pastagem das fazendas existentes.

O assentamento é recente, a ocupação da Fazenda Santa Helena aconteceu no dia 07 de janeiro de 2006 e a desapropriação foi realizada no mês de março. Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 1761 hectares e esta em fase de criação - fase 3. São 46 famílias distribuídas em lotes de 5 alqueires - 200 metros de largura e 1000 de comprimento. Segundo os entrevistados, o assentamento tem que cumprir as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, para que os assentados consigam a titulação da terra. As metas incluem criação de escola, posto de saúde, vias de acesso, luz, moradias entre outras.

Em relação à infra-estrutura a maioria das casas é construída com palha e/ou taipa com cobertura de palha, mas os fomentos para a construção de casas de alvenaria já estão disponíveis e cinco moradias já se encontram prontas e outras vinte estão em construção. Segundo a Secretária de Políticas Agrárias do Sindicato Regional de Araguatins e presidente da Associação de moradores do assentamento, já existe um cronograma para a entrega de todas as casas, sendo que elas estão sendo construídas nos lotes, não havendo uma agrovila. O assentamento possui luz elétrica, mas carece de qualquer rede de captação de esgoto, o que provavelmente é o causador do número significativo de crianças com diarreia, já que a água é obtida através de poços que têm de 3,5 m a 14 m de profundidade. A entrevistada espera que a construção das casas resolva esse problema, pois todas estão sendo construídas com fossas sépticas.

As atividades produtivas predominantes no assentamento são ligadas a agricultura, pecuária e extrativismo. Na agricultura as culturas que predominam são: arroz, feijão, milho e mandioca sendo que dessa última se produz a farinha. A farinha é produzida principalmente pelo seu valor comercial. Em relação à pecuária, o leite produzido é vendido para Augustinópolis, um caminhão circula na região recolhendo o leite nos lotes, não havendo ninguém que entregue direto nos laticínios. Para complementação da alimentação existem árvores frutíferas que produzem

manga, laranja e goiaba e pequenas criações de galinhas e porcos que tanto servem para o consumo com para obtenção de recursos.

Segundo a entrevistada, as atividades extrativistas não estão dissociadas das atividades agrícolas, todas as mulheres são trabalhadoras rurais. . Isso porque, ainda segundo a entrevistada, o Babaçu também possui a sua entre safra, que seria no período do inverno, época que não se existe fruto; mas existem aproximadamente 40 quebradeiras de coco no assentamento, sendo que todas estão associadas à ASMUBIPE - Associação de Quebradeiras de Coco de Babaçu de São Miguel do Tocantins. No assentamento, todo o babaçu é aproveitado, dele se extrai o azeite, se faz o sabão, se retira o leite que é utilizado no preparo da carne de caça, se aproveita o mesocarpo que é utilizado no preparo de mingaus, bolos, chocolates e das cascas do coco se faz o carvão na caieira. Além dos usos tradicionais do babaçu, nessa região, também existe uma produção de artesanato, com a confecção de colares, brincos, cestas de frutas e a utilização da madeira para a confecção de móveis, inclusive a porta da casa da entrevistada era de madeira de babaçu. Segundo a entrevistada, no estado do Tocantins existem 5000 quebradeiras de coco, e o Bico do Papagaio que é formado por 25 municípios concentra 3000 delas. Para ela o certo seria que no período de entre safra as quebradeiras recebessem um auxílio semelhante ao que é pago aos pescadores no período do defeso.

Assentamento Pingo D'água

Segundo dados do INCRA, o assentamento foi criado em 25 de setembro de 1989. Sua área tem um total de 3126 hectares, e nele estão assentadas 80 famílias. Está classificado como assentamento em consolidação - fase 6.

O assentamento possui uma agrovila localizada as margens da estrada TO- 201. As casas são de alvenaria e possuem luz elétrica.

Acampamento Nova União

Em frente à Fazenda Estrela aproximadamente 1 km do traçado proposto para o gasoduto está localizado o acampamento Nova União. O local foi ocupado em 28 de dezembro de 2006 por ser considerado o melhor espaço para reivindicação da área pertencente à Fazenda Estrela, que é considerada improdutiva. Segundo os acampados, devido à lei que torna as fazendas ocupadas vetadas para a desapropriação, eles optaram pela ocupação das margens da rodovia em frente à fazenda.

O acampamento possui 59 famílias ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina localizado em Vila do Tocantins, além de possuírem sua própria associação, a Associação de Produtores Rurais do Assentamento Nova União.

A Fazenda Estrela possui três donos, e tem 600 alqueires de tamanho. Segundo os entrevistados, a demora na desapropriação da fazenda ocorreu porque um dos donos quer ficar com 150 alqueires de terra e o INCRA quer desapropriar toda a fazenda. Essa informação também foi fornecida no Assentamento Santa Helena II, na sede do município e nas propriedades do entorno. Segundo vários entrevistados, um dos proprietários decidiu que queria ficar com uma parte da fazenda para realização de atividades relacionadas à pecuária “o Álvaro decidiu que queria tocar a fazenda e implementar a ordenha mecânica”, e esse seria o motivo que estaria impedindo a desapropriação da propriedade.

Quando a equipe chegou ao local para conversar com os acampados, estes estavam reunidos embaixo de um local utilizado para encontros e reuniões, que faz a função do galpão encontrado em vários assentamentos. No dia anterior a visita ocorreu um grande vendaval seguido de uma forte tempestade que derrubou parte das moradias dos acampados. Essas moradias eram/são construídas em sua maioria de palha de babaçu e algumas utilizam também lona preta, que são materiais facilmente identificados nos acampamentos localizados na área rural e ligados aos movimentos dos sem-terra. A destruição de parte do acampamento facilitou a conversa, pois a situação evidenciava a estrutura precária em que os acampados viviam. Ao ser dito: “vida difícil”, os acampados relataram todas as dificuldades existentes devido ao fato de já estarem acampados há dois anos. A desistência de alguns, o medo em relação às crianças devido à proximidade com a estrada... Segundo a presidente da associação: “vida de acampado é difícil, mas a gente não tem nada”, o que indica que apesar da dureza não existe alternativa viável para eles. As casas improvisadas evidenciam a falta de energia elétrica, rede de esgoto e água. Não existe nem a tradicional casinha, local reservado e utilizado como uma espécie de banheiro, que muitas vezes só é constituída de um buraco, ou de um assento com uma pequena fossa escavada. A água é conseguida em um córrego próximo, como também é lá que são realizadas todas as atividades relacionadas à higiene pessoal.

A maioria trabalha por diária em fazendas da região. Existem 20 quebradeiras de coco no acampamento, mas a atividade de quebrar o coco do babaçu é praticada por todos, inclusive pelos homens, que disseram que na região é comum as mulheres ajudarem os homens e os homens ajudarem as mulheres em suas atividades. A quebra do coco é uma alternativa de renda para todos, pois à partir dele é produzido o azeite, o sabão, a palha para as casas e o carvão, que é feito da casca em caieiras. O coco é coletado nas fazendas próximas, segundo os

acampados, tem fazendeiro que permite tem outros que não. A restrição a entrada das quebradeiras de coco é prática comum e uma das principais alegações para a instituição da área Livre do Babaçu em vários municípios da região do Bico do Papagaio. Para a complementação da alimentação existem pequenas criações de porcos e galinhas para o consumo.

II.5.3.4.3.5.6 - Município de Esperantina

Assentamento Araguaiala

Segundo relatos de antigos moradores, o assentamento foi criado em 1997 por recomendação do INCRA, para facilitar o acesso dos moradores aos fomentos públicos; mas oficialmente o processo de desapropriação da Fazenda Araguaiala ocorreu em 1988.

Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 2236 hectares e 63 famílias assentadas, está classificado como assentamento consolidado - fase 7. As parcelas possuem tamanhos variados e a maior parte dos assentados já possuem a titulação de suas terras.

O assentamento possui uma agrovila onde é possível encontrar um pequeno comércio. As casas que estão localizadas na vila possuem luz elétrica, fossa séptica e água proveniente de um poço artesiano comunitário, diferente das casas que foram construídas nas parcelas, que em sua maioria não têm fossa séptica, a água é de poço escavado ou captada no rio Araguaia e como não possuem luz elétrica utilizam lamparinas a base de óleo diesel. A maioria das casas é de alvenaria, mas existem casas de taipa com cobertura de palha e casas de taipa com cobertura de telha. As casas de taipa estão sendo substituídas pelas de alvenaria não só pelos fomentos relacionados ao INCRA, mas também devido ao programa Morar Melhor que na região tem sua atenção voltada para a eliminação do barbeiro, que é o vetor da Doença de Chagas. Recentemente foram encontrados três barbeiros no assentamento, que serão enviados para análises na cidade de Araguaia, esse procedimento faz parte do controle epidemiológico do município. Segundo o agente de saúde, no assentamento não existem casos de hanseníase e tuberculose apesar do município ter casos notificados. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades.

Apesar de existir uma ação organizada para a substituição das casas de taipa por de alvenaria, ação esta prevista no Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos no Programa Morar Melhor, a persistência das casas de taipa se deve a vários motivos um deles é a necessidade de espaço. As casas construídas com recursos do INCRA são pequenas e quentes. Vários assentados constroem ao lado da suas casas de alvenaria uma de taipa, que em geral são mais frescas que as de

alvenaria. Por mais que aparentemente a casa de alvenaria seja mais confortável suas dimensões acabam não comportando a família residente.

Em relação aos aparelhos públicos o assentamento possui uma Escola Municipal que atende crianças de 1ª a 4ª séries em regime multiseriado, existe transporte escolar e as crianças maiores continuam seus estudos na sede, que esta localizada aproximadamente sete quilômetros do local sendo dessa maneira referência não só econômica e financeira, mas também o local para onde se dirigem os assentados quando necessitam de atendimento médico ou usufruir de qualquer outro aparelho público, como a casa de farinha, a padaria comunitária entre outros; apesar disso quando se necessita de um cuidado maior a população não só do assentamento, mas do município em geral se desloca para Augustinópolis e Araguatins ou para Imperatriz no estado do Maranhão.

No Assentamento existe um posto fiscal da secretaria da fazenda do governo do estado vinculado à delegacia de Araguatins.

Existem poucas atividades no assentamento, mas a Igreja Católica do Santo Reis é responsável pela maior festa existente que é a Festa da Folia de Reis que ocorre no dia 06 de janeiro. O padre reza missa e os violeiros vão de casa em casa. Os violeiros, tocadores, viviam no estado do Pará que fica do outro lado do rio, na época da folia eles começam a tocar no Pará, atravessam o rio e terminam a festa no assentamento.

As atividades predominantes no assentamento são ligadas tanto a pecuária como a agricultura. As culturas que mais se evidenciam são as de arroz, feijão, mandioca e cupuaçu porque são as mais fáceis de serem vendidas, mas existem culturas de milho, goiaba, banana, abacate, laranja, melancia e abóbora que apesar de também serem utilizadas para obtenção de moeda estão em sua maioria ligadas a subsistência. A maioria do gado e de leite e a produção é vendida para o laticínio de Augustinópolis sendo recolhida por um carro de leite; existem ainda criações de galinhas e porcos que além de serem utilizados para o consumo em caso de necessidade também são vendidos para obtenção de recursos financeiros. Os assentados aproveitam a proximidade com o rio Araguaia para a pesca, sendo essa unicamente para subsistência, sendo a corvina, a piranha e o Tucunaré os peixes mais consumidos.

Foi relatada a presença de quebradeiras de coco de babaçu, elas quebram o coco e produzem azeite, sabão e carvão da casca em caieira. Além dos produtos tradicionais as quebradeiras do assentamento utilizam o leite do babaçu na culinária. A amêndoa do coco é batida no liquidificador até se obter o leite, este serve de tempero para o cozimento de carnes, principalmente de galinha e de pequenos animais obtidos através da caça. Existem seis quebradeiras de coco no assentamento e aproximadamente trinta no município; por sugestão do

padre elas estão pensando em se organizar em uma Associação para o reconhecimento da atividade, obtenção de recursos e principalmente o acesso as palmeiras que nem sempre é garantido. A maior dificuldade era a falta de uma liderança que motivasse as quebradeiras na construção dessa organização.

II.5.3.4.3.5.7 - São João do Araguaia - PA

Assentamento Cajueiro

Segundo informações, do presidente da associação de trabalhadores do assentamento, em 1998 ocorreu à ocupação das Fazendas Paulista e São Paulo. Segundo ele, atualmente, residem 24 família nas 26 parcelas existentes. O assentamento não possui uma agrovila e as casas ficam localizadas nos lotes.

O assentamento faz divisa com o Córrego Cajueiro, o Rio dos Veados, estrada BR- 153 e com a Fazenda Santa Luzia, sendo que o lote mais próximo do traçado proposto fica aproximadamente 500 m.

As casas do assentamento são de alvenaria, taipa com cobertura de palha e tábuas com cobertura de telha, não possuem banheiro com fossa séptica, sendo a sintina a alternativa a inexistência de esgotamento sanitário. A água é obtida, em sua maioria, por poços escavados, mas alguns moradores captam água direto do Córrego Cajueiro. Segundo o entrevistado, não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nos lotes.

As atividades predominantes no assentamento são ligadas a pecuária e agricultura. Em relação à agricultura a ênfase é para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, abóbora, melancia, açaí e cupuaçu, sendo que esse último é plantado pelo seu valor comercial. Segundo relatos, o produto da roça é suficiente para garantir a segurança alimentar dos agricultores durante o ano inteiro e o excedente é comercializado, mas o entrevistado frisou que esse sustento é conseguido através de um trabalho duro e constante: "nossa diversão aqui é o serviço né!?". O gado é de leite, mas a venda ainda é irregular, não sendo a principal atividade dos assentados, mas o gado também cumpre a função de poupança, sendo vendido nos momentos de dificuldade ou precisão. Apesar de existir muito babaçu na região, seu aproveitamento se restringe a produção de carvão e a utilização da palha na cobertura das casas. Ressalta-se que apesar dos descampados que caracterizam as áreas de roçado e pasto, no entorno das moradias a área geralmente é sombreada, com marcada presença de árvores frutíferas ou não.

No assentamento não existe nenhum comércio ou igreja, sendo a EM Patrícia Holanda o único aparelho público existente.

As sedes de São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia funcionam como referências econômica, financeira, de lazer e para utilização dos aparelhos públicos. No que se refere a saúde quando a doença ou agravo é considerado sério, o destino é o município de Marabá.

Na composição da renda no local temos a venda do produto da roça, benefício do bolsa-família e aposentadoria.

Segundo o entrevistado os assentados participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Araguaia.

PA Ubá

O assentamento foi criado na década de 90, sua área pertencia a Fazenda Castanhal-Ubá, onde havia extrativismo de castanha do Pará. Fruto de ocupação na primeira metade da década de 80, que segundo relatos, foram seguidos de conflitos violentos que deixaram pelo menos oito mortes. Com articulação do Sindicato dos trabalhadores Rurais, da FETAG - Federação dos Trabalhadores Agropecuários e do INCRA a área foi desapropriada em 1995.

Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 4289 hectares e 100 famílias assentadas das 140 que foram capacitadas, estando classificado como assentamento em instalação - fase 4. Dentro do PA existe uma agrovila, o Povoado conhecido como Km 35 e uma série de pequenas propriedades. As parcelas têm em média 10 alqueires e apesar da existência da agrovila, vários assentados residem nelas. Ressalta-se que as informações coletadas divergem em relação à área do PA, sendo que para uns o Povoado km 35 não faz parte do PA Ubá, para outros, inclusive, a Fazenda lagoa Azul se encontra em áreas do assentamento.

Na vila residem 22 famílias e na localidade conhecida como Povoado km 35 residem 15 famílias. O povoado Km 35 foi criado com a abertura da estrada BR - 230, a Transamazônica, em 1975.

As casas do assentamento são, em sua maioria, de tábuas cobertas com telha, existindo algumas de alvenaria, parte delas possui luz elétrica, poucas têm banheiro com fossa séptica, sendo a fossa escavada, a sintina e a vala negra as alternativas a inexistência de esgotamento sanitário. A água é obtida, no Povoado Km 35, através de poços escavados e na agrovila as famílias buscam no riacho Ubá. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades ou jogado no mato. Em relação aos aparelhos públicos o assentamento possui três escolas, sendo que a da agrovila atende crianças de 1ª a 8ª série. Trabalham no assentamento 02 gentes de

saúde que visitam as famílias. Segundo a entrevistada, no assentamento existem casos de malária, hanseníase e dengue.

No assentamento existem três comércios, orelhões e duas igrejas.

As atividades predominantes no assentamento são ligadas a pecuária e agricultura. Em relação à pecuária, os assentados retiram leite e vendem para os laticínios localizados tanto em São Domingos como no Km 48. O gado também funciona para alguns assentados como poupança sendo vendido nos momentos de precisão e necessidade. Segundo a presidente da Associação de Trabalhadores Rurais na agrovila esta sendo construído um laticínio que irá absorver a produção de leite do assentamento. Na agricultura as culturas que se destacam são a de arroz, mandioca, milho, feijão, abóbora e cupuaçu. Segundo a entrevistada, o produto da roça é suficiente para satisfazer às necessidades alimentícias dos assentados durante o ano inteiro e o cupuaçu e a farinha feita da mandioca são produtos comercializados no município de Marabá. No complemento da alimentação existem criações de porco e galinhas que também servem como fonte de recursos para os assentados e várias frutas como manga, acerola, maracujá, abacaxi, caju e banana.

O riacho Ubá além de fornecer água para os assentados têm grande importância na dinâmica social local, sendo também o local de lazer, onde se toma banho e lava-se roupa.

As sedes de Marabá, São João e São Domingos do Araguaia são as referências econômicas e financeiras dos assentados. A Vila Diamante funciona como referência em relação ao pequeno comércio e aos aparelhos públicos.

Uma das maiores queixas dos assentados se refere à violência. Assaltos a mão armada, agressões, tráfico de drogas, tudo acontece no caminho da estrada BR -230 e segundo os entrevistados, sem nenhum policiamento.

Na composição da renda no local temos a venda do produto da roça, o benefício do bolsa-família, aposentadoria e funcionários públicos.

II.5.3.4.3.5.8 - Município de Marabá

PA Veneza

Segundo relatos, o assentamento surgiu a partir das ocupações da Fazenda Veneza em 1985. A fazenda era conhecida, também, como Consulta devido a uma imensa porteira na qual os trabalhadores tinham que fazer uma parada antes de entrar na mesma, uma consulta, só

entrando com permissão para poderem colher as castanhas. Os relatos dos entrevistados contam que na época da ocupação, os confrontos foram violentos e resultaram na morte de vários posseiros.

O PA é formado por quatro agrovilas, Vila Venezuela, Santo Antônio, Povoado Três Bocas e Consulta, sendo que com exceção de Vila Venezuela, todas as outras ficam próximas do traçado proposto para o duto. Em todo o assentamento vários moradores residem nas parcelas que têm em média 10 alqueires. Os nomes das vilas se referem ao nome das antigas vicinais marcados pelos castanheiros.

Segundo dados do INCRA, o assentamento possui 9.857 hectares e 253 famílias assentadas das 267 cadastradas, está classificado como assentamento consolidado - fase 7. O que condiz com os relatos já que vários assentados informaram já possuírem o título das parcelas e que quem ainda não possui esta em processo de obtenção.

A área que hoje esta localizada a Vila Santo Antônio foi ocupada após a desapropriação, nela não ocorreram os mesmos conflitos da vila Consulta. Na Vila Santo Antônio, também chamado de PA Santo Antônio, residem aproximadamente 40 famílias. A maioria das casas é de tábua com cobertura de telha, mas já está em andamento a liberação de mais uma parcela do Crédito Habitacional pelo INCRA, para a construção de 20 casas de alvenaria. A vila possui luz elétrica, e a água é obtida através de vários poços escavados. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades. Em relação aos aparelhos públicos a Vila possui uma Escola Municipal que atende crianças de 1ª a 4ª séries na forma multiseriada. O Posto de Saúde fica na Vila Consulta, Povoado Três Bocas que está localizado a menos de 4 km. Segundo a entrevistada as doenças mais comuns são diarreia e febre entre as crianças e hipertensão entre os adultos; durante o inverno é freqüente o aumento dos casos de conjuntivite e dengue. NA vila existe uma Igreja católica em homenagem a Santo Antônio.

Na área que pertence ao Povoado Três Bocas, residem 10 famílias. As casas são de alvenaria, tábua com cobertura de telha e taipa com cobertura de palha. O Povoado possui luz elétrica, a água é obtida de poços escavados com profundidade de 08 a 10 m. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades ou lançado no mato. Em relação aos aparelhos públicos a Vila possui uma Escola Municipal que atende crianças de 1ª a 4ª séries na forma multiseriada.

Na área pertence à Vila Consulta, residem 45 famílias, mas na agrovila são apenas 19. As casas são de alvenaria, tábua com cobertura de telha e taipa com cobertura de palha. A vila possui luz elétrica, a água é obtida de poços escavados com profundidade de 08 a 10 m. Apesar de

existirem vários poços a água para dessedentação animal é de açudes e a utilizada para lavar roupas e a do riacho no fundo da vila. Não existe coleta municipal de lixo e o mesmo é queimado nas propriedades ou lançado no mato. Em relação aos aparelhos públicos a Vila possui uma Escola Municipal que atende crianças de 1ª a 4ª séries na forma multiseriada, além do posto de saúde que recebe a equipe do PSF uma vez por mês. Na Vila existem duas vendas, um clube de festas, campo de futebol, orelhão, cemitério, e três igrejas, duas Assembléias de Deus e uma católica em homenagem a Santa Luzia. Em dezembro no dia da padroeira acontece a comemoração que começa com a novena e culmina com a festa que tem leilão e dança.

Em relação às atividades produtivas, no assentamento, a ênfase é para a pecuária e agricultura. A maioria dos assentados possui gado, retirando leite, que é recolhido por um carro de leite que leva a produção para um resfriador em Ponta da Pedra, antes do mesmo ser levado para um laticínio em São Domingos do Araguaia. Alguns assentados também vendem bezerros para poderem adquirir bens de consumo. Em relação à agricultura a maior ênfase se dá nas culturas de arroz, mandioca, milho, feijão e cupuaçu. Segundo a entrevistada, o produto da roça chega para satisfazer às necessidades alimentícias dos assentados durante o ano inteiro. A complementação da alimentação se dá pela presença de pequenas criações de galinha e porcos, além da presença de árvores frutíferas como caju, manga, melancia, laranja, goiaba e acerola. Ressalta-se que vários assentados informaram que na época da safra conseguem vender o excedente das frutas. Foi relatado que algumas pessoas fazem carvão do coco do babaçu e outras de madeira nativa, em tambores. O carvão é muito utilizado nas áreas rurais nos fogões para o preparo da comida.

Tanto as sedes de Marabá, São João e São Domingos do Araguaia funcionam como referências econômicas e financeiras.

II.5.3.4.3.5.9 - Município de Paragominas

Projeto de Assentamento e Cooperativa de Preservação da Biodiversidade

Logo após a Fazenda Bonanza tem início a área do projeto de Assentamento Preservação da Biodiversidade. Segundo informações de moradores e detentores de parcelas do assentamento, a área total possui aproximadamente 408 hectares. Nesta área estão dois conjuntos de lotes, um destinado à produção e outro destinado a residência. Esta forma de divisão é uma expressão do projeto inicial do assentamento. Neste projeto foram concebidas 38 parcelas, onde cada parcela era formada por dois lotes um para a produção, com cerca de 10,9 hectares, e outro para residência com uma área de 600 m². Este último seria localizado em uma Agrovila, assim o assentamento consistiria em um núcleo residencial, com áreas de produção no seu entorno. Além

das residências a Agrovila contaria com estruturas para lazer, saúde e educação, sendo compartilhadas pelos moradores do assentamento. A proximidade e o uso destas áreas comuns iriam permitir o estabelecimento de relações sociais entre os moradores.

A origem do assentamento, segundo os assentados, é pouco comum a este tipo de ocupação. Em 2001 o proprietário da área teve uma de suas fazendas na região ocupada por um grupo de pessoas que pleiteava a desapropriação do local para fins de reforma agrária. Após esta iniciativa o proprietário entrou em contato com os ocupantes e propôs que eles desocupassem a área em troca ele disponibilizaria outra área para a implantação de um assentamento e da formação de um projeto de criação de animais silvestres. Os ocupantes não se mostraram interessados nesta proposta e até hoje, segundo os assentados entrevistados, continuam no mesmo local ainda a pleitear a desapropriação. O grupo não aceitou a proposta, mas a idéia atraiu moradores do município, que se apresentaram ao proprietário e demonstraram interesse em participar do projeto. O proprietário aceitou e as terras uma de suas fazendas foram divididas para dar lugar aos lotes (os dois tipos) e os locais destinados às áreas comuns.

O projeto de produção inicial era a criação de animais silvestres, visando o repovoamento de áreas de mata e a venda de espécies. Por meio da própria empresa do proprietário (*Amazon Forever*) que opera com exportação de artigos da região amazônica, assim o projeto poderia trazer vantagens aos moradores e ao proprietário. Entre os anos de 2002 e 2003, os assentados formam uma cooperativa (Cooperativa dos Criadores e Plantadores da Biodiversidade), abrindo um escritório na sede municipal (Paragominas). No entanto este projeto se foi frustrado, pois, os assentados não dispunham de recursos para montar as estruturas exigidas para a realização da atividade. Tendo em vista a impossibilidade de manter a proposta inicial, alguns parcelados decidiram formar pastos e áreas de plantio, mas como a maior parte das áreas a continha mata nativa esta iniciativa também não se mostrou viável. Com essas dificuldades muitos dos sócios da cooperativa, que é oficialmente a detentora de direitos de uso da terra, passaram suas partes a outras pessoas. A agrovila nunca chegou de fato a ser ocupada, somente dois moradores estabeleceram residência no local, a maior parte preferiu construir uma residência no próprio lote de produção ou manter residência fixa na sede do município. As ações em conjunto, freqüentes no início do projeto, foram encerradas. Sem estas ações, sem a ocupação de espaços compartilhados e com a rotatividade de moradores os vínculos entre os habitantes praticamente desapareceram. Além disso, o escritório da cooperativa na sede foi fechado, uma vez que participação na cooperativa ficou restrita aos 10 fundadores da instituição.

Atualmente, a área do assentamento passou a se relacionar de modo mais intenso com a rodovia que corta da área (PA-256). Na área da agrovila funcionam dois restaurantes cujo o público

principal são os usuários da estrada e mesmo aqueles que cuidam de sua manutenção. Além disso, alguns detentores de parcelas (originais ou não) estão implantando estabelecimentos comerciais, onde serão vendidos polpa de fruta e sucos, feitos com as frutas nativas existentes nas parcelas. Em alguns casos, estão plantando espécies frutíferas na área disponível de cada parcela. Todos os entrevistados que planejam implementar estes tipos de estabelecimento sabem que o sucesso da iniciativa dependerá da pavimentação (asfalto) da rodovia. Segundo estes existem projetos, mas até agora não houve um sinal positivo ou outro indicativo que os projetos seriam efetivamente realizados.

Além de a pavimentação ser positiva para os detentores de parcelas que almejam o comércio com os usuários, irá facilitar o transporte daqueles que ainda vivem na área. Segundo um dos únicos residentes da Agrovila, o deslocamento é difícil. A escola mais próxima fica a cerca de 15 km e o ponto do ônibus que leva as crianças a este local fica a cerca de 8 km do local. Diariamente o entrevistado leva seus filhos de bicicleta a este local. Nos períodos chuvosos, e um pouco após, o tráfego na rodovia é difícil, o que reduz também os clientes dos restaurantes, e pode causar o isolamento dos moradores por alguns períodos.

A agrovila está situada a cerca de 130 m do traçado do duto.

II.5.3.4.3.5.10 - Município de Ipixuna do Pará

Assentamento Diamantina II

O primeiro aspecto que chama atenção é nome do projeto de Assentamento. Segundo um residente do local a determinação de Diamantina II tem associação com a comunidade rural de Diamantina, localizada nas proximidades (a cerca de 4 km do traçado). Esta comunidade, segundo as informações, não é um assentamento, mas uma comunidade rural situada no interior de uma fazenda. Alguns dos primeiros assentados têm origem nesta comunidade, o que explica o uso do nome no novo local.

Apesar de alguns assentados terem origem em uma mesma comunidade, que ainda existe, segundo as informações obtidas no local, existem poucos laços comunitários ou equivalente entre os assentados. Não existem práticas coletivas como festas, mutirões ou grupos de trabalho. Cada um trabalha em sua própria parcela, sendo responsável pela produção e distribuição do que produz. Contudo, observa-se que raramente se produz excedente nas parcelas no assentamento. Apesar da terra e da população ter condições para produzi-lo, as condições de transporte não permitem que grandes volumes de produção encontrem consumo fora do espaço de domínio do grupo doméstico, neste caso a parcela. Segundo um entrevistado, quanto mais distante da

rodovia (PA-256), maior o isolamento das parcelas. Entende-se este isolamento de duas formas, em primeiro como o isolamento dos mercados e da sociedade exterior ao assentamento, e em segundo como o isolamento de parcela, e do grupo doméstico, das demais. É importante ressaltar que este isolamento é relativo. Em nenhum caso observa-se a completa falta de contato tanto, em relação a trocas com espaço exterior como do convívio entre os assentados, mas observa-se que neste local há uma considerável concentração de relações no interior do grupo doméstico, com reduzida interdependência dos grupos externos a ele.

Apesar de indicativos de fracos vínculos entre os assentados e com o mundo exterior, deve-se considerar que os entrevistados eram moradores recentes do assentamento, de forma que na percepção destes o isolamento relativo entre os assentados pode parecer em maior grau. Mesmo assim a falta de reconhecimento de um vínculo, pelos recém-chegados, é indício da baixa intensidade deste vínculo.

Segundo os dados oficiais do INCRA, o P.A. Diamantina II, de cerca de 2.178 hectares, contendo 65 parcelas, de forma que cada parcela apresenta cerca de 33 hectares. Tendo em vista as dificuldades de acessar os mercados externos ao assentamento, os principais produtos das parcelas são gêneros alimentícios que podem ser consumidos na propriedade e somente seu excedente é voltado para a troca com mercados externos. Estes produtos são: mandioca, arroz, milho, açaí e caju.

Além das dificuldades com transporte, principalmente quando a chuva compromete o tráfego nas estradas, as parcelas não contam com abastecimento de água e energia, com também não há posto de saúde. Quando necessitam deste serviço, os assentados vão para Paragominas.

